



SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL

REVISTA
COMPROMISSOS

Relatório de Gestão | 2017–2019



BRASÍLIA – DEZEMBRO DE 2018

Sumário

A cada capítulo, um compromisso	7
O legado das boas práticas.....	9
Capítulo 1	11
Compromisso com o Parlamento.....	11
O que fazer, para onde ir	12
Diretorias dos parlamentos de Brasil e Israel trocam experiências em gestão.....	18
Intercâmbio confere à Casa reconhecimento de outros países.....	20
ONU convida Senado a integrar Conselho Consultivo.....	22
Investimento em tecnologia entrega processo legislativo mais ágil e eficiente	24
Novos sistemas agilizam rotina administrativa	26
Capítulo 2	27
Compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos.....	27
Órgãos públicos conheceram casos de sucesso do Senado	28
Novo programa de capacitação exhibe avanços	29
Modernizada, Plataforma Saberes atende melhor os alunos	30
MEC renova registro para Pós-graduação lato sensu	31
Personalidades ministram aulas magnas da pós-graduação do ILB.....	32
Arquitetura do Congresso atrai profissionais de outros países	34
Deputados estaduais conheceram estratégia de controle de gastos do Senado.....	35
Plano Diretor dá o caminho para a tecnologia da informação	36
Central de serviços facilita revalidação de dependentes	37
Capítulo 3.....	39
Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores	39
Programa Reencontro junta útil ao agradável, e aposentados comemoram.....	40
Palestras, cursos e campanhas indicam caminhos para a aposentadoria.....	42
Programa Reflexão também estimula troca de experiências	44
Campanha “Outubro Rosa” vai parar em revista inglesa.....	45
Jogo ajuda na integração da equipe	47
Quer trocar? Doar? Emprestar? Que tal usar a rede do Senado?	48

Com reforma, equipes da Rádio se integram.....	49
“Felicidade” domina reflexões do Mês do Servidor.....	50
Amyr Klink - A beleza e a importância dos desafios	52
Agorismo pressupõe ação, adverte Motomura	54
Cartilha traz dicas para prevenir dores musculares.....	55
Horários de jornada diferenciados favorecem atendimento de demandas	56
SIS amplia atendimento domiciliar e de serviços odontológicos	58
Oficina multitemática para quem está começando a vida	60
Representantes dos três órgãos do Legislativo debatem objetivos comuns.....	61
Capítulo 4.....	63
Compromisso com a igualdade.....	63
Cota para mulheres vítimas de violência vira modelo de gestão	64
Programa de cota é indicado a prêmio nacional	66
Senado e ONU Mulheres trocam experiências em equidade de gênero	67
Pesquisa revela cenário do combate à violência contra a mulher.....	68
Mulheres em Destaque: Fórum conhece ação pró-vítimas de violência	70
Técnicas ajudam na prevenção contra agressões	71
Olhar de colaboradoras negras vira mostra e traz reflexão	73
Opressões combinadas fazem negras sofrerem ainda mais	74
Escravidão: Museu relembra 130 anos da abolição	75
Estudo apurou produção legislativa em questões de gênero	77
Em briga de marido e mulher se mete, sim, a colher	78
Mulheres pedem diagnóstico correto para endometriose	79
Rádio tem menção honrosa em prêmio do Ministério Público	80
Capítulo 5.....	81
Compromisso com a livre disseminação de ideias	81
Pequenas e grandes soluções saem de ideias de colaboradores	82
Setores público e privado constroem fórum de boas práticas	84
Servidores do Senado estão mais satisfeitos	86
Com movimentos dos olhos, servidor cria aplicativo para superar distúrbios na voz	87
Capítulo 6.....	89
Compromisso com a transparência	89
Novo portal aproxima usuário de dados orçamentários	90
Painel Cidadão convida público a fiscalizar	92

Campanha impulsiona acessos a Orçamento “divertido”	93
Com e-Cidadania, transparência e participação popular se fortalecem	94
<i>Youtube</i> e <i>Facebook</i> deixam Rádio mais perto do cidadão	95
Capítulo 7	97
Compromisso com a responsabilidade na utilização de recursos públicos	97
Senado reinventa suas compras e contratações e vira referência no setor	98
Prodasen apresenta soluções de TI no <i>Agile Trends Gov</i>	103
Senado tem Gráfica modelo	105
Secom inaugura treinamento em compras e contratações	106
Servidores são treinados em gestão de risco e <i>compliance</i>	107
Capítulo 8	109
Compromisso com a sustentabilidade	109
Luz verde para um coletivo sustentável	110
Ações do PGLS “reciclam” números do consumo	111
Gabinete Verde coordena ações Senado afora	113
“Desengaveta” estimula reuso e consumo consciente	114
Gestão de resíduos gera economia e educação	116
Senado reduz descarte de papel e fornece insumos para produzir... papel	118
Rede junta Senado, Câmara e TCU e busca atrair legislativos estaduais	120
Uma sala de aula que também é viveiro	121
Boas práticas: compartilhar é multiplicar	123
Capítulo 9	125
Compromisso com a acessibilidade	125
Plano de Acessibilidade reflete avanços na área	126
Os desafios da estrutura física	129
Senado ajuda a treinar garçons e garçonetes com Down	131
Impressão em braille e outros serviços são aposta na inclusão	133
Sensibilização e capacitação viram rotina	135
Capítulo 10	137
Compromisso com a memória do Senado Federal	137
Museu se espalha por gabinetes, plenários e corredores	138
Exposições: uma pausa no processo legislativo	140
Em seus 30 anos, Constituição ganha circuito de homenagens	142
100 motivos para comemorar Athos Bulcão	146

Biblioteca reúne parceiras para agilizar aquisições	148
Presidente de “ONU das Bibliotecas” visita Senado	149
Capítulo 11	151
Compromisso com a comunidade	151
Comunidade da Estrutural ganha 205 mudas de plantas do Viveiro.....	152
Estande no <i>Green Move Festival</i> leva Senado aos cidadãos	153
Senado premia e é premiado na <i>Campus Party</i> Brasília.....	154
Ações contra desigualdade são expostas na Semana da Ciência	156
Coleção histórica tem 3º volume lançado em Bienal	158
Ceilândia sediou debate sobre violência contra a mulher	159
Ponto turístico: Programa de visitação coleciona prêmios.....	160
Com Liga do Bem, incentivo ao voluntariado.....	162
Capítulo 12	165
Senado em Números	165
Qualidade de Gestão	166
Economias e Sustentabilidade	173
Equidade de Gênero	178
Acessibilidade	182
Qualidade de Vida	186
Visão Orçamentária do Senado	188

A cada capítulo, um compromisso

Prezada leitora, prezado leitor, a publicação que aqui se abre traz informações sobre boa parte dos

esforços desta Diretoria-Geral nesses últimos dois anos. Em 2017 e 2018 mantivemos a trilha de anos recentes,



buscando fazer mais e melhor, gastando menos. Os passos desta caminhada são mostrados nas próximas páginas, agrupadas em capítulos que seguem a ordem dos 11 compromissos assumidos por nosso corpo funcional em 2015, e que formam a Carta de Compromissos do Senado Federal. Ao final, um capítulo extra é dedicado aos números da gestão no período.

A divisão desta Revista em capítulos que remetem aos compromissos do Senado tem origem aparentemente prosaica, mas seguramente simbólica.

Aconteceu em meio à correria imposta pela agenda típica da administração de uma das instituições mais importantes do País. No intervalo entre uma reunião e outra, enquanto atravessava a rua que divide o prédio administrativo do anexo dedicado principalmente às tarefas legislativas, dei-me conta de que a pergunta que sempre me vinha à cabeça, antecedendo cada encontro ou tomada de decisão, era sobre sua relevância, propriedade e grau de convergência para com os compromissos públicos desta Casa legislativa.

Num estalo, ainda caminhando, procurei na memória algum momento, no dia a dia profissional, que não tivesse, antes, passado por esse crivo. Não encontrei. Ora, se esses eram os critérios que eu, até inconscientemente, usava para definir prioridades e decidir ações como diretora-geral, então estava dado o caminho para dividir também o balanço dos trabalhos, esta prestação de contas que chega até você. Em anos anteriores dividimos a edição por áreas. Mas as áreas apresentam progressos em virtude de compromissos assumidos. São o nosso manual, ampliado,

assinado e colado em cada órgão do Senado.

Claro que muitos dos compromissos são transversais, estão presentes em mais de um capítulo. A economia de recursos públicos, por exemplo, que está lá no capítulo 7, encontra muitas vezes o tema do capítulo 2, que firma compromisso com a melhor prestação de serviços. A propósito, os dois sintetizam o princípio de nossa administração, que é obter o melhor desempenho com a maior economia possível. Mas não fariam sentido se estivessem isolados do compromisso com a comunidade (11) e com a sustentabilidade (8), só para citar dois dos demais capítulos.

Destaco, finalmente, que o trabalho demonstrado nas próximas páginas só foi possível pela dedicação de todos os colaboradores - servidores, comissionados, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes. E, claro, da Comissão Diretora do Senado Federal, que não apenas avaliza as medidas administrativas, mas dota esta Diretoria-Geral de condições objetivas necessárias à execução dos projetos que fazem frente às 22 Diretrizes Estratégicas do Senado para o biênio 2017-2019.

Só mesmo com o apoio e o esforço de tanta gente é possível manter a trilha iniciada há quase quatro anos e tornar o Senado Federal referência em gestão em áreas diversas como a de compras e contratações, equidade e transparência. Antecipo aqui que não se trata de favor algum. A sociedade nos cobra cada vez mais eficiência e transparência.

E, no que depender do Senado, irá cobrar sempre mais, uma vez que apostamos nesse progressivo aumento do controle social, seja por meio de nosso funcional portal da Transparência, pelo descomplicado Portal do Orçamento, pelo estimulante e-Cidadania e tantas outras ferramentas que nos

aproximam diariamente da cidadã e do cidadão brasileiro.

Desejo a todas e a todos uma ótima leitura e uma passagem de ano que nos conforte pela certeza do bom trabalho realizado e nos estimule a enfrentar e vencer os desafios diários que se nos apresentam na direção de uma Casa cada vez mais eficiente, cuidadora dos recursos públicos e prestadora dos melhores serviços à sociedade.

Ilana Trombka, diretora-geral do Senado Federal

O legado das boas práticas

Para além da obrigação de gestor, tenho a honra de trazer aos meus pares do Congresso Nacional, assim como a toda sociedade, uma prestação

de contas da nossa administração do Senado Federal nesses dois anos em que, com responsabilidade e orgulho, ocupei a Presidência.



Quando assumi o mais elevado posto do Parlamento brasileiro, garanti que não colocaria o Senado contra as correntes tempestuosas. Dava como certo, e não me enganei, que teria companheiros ao meu lado que me ajudariam a navegar. De fato, ultrapassamos as tormentas guiados pela maior das bússolas – a Constituição Federal, com seus 30 anos desde a promulgação.

E posso lhes assegurar: o Senado Federal está melhor,

mais eficiente e mais produtivo ao final deste biênio 2017/2019.

É disso que tratamos nesta publicação, com um balanço de ações cotidianas, muitas vezes desconhecidas, mas fundamentais para o funcionamento do Congresso. E não foi pouca coisa o que fizemos por essa complexa estrutura administrativa, que zela para que os mais de oito mil colaboradores ofereçam, diariamente, as melhores condições de trabalho para a área-fim do Senado: a legislativa.

Posso afirmar: o esforço que verificamos por parte da Diretoria-Geral rendeu e ainda vai render muitos frutos. Como presidente do Senado, já contabilizamos enorme economia advinda do princípio maior desta administração: fazer mais, e melhor, com menos. Esse é o nosso legado.

O termo “mais” inclui índices de eficiência, como mostra o capítulo “Senado em números”. Mas nem tudo são números, e em cada capítulo é possível constatar o sentimento profissional incorporado por nossos colaboradores, expresso na Carta de Compromissos do Senado.

O resultado são iniciativas que aproximam cada vez mais esta Casa legislativa da sociedade e o trabalho

conjunto entre a Mesa Diretora e a Diretoria-Geral para viabilizar melhores ações no campo administrativo.

Muitas dessas ações se transformaram em referência para o setor público, como o programa de sistematização de contratações, as soluções em inovação tecnológica desenvolvidas pelo Senado e requeridas por instituições do Brasil e do exterior, e os mecanismos de transparência e de participação popular, que igualmente despertam a atenção de organismos públicos e privados.

Algumas, como o programa de cotas para mulheres vítimas de violên-

cia doméstica, uma verdadeira política pública por nós executada, nos orgulha por seu pioneirismo e compromisso social.

São muitas as iniciativas. Todas derivadas de 22 diretrizes estratégicas aprovadas pela Mesa Diretora, estabelecidas na minha posse como presidente desta Casa e, de pronto, incorporadas na forma de projetos estratégicos executados pela Diretoria-Geral.

Sinto-me feliz por ter concretizado essa difícil, mas honrosa, travessia. Sabemos o quão complexo é segurar o leme desta preciosa embarcação. Tal peso, entretanto, é atenuado quando

se pode contar com a parceria de profissionais dedicados e comprometidos em melhor servir à população brasileira.

E enquanto nos preparamos para mais uma virtuosa troca de legislatura, oferecemos nas próximas páginas as muitas histórias que traduzem, sem sombra de dúvidas, um legado de boas práticas de gestão.

Boa leitura, um excelente final de ano e um 2019 marcado pelo mesmo entusiasmo que nos habituamos a ver em nossa tripulação.

Senador **Eunício Oliveira**,
presidente do Senado Federal





Capítulo 1

Compromisso com o Parlamento

Devemos estar sempre comprometidos com a valorização do Poder Legislativo como fundamento da democracia, proporcionando aos parlamentares um ambiente adequado, caracterizado por qualidade, eficiência, presteza, harmonia, segurança e conforto, para que exerçam as funções que lhe cabem como representantes do povo. Temos também o dever de atender todas as pessoas e entidades que procuram o Senado com eficiência, urbanidade e presteza, tratando a todos com dignidade e respeito.

O que fazer, para onde ir

Março de 2017. Há pouco mais de um mês, o senador Eunício Oliveira havia sido eleito presidente do Senado para o biênio 2017-2019. E tinha em mãos um cuidadoso planejamento para o período, englobando os setores administrativo, legislativo, de apoio à atividade parlamentar e de comunicação social. O documento indicava os próximos passos a serem seguidos pela Casa, mas, para isso, trazia as pegadas, a memória de uma política administrativa iniciada pelo atual secretário Geral da mesa, Luiz Fernando Bandeira, quando era diretor-geral do Senado Federal, entre 2014 e 2015, e, desde então, mantida e aperfeiçoada pela atual diretora-geral, Ilana Trombka.

As 22 diretrizes estratégicas para o período de 2017-2019 estavam condensadas no Ato nº2 da Comissão Diretora (leia nas páginas 16,17 e 18), aprovado dias antes pelos senadores membros. Um conjunto de placas, sinalizações no caminho da excelência da gestão e do cumprimento dos demais princípios inscritos na Carta de Compromissos do Senado, publicada em 2015.

Inclusive por isso, aquela tarde de 30 de março, escolhida para o anúncio das novas diretrizes, com público que praticamente lotava o Auditório Petrônio Portella, tinha no

centro da Mesa um presidente tranquilo e confiante. Ao tomar a palavra, Eunício Oliveira reforçou a importância do trabalho harmonioso entre a Alta Administração e a Comissão Diretora, comprometeu-se a estreitar ainda mais esses laços e resumiu o evento em uma frase: “Estamos aqui com um único objetivo: o futuro do Senado Federal e o futuro do Brasil”.

Apostando no consenso e em metas compartilhadas, o presidente ressaltou que as diretrizes estratégicas ali apresentadas seriam um guia para potencializar o desenvolvimento da

Apresentação das Diretrizes Estratégicas 2017/2019 no Auditório Petrônio Portella



Jefferson Rudy



Ana Voipe

Casa nos dois anos de seu mandato. E explicou que, longe de serem estáticas, esses itens podem ser aperfeiçoados por uma administração “partilhada e harmoniosa”.

Ilana Trombka acentuou o trabalho conjunto realizado nos últimos anos, incluindo a união das áreas do Senado – segundo ela, o motivo pelo qual foi possível avançar -, e informou que gestores já estavam em campo para alinhar projetos em andamento às diretrizes anunciadas e, ainda, construir novos projetos. De acordo com o então coordenador do Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica, José Henrique Varanda, seis das diretrizes não estavam contempladas com projetos em março de 2017, enquanto 68 projetos já caminhavam em sintonia com parte das diretrizes anunciadas. Além disso, 50 projetos perderiam prioridade ao não estarem contemplados em nenhuma das diretrizes.

VISÃO DE LONGO PRAZO

Mas o caminho até a apresentação de diretrizes estratégicas foi penoso. O atual secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, lembra que quando assumiu a Diretoria-Geral percebeu a dificuldade dos órgãos da Casa ao fazerem um planejamento a longo prazo. A partir de 2013, equipes coesas formularam desde uma agenda estratégica e um diagnóstico da gestão até um mapa estratégico institucional. Esse trabalho conjunto deu origem, em 2015, à Carta de Compromissos, uma declaração de valores do corpo funcional.

A visão de longo prazo, aliada a uma gestão que precisou cortar gastos para fazer frente a investimentos prioritários, formou um círculo virtuoso na administração. Uma transformação silenciosa, que se traduz em estatísticas positivas como as que envolvem a racionalização e a economia no setor de compras e contratações do Senado Federal.

Colaboradores de todas as áreas assinam Carta de Compromissos, publicada em 2015 e afixada nos corredores

Em palestra, fundador e principal executivo da Amana-Key, Oscar Motomura

Motomura - desafios e impressões

Naquela tarde de março de 2017, após o anúncio das diretrizes do Senado para o biênio 2017-2019, o público foi brindado, ou melhor, desafiado pelo fundador da consultoria Amana-Key a respeito de como inconformidade, iniciativa e criatividade. Naquela palestra, Oscar Motomura os

classificou como “pontos fundamentais para superar obstáculos”. E destacou que a inconformidade, “obsessão de não aceitar a situação presente”, é um motor de mudanças: “nós, como organização, temos que estar sempre meio passo à frente”.



Ceraldo Magela



Gerardo Magela

Passados 19 meses daquele encontro, Motomura recorda que o próprio público que lotava o auditório e o anúncio de medidas “como compromissos coletivos dos que fazem a corporação” já carregavam em si o simbolismo da mudança de comportamento, de cultura organizacional.

- Então isso tudo me dá uma indicação de que há coisas diferentes e inovadoras acontecendo no Senado e tenho certeza que esses resultados estão sendo sentidos pelos colaboradores.

Na opinião de Oscar Motomura, o nível de participação dos colaboradores na construção de diretrizes e projetos administrativos é também resultado de um ambiente democrático incentivado pela Direção da Casa. Um marco para essa mudança, segundo ele, pode estar na sensação coletiva de que “há um interesse genuíno da Direção, e não protocolar, em fazer as

coisas funcionarem melhor em prol da sociedade brasileira”.

Acostumado a treinar trabalhadores da iniciativa privada e de órgãos públicos, às vezes em encontros conjuntos, o consultor procura enxergar e enfatizar a finalidade de cada instituição. Sobre o Senado, referindo-se a sua atividade-fim, Motomura tem certeza de que “os senadores têm uma infraestrutura muito boa para pode fazer seu trabalho da melhor forma possível”.

Experiência própria, uma vez que treinou vários servidores da Casa legislativa por meio do Programa de Gestão Avançada da Amana Key. Nessas jornadas, Oscar Motomura ressalta ter encontrado “pessoas abnegadas, que não obstante todas as dificuldades que existem, todas as travas, inclusive burocráticas, que possam existir nas instituições públicas, conseguem resultados extraordinários”.

Gestão compartilhada: servidores de todas as áreas participam da discussão das prioridades

Diretrizes estratégicas para o biênio 2017-2019

I - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUANTO AO IMPACTO LEGISLATIVO

Entender qual será o impacto para a sociedade de uma determinada política pública ou Lei, previamente à aprovação ou promulgação, é o objetivo desta ação. Busca-se a definição e implantação de sistemática para a análise e compreensão do provável impacto destes institutos através de estudos, prévios e criteriosos, sob diversas óticas, tais como legal, jurídica, econômica, social e ambiental. Também é objeto desta ação a coordenação com outros órgãos do Legislativo e de outros poderes no sentido de integrar as iniciativas em curso neste tema, inclusive a Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas promovida pelo Senado Federal.

II - ALINHAMENTO DA CAPACITAÇÃO COM A ESTRATÉGIA

A capacitação deve ser percebida como um instrumento institucional de realização da estratégia e que alavanque o capital humano do Senado Federal, com foco no atingimento das ações propostas para este biênio. Assim, deve-se fomentar a integração e o alinhamento da capacitação de todas as áreas com a estratégia da Casa.

III - DEFINIR E USAR MODELOS DE GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O aperfeiçoamento da gestão do Senado Federal precisa estar em contínua evolução através da definição, adoção e adaptação de modelos de Governança e Planejamento Estratégico que sejam referência e estejam no Estado da Arte em suas áreas de domínio e aplicação. Para isto, deve-se fomentar a troca de experiências com outras instituições, públicas e privadas, especialmente aquelas ligadas ao Poder Legislativo, nacional e internacional.

IV - E-CIDADANIA COMO FUNCIONALIDADE PARA PARLAMENTARES

Devido ao uso crescente do e-Cidadania pela sociedade, há a necessidade de que sejam elaboradas e desenvolvidas novas funcionalidades, em atendimento às demandas e necessidades dos parlamentares, para aprimorar a inserção da ferramenta na rotina legislativa deste Parlamento.

V - FLEXIBILIDADE DA JORNADA DE TRABALHO

Em uma Casa legislativa como o Senado Federal, onde são discutidos temas de interesse

e abrangência nacional, a flexibilização da jornada de trabalho é uma necessidade, pois a agenda e as deliberações legislativas se concentram, o que acarreta em sessões de longa duração e na aglutinação da agenda em certos dias da semana. Assim, uma jornada de trabalho que considere as especificidades da Casa poderá trazer maior racionalização administrativa, além de entregar um serviço de melhor qualidade e disponibilidade para os parlamentares e para a sociedade.

VI - GESTÃO DO PLANO DE SAÚDE

Deve-se promover a profissionalização da gestão do plano de saúde dos servidores e parlamentares de forma a garantir a sustentabilidade do benefício e evitar o aumento dos custos e das contribuições. Para isto, o Senado buscará referências nas boas práticas em gestão de planos de saúde e na capacitação e especialização dos gestores do plano.

VII - GESTÃO DO CONHECIMENTO

O compartilhamento de práticas e informações, de forma a permitir que valiosos conhecimentos para a organização não fiquem retidos

em apenas algumas pessoas, deve ser priorizado e valorizado. É fundamental que o conhecimento individual possa ser transformado em conhecimento organizacional ou institucional. No atual cenário, onde a projeção de servidores aptos a se aposentar é cada vez maior, a gestão do conhecimento é uma ação fundamental para mitigar o risco de conhecimentos valiosos serem perdidos.

VIII - EMPREGO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Busca-se reforçar a obtenção de informações relevantes e quantitativas que possibilitem ao Senado Federal a avaliação mais objetiva de seus serviços, processos e custos; facilitando a tomada de decisões e a identificação de situações que justifiquem iniciativas de aperfeiçoamento. Desta forma, tornam-se prioritárias as ações que contribuam para um melhor registro das atividades e tarefas realizadas nos diversos processos de trabalho do Senado Federal, o que permitirá a criação de relatórios e painéis gerenciais para a avaliação objetiva destas atividades e dos serviços oferecidos pela Casa.

IX - MANUTENÇÃO, SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO SENADO SEM EXPANSÃO

Incentivo às atividades e serviços que visem assegurar as condições de segurança, confiabilidade e conservação das edificações do Senado Federal, visando a adequada prevenção

de acidentes e a ampliação da acessibilidade.

X - MELHORIA E AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

É importante que os serviços essenciais ao Senado Federal, respeitando o que é crítico em relação à sua operação do dia-a-dia e alinhados às diretrizes estratégicas da Casa, sejam constantemente avaliados e tenham gestores bem definidos, permitindo a identificação de eventuais gargalos e oportunidades de aperfeiçoamento. Além disso, a automação e simplificação de processos devem ser priorizadas, visando a integração de sistemas e a simplificação de fluxos, através da eliminação de trabalhos manuais e focando em atividades de análise e de deliberação.

XI - MODERNIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL COM FOCO EM MÍDIAS SOCIAIS

A comunicação institucional do Senado Federal deve ser modernizada com a utilização de ferramentas de mídia social, buscando a convergência dos canais para proporcionar maior efetividade no acompanhamento do parlamento e maior interação com a sociedade.

XII - OFERTA ATIVA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Atuação de maneira proativa, buscando a criação de mecanismos que proporcionem o acesso da sociedade às

informações do processo legislativo, que lhe sejam úteis e tempestivas.

XIII - RATIFICAÇÃO DA CONTINUIDADE DOS PLANOS DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL, ACESSIBILIDADE E EQUIDADE

Promoção do uso racional de recursos naturais e financeiros, da proteção ambiental, da qualidade de vida, do desenvolvimento sustentável, da acessibilidade, da inclusão de pessoas com deficiência e da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no Senado Federal.

XIV - PORTAIS

Oferta dos documentos históricos, dos anais e dos diários do Senado Federal em meio eletrônico, em formato inteligível, aberto e estruturado e com recursos que proporcionem à sociedade a obtenção, pela internet, de informações tempestivas sobre a atividade legislativa, com recursos de pesquisa e análise dos dados acessados.

XV - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS LEGISLATIVOS E PARLAMENTARES

Modernização dos sistemas de tecnologia da informação que suportam o Processo Legislativo e a atividade parlamentar. Ao final do Programa, a expectativa é ter soluções de software mais modernas e aderentes aos

processos de trabalho e aos novos paradigmas tecnológicos.

XVI - RACIONALIZAR USO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

Revisar os contratos de mão de obra terceirizada, principalmente ao que se refere ao quantitativo de postos de trabalho suficientes para garantir os serviços essenciais da Casa. Deste modo, a Administração garante a eficiência econômica e promove a eficácia e a efetividade administrativa.

XVII - READEQUAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Conhecer a força de trabalho e adequá-la aos processos críticos da Casa, a fim de administrá-la como um verdadeiro recurso estratégico. Reconhecer as lacunas de capacitação, de recrutamento interno (banco de talentos) e externo (concurso público), e adaptar de forma efetiva os perfis profissionais às atribuições dos diversos setores.

XVIII - PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO E DO TRABALHADOR

Realinhar as ações de saúde e qualidade de vida, buscando a detecção precoce, ou mesmo, a prevenção das doenças e acidentes relacionados ao trabalho. Implantar ciclos de gestão da saúde dos servidores através de exames periódicos, de indicadores qualificados de absenteísmo por licenças para tratamento de saúde e de programas que fomentem

o bem-estar dos servidores e adequação dos ambientes de trabalho, onde couber.

XIX - TELETRABALHO

Definir e regulamentar, nas áreas em que o teletrabalho for possível, critérios objetivos para o exercício do trabalho remoto, aumentando a produtividade e flexibilizando a carga horária do servidor. Busca-se assim, melhorar a eficiência, promovendo a qualidade e celeridade dos serviços, além de contribuir para a qualidade de vida.

XX - TRANSPARÊNCIA

Divulgar, conforme determinado pela lei de acesso à informação, informações de interesse geral ou coletivo de forma ativa, independente de solicitações. A disponibilização das informações de forma ampla e transparente, em formato estruturado, traz benefícios à sociedade - ao ampliar as ferramentas de controle social -, ao cidadão - que não precisará acionar a Casa, reduzindo assim o tempo de obtenção da resposta - e ao Senado Federal, ao reduzir seu custo administrativo para atender às demandas de acesso à informação.

XXI - UNIFICAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO - PÚBLICOS INTERNO E EXTERNO

As centrais de atendimento ao cidadão já estão sendo consolidadas pela Ouvidoria, tanto em relação aos canais

de acesso quanto aos temas demandados. Além disso, o processo de acolhimento da demanda e encaminhamento e acompanhamento da resposta foi mapeado e reestruturado para garantir o efetivo e tempestivo atendimento ao cidadão. Com base nesta experiência, pretende-se promover a consolidação e padronização de todos os canais e temas relativos ao atendimento a parlamentares, servidores e colaboradores do Senado Federal, alavancando os investimentos e melhorias de processo implantados na Ouvidoria.

XXII - CONVERSÃO DA COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO DO SENADO PARA PLATAFORMAS MÓVEIS

O uso de dispositivos móveis é cada vez mais ubíquo na sociedade brasileira e se apresenta como um recurso de comunicação valioso, seja para a comunicação e relacionamento com a sociedade, seja para com o seu corpo funcional. Assim, pretende-se orientar o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de tecnologia da informação do Senado Federal para que utilizem os recursos disponíveis nos celulares tais como notificações e agendamentos, recursos áudio visuais, geolocalização, compartilhamento de conteúdo e integração com redes sociais, fomentando ferramentas para melhor integração e comunicação do corpo funcional assim como ferramentas de controle social e participação popular.

Diretorias dos parlamentos de Brasil e Israel trocam experiências em gestão

Geraldo Magela



Representantes do Parlamento de Israel são recebidos no Salão Nobre

A Diretoria-Geral do Senado recebeu, em setembro, uma comitiva do parlamento de Israel, que veio conhecer o programa de visitação, as a o

pr o acessibilidade e equidade de gênero e, ainda, trocar informa o

comitiva do parlamento brasileiro a Israel no início do ano. Na oportunidade, em evento que reuniu delega o

No campo da acessibilidade, o parlamento de Israel (*Knesset*) enfrenta desafio semelhante ao do Brasil, na medida em que precisa se adaptar a uma lei de 1998 que garante direitos iguais a pessoas com deficiência. Como explica o chefe de divisão de opera o do *Knesset*, Dan Amar, o legislativo israelense dividiu seus esforços nessa área em três metas: adapta o da estrutura física, adapta o de informa o

Assim como o Congresso Nacional, o parlamento israelense foi construído há mais de 50 anos e existem limita o

trabalho de conservação e manutenção muitas vezes não leva em conta as pessoas com deficiência. Os locais são reformados, mas nem sempre facilitam a acessibilidade”. Para literalmente driblar esses obstáculos, o chefe de operação do *Knesset* explica que foram adotadas ferramentas que ficam à disposição do público logo na entrada do parlamento, num balcão de informações acessível. Entre elas, cadeiras motorizadas, óculos inteligentes que leem as placas de sinalização/informação, aparelhos auditivos e mapa do local em alto relevo. E cabe ao visitante com deficiência escolher entre ser assistido ou transitar de forma independente.

Mas o trabalho, segundo Amar, começa com a sensibilização de colaboradores, que, lembra ele, precisam refletir sobre “como limitamos essas pessoas na hora de atendê-las”. A partir daí, conta o servidor israelense, a direção do órgão tenta formar uma rede de parceiros internos que possam executar as ações demandadas.

A chefe-adjunta de recursos humanos e desenvolvimento organizacional do *Knesset*, Levana Cohen, admite que o parlamento de seu país ainda não cumpre a cota mínima de 5% de colaboradores com deficiência física. Está próximo, é verdade - são 29 entre 651 funcionários, ou seja, precisa contratar mais quatro, no mínimo. Mas ela garante que o órgão não só atua para preencher a cota como também tem se dedicado a adequar ao máximo a lotação de cada um de acordo com suas capacidades de trabalho, o que torna o ambiente funcional mais saudável.

VISITAÇÃO

De acordo com o representante da direção geral do *Knesset*, Vadim Braverman, a cada ano o parlamento de Israel recebe a visita de cerca de 200 mil pessoas, o que equivale a



Gerardo Magela



Jonas Pereira

Acima, diretor-geral do parlamento israelense, Albert Sakharovich, e diretora-geral do Senado, Ilana Trombka. Abaixo, comitiva israelense em visita guiada no plenário da Câmara dos Deputados.

2,4% da população do país, que tem 8.7 milhões de habitantes. Em torno de 20% delas são crianças. Ele contou ainda que aquele parlamento oferece diferentes tipos de visita, como a que inclui roteiro sobre a arquitetura do prédio ou a que tem como tema a história da democracia no país.

Outro programa do Centro de Visitantes do *Knesset* é o “parlamento sobre rodas”, que leva servidores até escolas e asilos, ou mesmo às ruas, para desenvolver atividades e distribuir kits com informações educativas de como o parlamento funciona, com o objetivo de aproximar o cidadão da instituição.

SEGURANÇA

Os representantes dos dois parlamentos ainda debateram plano de segurança e análise de risco no setor. Medidas como controle de acesso, recursos tecnológicos de comunicação, além de técnicas de patrulhamento e vigilância estiveram no centro dessa pauta.

O *Knesset*, que significa reunião em hebraico, ou assembleia, em árabe, é o parlamento de Israel. O órgão, unicameral, tem 120 membros que representam o Poder Legislativo do país e elegem o governo e o presidente.

Intercâmbio confere à Casa reconhecimento de outros países

Além da comitiva de Israel, outras quatro delegações estrangeiras visitaram o Senado entre 2017 e 2018, a maioria formada por parlamentares e representantes do legislativo. Em junho, por exemplo, a diretora-geral Ilana Trombka apresentou a uma comitiva paraguaia a evolução da gestão corporativa no Senado e os resultados alcançados.

Representante do então presidente eleito do Paraguai, Mario Abdo Benitez – que viria a tomar posse dois meses depois -, o assessor Angel Aquino se mostrou impressionado com o sistema de contratações e compras do Senado e reforçou a importância

das relações e do intercâmbio entre Paraguai e Brasil.

Além do reconhecimento de ações adotadas na área administrativa, esses eventos são importante chance para a troca de experiências entre gestores. Foi o que aconteceu em julho deste ano, quando o Congresso sediou o 1º Encontro dos Quadros das Áreas de Administração, Finanças e Recursos Humanos da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlaentos de Língua Portuguesa. Logo na abertura do evento, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, anunciou a presença de gestores em áreas que tiveram os melhores resultados nos últimos anos,

e frisou que “há sempre muito a aprender vendo as práticas de outros órgãos com distanciamento”.

Mesmo aproveitamento têm as viagens ao exterior feitas por gestores do Senado. A Diretoria-Geral comemora porque enxerga nelas a possibilidade de “importar” eventuais casos de sucesso, que são observados *in loco* e debatidos com colegas de outros países. Em março, por exemplo, o diretor-executivo de Gestão, Marcio Tancredi, foi à Suíça, representando o Senado, para debater gestão corporativa com representantes de países membros da *Interparliamentary Union* (IPU).



Edilson Rodrigues

Ilana Trombka fala a representantes do Paraguai sobre funcionamento do Senado

INSTITUIÇÃO FISCAL

Por falar em reconhecimento, o trabalho desenvolvido pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, recebeu aplausos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em documento publicado em fevereiro e intitulado “Construindo um Brasil mais próspero e mais produtivo”, a OCDE afirma que desde a sua criação, em 2016, a IFI “produz relatórios mensais de alta qualidade, com projeções e cenários fiscais”.

A IFI foi criada por Resolução do Senado (nº42/2016), a partir da aprovação de projeto do senador José Serra (PSDB-SP). Seu corpo técnico é composto por economistas indicados, que são sabbatinados pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e posteriormente têm as indicações submetidas à análise e votação em Plenário.

Seus técnicos acompanham as políticas fiscais e orçamentárias, com a tarefa de traçar cenários e produzir informação sobre o comportamento das finanças públicas. Segundo Felipe

Salto, diretor do órgão, a equipe também se dedica a projeções de longo prazo que ajudam a perseguir a meta da responsabilidade fiscal das contas públicas: “A iniciativa é um bem para o Parlamento e a sociedade”. Mais de 30 países já contam com instituições como a IFI.



Marcos Oliveira

Felipe Salto, da IFI: estudos elogiados pela OCDE

ONU convida Senado a integrar Conselho Consultivo

PRODASEN PREPARA SISTEMA QUE AMPLIA INTEGRAÇÃO DE AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS

A colaboração recíproca entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Senado tem avançado significativamente nos últimos meses. Um dos frutos dessa parceria foi o convite para que a Casa legislativa passe a integrar o Conselho Consultivo do organismo internacional. O secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, comemorou a honraria e a interpretou como um “reconhecimento da capacidade técnica do corpo de servidores do Senado”.

Também em nome da cooperação, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) prepara a atualização do Sistema LexML, usado no processo legislativo do Senado. A ONU tem interesse nesse projeto, e pretende aplicá-lo ao sistema utilizado na integração dos bancos de dados das 15 agências temáticas a ela vinculadas. Criado em 2009, o LexML é uma rede de informação jurídica e legislativa que reúne bases de dados de vários órgãos.



Marcos Oliveira

João Lima, um dos idealizadores do LexML, e o diretor do Prodasen, Alessandro Albuquerque

Servidor do Prodasen e criador do sistema, João Lima explica que o LexML já vinha passando por atualização de suas ferramentas, “mas faltava um passo importante que está sendo

dado agora, quanto às normas jurídicas no tempo. Esse trabalho de gestão está dividido em duas partes. Uma, para ser entregue até dezembro, para homologação dos usuários; e a parte principal,

a ser entregue no primeiro semestre do ano que vem [2019]”. Com isso, ressalta João Lima, “o sistema permitirá de forma semiautomática, digamos assim, realizar essa gestão da norma jurídica como deve ser feita”.

BUSCA FACILITADA

O LexML disponibiliza mais de oito milhões de documentos, que são acessados por cerca de cinco milhões de usuários ao ano. Na opinião de Luiz Fernando Bandeira, que utiliza a ferramenta no dia a dia, trata-se de uma fonte de “informação legislativa, de doutrina e jurisprudência, de forma direta, atualizada e gratuita”.

O secretário-geral da Mesa lembra ainda que os avanços preparados no sistema trarão ao usuário mais facilidades, como uma linha do tempo de cada um dos ordenamentos jurídicos federais. Assim, o cidadão poderá pes-

quisar informações sobre a vigência de uma lei em um determinado momento histórico, e saber, por exemplo, se ainda está vigente ou se foi revogada. O sistema também poderá incluir conteúdos de normas das assembleias legislativas e câmaras municipais.



Secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, fala à TV sobre convite ao Senado para integrar Conselho Consultivo da ONU

Investimento em tecnologia entrega processo legislativo mais ágil e eficiente

No início deste capítulo é transcrito o primeiro dos onze compromissos firmados em Carta pelos servidores do Senado em 2015. Ele trata da valorização do Legislativo e da oferta das melhores condições possíveis para o trabalho dos representantes da sociedade. Uma das ferramentas para facilitar essa tarefa é o LexEdit, um editor de documentos legislativos do Senado, que desde maio deste 2018 ganhou novas funcionalidades e passou a operar também em *tablets* e celulares.

A modernização do LexEdit e a criação de outros mecanismos na área fazem parte do Programa de Modernização dos Sistemas Legislativos e Parlamentares, que por sua vez compõe a lista de Projetos Estratégicos do Senado, ou seja, aquelas ações planejadas para o cumprimento das Diretrizes Estratégicas 2017-2019. E exemplificam também a atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) para entregar os melhores e mais avançados produtos ao processo legislativo, área fim da Casa.

FACILIDADES

Com o LexEdit, os gabinetes criam requerimentos, recursos e outros documentos que ‘dialogam’ com a Central Legislativa e Parlamentar, da intranet, e agilizam o trabalho do parlamentar. Muito diferente do *word*, editor que não carrega informação estruturada, o LexEdit sugere um conteúdo padrão, sobre o qual o usuário pode apenas aplicar a orientação demandada pelo documento pretendido. Ou seja, é um programa utilizado no dia a dia dos gabinetes, comissões, Consultoria Legislativa e Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

O chefe do Serviço de Soluções para a Atividade Parlamentar e Consultorias (Sesap), Marcos Fragomeni Padron, conta que mantém pré-cadastrados todos os modelos de requerimento e suas complementações, “então, o LexEdit torna mais rápido a criação do requerimento, além de padronizar a informação. Ele também é integrado

ao Sedoc e pode encaminhar direto à SGM o requerimento feito”. Com isso, explica Marcos Fragomeni, “ocorrem menos erros na passagem de dados e reduzimos o trabalho da SGM ao receber o requerimento”.

O chefe de gabinete da Senadora Marta Suplicy concorda. Para o servidor João Batista de Sousa, o atual LexEdit agilizou muito o processo, tanto para enviar requerimentos quanto para acompanhar o processo legislativo por meio de seus outros recursos: “melhora substancial, com os dispositivos regimentais e redação objetiva para atendimento ao parlamentar, em sua urgência”.

Também foram realizadas as primeiras entregas do novo sistema de Diários, que passou a incluir toda a sistemática de publicação de Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional, tarefa coordenada pela Secretaria de Atas e Diários



Marcos Fragomeni, durante apresentação do LexEdit

LEGIS

Com a modernização dos processos, antigos programas de informatização vêm sendo desativados e substituídos ou incorporados por outros mais robustos e funcionais. É o caso do Sistema de Informações Legislativas (SIL), que teve suas funções assumidas pelo Legis. O novo sistema modernizou o controle dos processos legislativos realizado por órgãos da Secretaria Geral da Mesa, incluindo a alternância de presidentes e relatorias, a gestão de publicações, a definição dos prazos regulados, a produção automática de pareceres de comissões, entre outros.

O mesmo ocorreu com o Mate, sistema que armazenava os registros das matérias em tramitação no Senado. Suas funções foram igualmente absorvidas pelo Legis, como detalha o chefe do Serviço de Soluções para o Congresso Nacional, Joselito Messias Lobo: “O Mate está praticamente desligado, ficaram as funções residuais que não são ligadas ao trâmite legislativo, propriamente. O projeto ainda está

em andamento, como a gente trouxe uma base nova e tecnologia atualizada, isto abre perspectiva para novas possibilidades”.

2019

E por falar em perspectiva, o ano que chega carrega junto a promessa de solução para um antigo problema sentido pelos usuários do processo legislativo: as numerações distintas no Senado e na Câmara para matérias em tramitação.

Graças a um acordo entre as duas Casas e ao trabalho das equipes de informática, projetos, decretos legislativos e propostas de emenda constitucional terão sua numeração mantida ao atravessar os salões Verde e Azul do Congresso. De acordo com Joselito Messias, a novidade deve acontecer já no início do ano: “Agora o Legis vai integrar [a tramitação] com um componente numerador de proposições, compartilhado entre Câmara e Senado. A partir de 2019, será um número só”.

Novos sistemas agilizam rotina administrativa

Também fora de sua área fim o Senado vem ganhando eficiência e agilidade. O último ano foi marcado pela introdução de sistemas que vieram facilitar a rotina administrativa e os processos funcionais. Um deles é o Sistema de Gestão de Cargos Comissionados (GCC), que tornou automáticos procedimentos antes manuais. Como em outras situações, o Prodasen criou a ferramenta com a ajuda do setor demandante; neste caso, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), a pedido da Diretoria-Geral (DGER).

Titular da DGER, Ilana Trombka comemorou a adoção do GCC, que, segundo ela, garante maior controle, transparência e rapidez ao processo, além de indicar a cada senador, líder ou membro da Mesa Diretora a melhor forma de adequar os limites financeiros para contratação de comissionados às necessidades de seu setor.

— É realmente uma inovação que vai auxiliar muito o trabalho dos gabinetes parlamentares e de todas pessoas que precisam fazer a gestão desses nossos colegas, que melhoram e enriquecem o trabalho do Senado — afirmou.

Facilidade e economia são virtudes do GCC ressaltadas também pelo assessor do senador Flexa Ribeiro, Francisco Maiorana Neto. Segundo ele, o programa permite o uso completo da cota parlamentar, sem a perda de pequenos valores, algo que acontecia quando se desmembravam cargos no gabinete: “Com o novo sistema conseguimos um aproveitamento total da verba. Temos o exato montante



Diretora-Geral Ilana Trombka e equipe explicam avanços trazidos pelo GCC

que pode ser utilizado sem precisar de complexos cálculos matemáticos”, completa.

O diretor da SEGP, Paulo Meira, lembrou que a implantação da ferramenta está entre as metas das Diretrizes Estratégicas Biênio 2017/2018.

— O 10º item previa a melhoria e a automação dos processos no Senado. E esse sistema é uma modernização

para atender as diretrizes estratégicas. A ferramenta simplifica e deixa o processo mais seguro. Sobretudo, para os gestores, o trabalho ficará mais simplificado, pois a forma de controle será mais rápida e intuitiva — salientou.



Diretor da SEGP, Paulo Ricardo dos Santos Meira: sistema segue diretrizes estratégicas



Capítulo 2

Compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos

Os responsáveis pela administração, em todos os níveis, devem ser justos, éticos e estar atualizados em relação às melhores tecnologias de gestão pública, de pessoas e processos. Devem ser exigidos padrões rigorosos de qualidade no desempenho do trabalho, baseados em metas e indicadores adequados. O mérito e o esforço devem ser reconhecidos e recompensados. Condutas inadequadas devem ser identificadas, investigadas e combatidas. A todos devem ser proporcionadas formação adequada e capacitação continuada para o bom exercício de suas funções.

Órgãos públicos conheceram casos de sucesso do Senado

Uma série de órgãos públicos veio ao Senado, ao longo dos últimos anos, para conhecer experiências administrativas bem-sucedidas. Um deles foi o Exército. Chamou a atenção dos militares o Programa de Sistematização de Contratações, bem como a criação de unidades com perfil técnico para a consolidação das demandas do Senado e a sistematização dos procedimentos, com destaque para o acionamento das Atas de Registro de Preços (ARP).

As ARP reúnem informações sobre todas as atas de registros de preços derivadas de contratações de serviços e aquisição de bens pelo Senado, quando acontecem pelo Sistema de Registro de Preços. A ata de registro de preços é o documento vinculativo, obrigatório, com característica de compromisso para futura contratação. Nela se registram os valores, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

CONTRATAÇÕES E RECADASTRAMENTO

Esses dois assuntos estão entre os que mais despertam interesse nas instituições que agendam visita ao Senado. Representantes da Divisão de Licitações do Ministério das Relações Exteriores (MRE), por exemplo, qui-

seram conhecer as experiências em planejamento e sistematização de contratações. A mesma área foi mostrada a um grupo de servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), que ainda perguntaram detalhes sobre a automatização dos processos.

Já uma Comissão de do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal veio ao Senado para aprender mais sobre o sistema de recadastramento de servidores, que acontece anualmente. E pela Câmara dos Deputados, uma comitiva da Diretoria de Recursos Humanos conheceu o Sistema de Gestão de Consignações em Folha (ConsigSen).

Outra visita técnica trouxe ao Senado equipes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Governo do Distrito Federal, que colheram informações sobre o Programa de Formação Gerencial. Lançado em 2015, o curso é destinado a servidores e visa à capacitação, treinamento para a gestão de contratos, projetos, além do desenvolvimento gerencial e humano.



Diretor-executivo de Contratações, Wanderley Rabelo, detalha sistema de compras do Senado

Novo programa de capacitação exhibe avanços



PhD em administração em negócios pela *Florida Christian University (FCU)*, Rossana Pavanelli, em palestra que abriu PFG 2018: economia colaborativa e inovação.

Criado em 2015 para a profissionalização dos servidores do Senado que ocupam funções comissionadas, o Programa de Formação Gerencial (PFG) foi reformulado e dois anos depois ganhou cara nova. Algumas disciplinas do ciclo básico foram substituídas e todo o desenho instrucional, refeito. O enfoque passou a ser prático, com a adoção da sala de aula invertida, que se transforma num espaço para debate e elaboração de dinâmicas, enquanto conteúdos teóricos são disponibilizados no ambiente virtual, no qual também são entregues tarefas que compõem a nota do programa.

Com a reformulação de 2017 o PFG incorporou uma abordagem mais ampla, a própria matrícula passou a agrupar todas as disciplinas, possibilitando a aplicação transversal de temas. O curso, realizado no Instituto Legislati-

vo Brasileiro (ILB), ainda teve o alcance ampliado, sendo oferecido a todos os servidores, não apenas aos ocupantes de funções comissionadas.

Deu resultado. O PFG passou a atrair mais interessados e a frequência em sala de aula aumentou. A visão corporativa da Casa, reforçada em exemplos práticos nas atividades didáticas, foi um trunfo para fisgar a atenção do servidor Ruy Brandão Dourado: “Estou gostando muito. Eu trabalhava no transporte e ficava afastado do funcionamento geral da Casa. Não tinha conhecimento maior a respeito do Senado como um todo”.

Outra percepção é que mais alunos manifestam vontade de seguir na capacitação por meio do ciclo seguinte. O servidor Pedro Nery Lavinias, que está concluindo a primeira fase, é um deles.

- Achei muito positiva a iniciativa do Programa, que traz um pouco de uma cultura corporativa que a gente não tinha aqui, aparentemente. A gente faz um *networking* com outros colegas da Casa, aprende competências que não são técnicas e que às vezes a gente não teve na formação, então, acho bem positivo, comentou.

O próximo passo para Pedro Nery é o Ciclo Intermediário, criado para aprofundar as competências e habilidades desenvolvidas pelo módulo inicial do PFG. Quem explica é o servidor João Pedro Estevão de Vasconcelos, do Serviço de Treinamento do ILB (Setreina): “Por ser uma ação de capacitação mais direcionada, cada uma das cinco disciplinas tem matrículas individualizadas, cabendo ao participante optar pelas que mais lhe interessam”. Os formados pelo Ciclo Básico têm inscrição garantida neste segundo módulo.

TRILHAS DE DESENVOLVIMENTO

Outro módulo de capacitação do PFG está voltado ao desenvolvimento dos Diretores da Casa (FC04) e (FC05). O “Trilhas do Desenvolvimento” tem uma estrutura customizada, na qual os conteúdos são definidos em função das necessidades específicas de cada participante.

Modernizada, Plataforma Saberes atende melhor os alunos

A plataforma Saberes foi modernizada para atender melhor os alunos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Com leiaute renovado e recursos que facilitam a navegação, a página está mais intuitiva. Além disso, os cadastros dos alunos foram migrados para o sistema de gerenciamento *Moodle*, que é usado por escolas e universidades de todo o mundo.

É acessando a plataforma que os interessados em estudar no ILB fazem matrículas e escolhem as disciplinas. Para garantir mais interatividade, há um vídeo sobre os critérios para fazer cursos do instituto. Além disso, estão disponíveis uma área para identificação do aluno, a listagem de cursos *on-line* com e sem tutoria, além de informações sobre formação interna, voltada para os servidores. Há ainda links para as vídeo-aulas, os cursos de pós-graduação e as oficinas do Interlegis, que é o programa de modernização e integração do Poder Legislativo.

Ouvimos instrutores e alunos sobre as mudanças no Saberes. Suas identidades, porém, serão preservadas. Entre os alunos, a funcionalidade foi a

virtude mais elogiada. Uma das alunas do Programa de Formação Gerencial (PFG), que usa a plataforma há três meses, gostou de navegar pelo Saberes: “O sistema permite acesso a todo material didático utilizado nas aulas, bem como a slides e vídeos relacionados à matéria, o que facilita a revisão do conteúdo”. A possibilidade de acesso ao conteúdo via *tablet* e celular ajuda muito, na opinião da servidora e estudante, porque “flexibiliza horários da execução das tarefas pré e pós aula”.

SUGESTÕES

Apesar dos avanços, alguns facilitadores ainda sentem o Saberes pesado. A principal reclamação é que o sistema demora a carregar em razão do excesso de informações e vídeos

numa única página. E sugerem novas ferramentas, como a unificação do espaço para notas aos alunos, de forma que seja possível lançar a nota de todos sem muitos cliques.

Já os usuários alunos são só elogios. A formatação do fórum para interação entre estudantes e instrutores foi classificada como “simples e eficiente”. Outro aluno avaliou que a tela com os cursos e seu andamento “favorece muito a compreensão sobre como está o desempenho em cada um deles. Também facilita o acesso ao curso de interesse no momento em que se entra na plataforma”.

Igualmente foi bem recebida a tela de obtenção de certificados. Com a simplificação, o sistema permite ao aluno obtê-los automaticamente, e inclusive recuperar os certificados antigos.



MEC renova registro para Pós-graduação lato sensu



O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) foi recredenciado pelo Ministério da Educação (MEC), em agosto, para ministrar cursos de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, por um período de cinco anos. O MEC homologou o parecer da comissão técnica que avaliou a capacidade de a escola de governo do Senado continuar administrando esses cursos

com a chancela ministerial. O primeiro credenciamento foi em 2013.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou o bom desempenho do ILB. Para ele, é gratificante o fato de o instituto ter recebido a melhor avaliação do MEC, desde a sua criação. Assim, também de acordo com o senador, será possível continuar a ministrar cursos de qualidade. “É

justamente esse ensino de qualidade do ILB que favorece a maior eficiência dos servidores da Casa, fortalecendo o exercício do mandato dos senadores e dando as respostas que a cidadania brasileira espera do Senado Federal”, acrescentou Eunício, ao lembrar que ao longo de 20 anos, quase 500 especialistas se formaram no ILB, em cerca de 30 cursos.

Personalidades ministram aulas magnas da pós-graduação do ILB

Os alunos do curso de pós-graduação em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos tiveram a oportunidade de conhecer os conceitos da Organização das Nações Unidas so-

bre segurança humana. Em uma aula magna, o conselheiro especial sobre Segurança Humana do secretário-geral da ONU, Yukio Takasu, ponderou que a atuação precisa ser abrangente no

combate aos conflitos entre países, nos homicídios e na criminalidade, mas, “para isso, deve-se voltar para o indivíduo e sua dignidade como ser



Edilson Rodrigues

Conselheiro especial da ONU, Yukio Takasu, em palestra no Senado

Edilson Rodrigues



Ministro Gilmar Mendes, do STF, em aula magna no ILB

humano e, nos países, direcionar-se às comunidades locais”.

Conforme explicou Yukio Takasu, a segurança humana pressupõe quatro princípios ordenadores: centralidade no indivíduo, abrangência – integrando aspectos civis, políticos, econômicos e culturais –, especificidade no contexto e busca de soluções para as realidades locais. Acrescentou que o direito humano em sua essência é obrigação do Estado para com seu povo. Mas apenas isso não garante a segurança completa. A segurança humana promove a base para uma vida digna — afirmou o conselheiro, ao insistir que é “preciso mais do que forças militares para garantir que o indivíduo sobreviva à fome, às doenças e aos desastres naturais e, independentemente de raça, etnia, religião, status social e gênero, tenha a liberdade de não ter medo”.

STF

Outra aula magna a alunos de pós-graduação do ILB teve como protagonista o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. Desta vez, os alunos eram dos cursos de Direito Legislativo e Administração Legislativa. O magistrado tratou do “Estado Democrático de Direito: Relações entre Legislativo e Judiciário” e traçou um panorama da Constituição federal de 1988 e todas as turbulências políticas e econômicas que foram superadas desde sua promulgação.

Arquitetura do Congresso atrai profissionais de outros países

Profissionais da preservação da arquitetura moderna estiveram no Congresso Nacional para conhecer as formas e construções do complexo arquitetônico, por dentro e por fora. Ao todo, 27 arquitetos do Comitê Internacional para a Documentação e preservação de edifícios, sítios e unidades de vizinhanças do Movimento Moderno — Docomomo (*International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement*), da seção dos Estados Unidos, percorreram espaços como a Chapelaria, o Salão Negro, os plenários, as rampas de acesso e a plataforma de cobertura das cúpulas.

O servidor Juliano Loureiro de Carvalho foi um dos guias do grupo. Ele explicou que o Docomomo Internacional tem como objetivo a preservação de importantes obras do Movimento Moderno, além de resgatar o interesse documental e pelos ideais e herança do movimento. “A presença desses profissionais aqui possibilitou a troca de ideias e experiências em torno de um objetivo comum, que é a preservação da arquitetura moderna”.

O presidente da seção norte-americana do Docomomo, Theodor Prudon, confessou ter ficado encantado com o que viu. Contou que já veio ao Brasil outras vezes e em cada visita descobre algo novo. “A arquitetura brasileira é muito complexa e singular, o desenho, a perspectiva, a construção”, elogiou.



Deputados estaduais conheceram estratégia de controle de gastos do Senado

Incentivar os legislativos estaduais a investirem em tecnologia da informação e a adotarem processos eletrônicos de gestão. Essa foi a tônica da exposição da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, aos participantes da 22ª Conferência Nacional da União dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), realizada em maio, em Gramado (RS). Ilana participou do painel “Controle dos Gastos Públicos nas Casas Legislativas”, em que expôs o esforço do Senado para “fazer mais com menos”, lema adotado como diretriz geral da Casa nos últimos anos.

A diretora-geral explicou que, para dar fôlego a essa dimensão corporativa, a ênfase foi no planejamento, com a definição de agenda, metas e projetos estratégicos. Lembrou que o engajamento de todo o corpo de funcionários do Senado foi essencial para colocar em marcha as iniciativas, que ganharam ainda mais força com a Carta de Compromissos, editada em 2015.



Diretora-geral Ilana Trombka discursando a deputados estaduais durante Conferência em Gramado

Ilana esclareceu ainda que o Senado implementou uma importante mudança de paradigma administrativo, em que as diretrizes e políticas passaram a ser apontadas pela Comissão Diretora, e a gestão propriamente dita ficou sob a responsabilidade da Direto-

ria-Geral e seus órgãos subordinados. Essa medida possibilitou, segundo ela, maior agilidade nas decisões e na modelagem dos processos, que tiveram na informática boa parte do seu sucesso.

Plano Diretor dá o caminho para a tecnologia da informação

O Senado lançou, em meados de 2017, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), com diretrizes e estratégias previstas para o biênio 2017-2019. O documento abordou, entre outras questões, as ações estruturantes relacionadas à área de TI, os projetos voltados ao tratamento dos principais riscos de tecnologia e a definição das ações direcionadas ao atendimento das áreas de negócio do Senado.

O diretor-executivo de Gestão, Marcio Tancredi, destacou que o plano propõe orientar os serviços de oferta de soluções e estabelecer as principais demandas da Casa. Segundo ele, é preciso estar mais bem preparado para entender e encaminhar as principais necessidades. “Teremos a priorização desses itens, deixando os menos relevantes para o final. A elaboração foi feita

junto com as áreas demandantes da Casa, de maneira bastante conjunta”.

Para o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), Alessandro Albuquerque, a grande vantagem do PDTI é que os projetos e as iniciativas foram definidos em parceria com as outras unidades do Senado. De acordo com ele, desta forma é possível decidir como a área deve funcionar para atender as reais necessidades.



Marcio Tancredi explica novidades na área de tecnologia da informação

Central de serviços facilita revalidação de dependentes

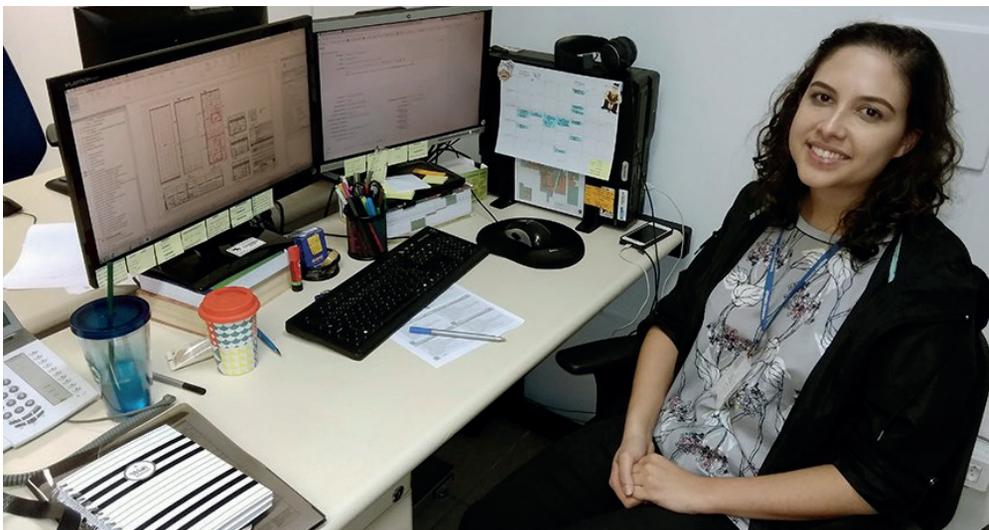
A cada seis meses, o servidor João Baptista Neto precisa revalidar o cadastro de dependente de sua filha, a estudante Jéssica Almeida (23), junto ao Sistema Integrado de Saúde (SIS). Ele e todos os colegas com filhos ou enteados com mais de 21 e menos de 24 anos de idade precisam fazer regularmente esse procedimento, que também é obrigatório para fins de registro de dependentes no Imposto de Renda. A novidade é que a última renovação foi mais fácil para João Baptista.

É que a central de serviços, na intranet, passou a receber os pedidos de revalidação, feitos por meio da aba “Pessoal”. Ali são preenchidos os dados e anexado o documento comprobatório de matrícula do filho ou filha estudante em estabelecimento de ensino médio ou superior para o semestre em curso. A iniciativa faz parte do Projeto de Automação de Recursos Humanos, e está entre os projetos estratégicos para o biênio 2017-2019.

O processo de renovação, conta o servidor, “foi fácil e rápido, sem dor de cabeça”. Tudo bem, no caso de João Baptista, até houve um pequeno incômodo posterior, já que o processo demorou para ser tramitado para o setor correto, mas nada que tenha atrapalhado a vida, reforça.



Servidor João Baptista Neto recadastrou filha Jéssica pela central de serviços



Hana Augusta de Andrade, da Coordenação de Projetos e Obras de Infraestrutura, é conhecida entre os colegas como gerente BIM

VISITANTES MELHOR ATENDIDOS

O Senado contratou neste ano 23 recepcionistas para atuar nas entradas dos Anexos 1 e 2, além da Chapelaria e do Salão Azul. A iniciativa atendeu a um dos objetivos do projeto estratégico de humanização e de melhoria da qualidade de acesso ao Senado Federal.

CONTROLE INTERNO CAPACITA SERVIDORES

Frente às constantes atualizações de técnicas, normas internacionais de auditoria e de boas práticas propostas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Secretaria de Controle Interno (SCISF) promoveu curso para capacitar servidores na aplicação da metodologia de auditoria baseada em riscos.

Foram três dias de reciclagem, em sistema de imersão, para aprimorar as competências nesse tipo de atividade a partir de estudos sobre a gestão de riscos.

GESTORES E FISCAIS GANHAM CANAL ÁGIL

Quanto mais ágil for o contato para troca de informações e experiências entre gestores e fiscais de contratos, melhor. Isso torna os processos mais céleres e reduz o risco de aborrecimentos. A demanda foi atendida com a implantação de um espaço para essa troca de idéias na intranet do Senado.

Para o diretor-executivo de Contratações, Wanderley Rabelo, ao tornar a comunicação mais fluida, o Fórum de Gestão e Fiscalização de Contratos acelera a obtenção de dados e permite elucidar eventuais dúvidas que muitas vezes acabam não sendo externadas.

ENDEREÇOS PADRONIZADOS E ATUALIZADOS

A Coordenação de Arquitetura atualizou e uniformizou o sistema de endereçamento interno do Senado. O Manual de Endereçamento do Complexo Arquitetônico veio com a intenção de melhorar mecanismos de localização de objetos, equipamentos e ambientes da Casa.

O manual abrange todo o complexo arquitetônico e tem facilitado o reconhecimento dos locais e a orientação de colaboradores e visitantes.

JÁ EM USO, SISTEMA RACIONALIZA CONSTRUÇÕES

A Secretaria de Infraestrutura concluiu em maio o primeiro projeto arquitetônico totalmente feito com o apoio da tecnologia BIM (Building Information Model). Trata-se de modelo virtual de construção, com informações sobre a composição física de cada elemento, o que permite simular, por exemplo, como determinada estrutura reage ao tempo e aos impactos da gravidade.

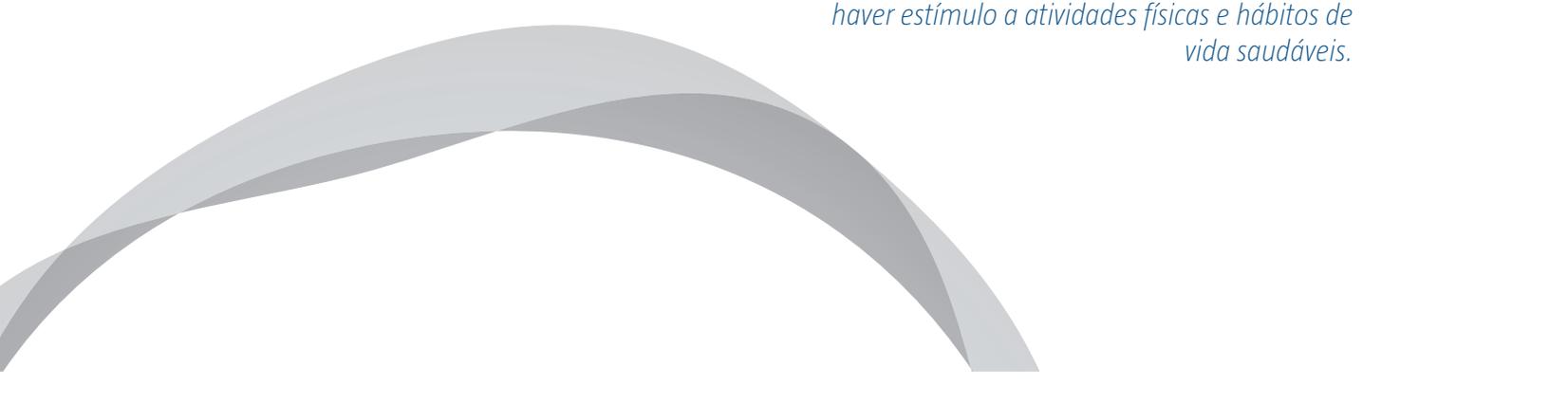
A tecnologia deverá ser utilizada pela Secretaria em todas as fases do ciclo de vida dos edifícios, com ganhos em curto, médio e longo prazo. Os próximos projetos a receberem a intervenção do BIM serão os das áreas elétrica, hidrossanitária e de ar-condicionado.



Capítulo 3

Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores

Todos devem ser tratados com dignidade e considerados em sua individualidade. Devem ter espaço para trabalhar que seja saudável, agradável, seguro, limpo, acessível, livre de poluição e adaptado às suas necessidades e limitações. O ambiente de trabalho deve ser de harmonia e cooperação, livre de preconceitos e agressões. Todos devem ter remuneração adequada à importância da função que exercem e à excelência exigida no seu desempenho. O cuidado com a saúde deve ser prioridade e deve haver estímulo a atividades físicas e hábitos de vida saudáveis.



Programa Reencontro junta útil ao agradável, e aposentados comemoram

Alegria e ansiedade estampadas fazem com que seu Vicente (72) pareça uma criança na volta às aulas. Sentimentos compartilhados por todos os membros do grupo. É dia de Reencontro, programa da Diretoria-Geral que, a pretexto de atualizar informações cadastrais e renovar a oferta de serviços ligados à saúde e à qualidade de vida, faz com que antigos e antigas companheiras se juntem mensalmente às margens do Lago Paranoá, na sede da Associação dos Servidores do Senado Federal (Assefe).

Além da Assefe, apoiam a iniciativa o sindicato dos servidores do Legislativo (Sindilegis) e a Associação dos Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal (Assisefe). Aliás, seu Vicente, ou Vicente Sebastião de Oliveira, é o 2º vice-presidente da Assisefe. Em meio à confraternização - que também prestigia os aniversariantes do período -, órgãos ligados à Diretoria-Geral renovam informações dos aposentados e pensionistas, ajudam na



Servidores aposentados em edição do Programa Reencontro: confraternização e prestação de serviços

criação de seus e-mails corporativos e validação de senha e os convidam para campanhas promovidas pelo setor de Qualidade de Vida.

Na edição de setembro de 2018, por exemplo, foi distribuído aos servidores um *kit* contendo gel para as mãos e *folder* com informações sobre como

solicitar contracheque, entre outras utilidades. Enquanto isso, equipe do Sistema Integrado de Saúde (SIS) repassava o novo regulamento do plano de saúde e explicava detalhes do plano. Como salientou o coordenador de Atendimento e Relacionamento do SIS, Geovane Resende Silva, “o evento aproxima o Senado cada vez mais dos aposentados e estreita os laços com os beneficiários, sejam eles ativos ou aposentados”.

Com o Programa, esse público economiza idas ao bloco administrativo do Senado e alguma espera para resolver assuntos burocráticos. Ou seja, menos dor de cabeça e mais alegria, além de boa música e saborosos lanches, inclusive dietéticos. A reaproximação, a volta da convivência com colegas de tantos anos é comemorada por dona Maria José. Ao parabenizar a Diretoria-Geral e as associações e sindicato envol-

vidos na iniciativa, a servidora falou que a ação ajuda a reverter o sentimento do aposentado de que está “distante de tudo”. Seu Vicente concorda, e acrescenta que além de centralizar a

solução de pendências num só lugar, o espaço arborizado e agradável à beira do Lago virou uma esquina – alusão ao plano urbanístico da Capital – para sediar esses bons reencontros.



Intranet facilita cálculo de proventos sem paridade

O servidor do Senado que ingressou no serviço público federal de 2004 em diante conta com uma calculadora na intranet que projeta o valor de seus proventos na aposentadoria. A ferramenta, lançada em julho, é fruto de parceria entre a Coordenação de Benefícios Previdenciários (Cobep) e a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen).

O chefe do Serviço de Controle e Informações Previdenciárias, Roberto Willian Martins Silva, explica que a mudança alcança quem tomou posse depois da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003. Com a calculadora, os servidores que se enquadram nessa categoria podem ter uma noção real dos proventos como aposentado, mas, conforme

alerta Roberto Willian, isso só vale se a aposentadoria estiver próxima à data da simulação.

— Importante esclarecer que a ferramenta considera o dia da emissão do relatório, não sendo possível simular aposentadorias em datas futuras, devido às diversas mudanças legislativas que podem ocorrer ao longo dos anos. Mas a intenção da ferramenta é auxiliar a decisão do servidor — informou.

FORMA DE CÁLCULO

Roberto explica que o simulador considera a média das 80% maiores remunerações de contribuição ao RPPS e ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com base

na Lei nº 10.887/2004, que acabou com a paridade para quem tomou posse a partir de 2004.

Roberto Willian lembra ainda que os servidores que ingressaram no Senado após 07/05/2013, apesar de contribuir ao Regime Próprio de Previdência Social, estão vinculados ao teto do Regime Geral (RGPS), atualmente no valor de R\$5.645,80. Mais um detalhe, aponta o servidor: é necessário que os interessados nessa simulação completem, antes, a averbação do tempo de contribuição, tanto na iniciativa privada quanto em outros órgãos públicos. Esse procedimento, feito junto ao INSS, é essencial, uma vez que a fórmula de cálculo incluiu todas as remunerações de contribuição.

Palestras, cursos e campanhas indicam caminhos para a aposentadoria

A fase que se abre após décadas de serviços prestados pode ser rica em projetos e cercada de tranquilidade. Mas uma via errada pode levar aposentados à ansiedade, dores de cabeça, dívidas. Para que não derrapem em suas escolhas, a Diretoria-Geral do Senado vem priorizando, ano a ano, iniciativas que ajudam os servidores a refletir e a tomar as melhores decisões, inclusive bem antes de lerem seus nomes no Boletim Administrativo com o deferimento da aposentadoria.

Campanhas, palestras, debates e cursos integram o Programa de Reflexão para a Aposentadoria (PRA), vinculado ao Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT). E desde a primeira ação do Programa em 2018, a palestra “Envelhecimento ativo e aposentadoria”, dada pelo chefe do Serviço de Geriatria do Hospital Universitário de Brasília, Dr. Marco Polo Dias Freitas, até o curso de planejamento financeiro, organizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro

(ILB), houve dezenas de iniciativas nesse sentido.

Uma das mais concorridas foi a palestra que tratou dos critérios para o pedido e forneceu dicas para que o servidor escolha a melhor época e, com isso, perca menos dinheiro. O palestrante Roberto Willian Martins da Silva,

chefe do Serviço de Controle e Informações Previdenciárias (Seipre), explicou que a equação envolve benefícios que podem ser pulverizados se o servidor der entrada no processo no momento errado:

— Nosso objetivo é orientar os colegas prestes a se aposentar a



Servidores assistem a palestra sobre planejamento financeiro para a aposentadoria

buscarem informação e verificarem a melhor data para efetuar a solicitação da aposentadoria levando em conta uma série de benefícios individuais, como a quantidade de férias e, também, questões como abono de permanência.

Participante da palestra, José Mendonça de Araújo Filho, assessor técnico da Primeira-Secretaria, sentiu-se valorizado como servidor ao perceber a preocupação do Senado em reservar um tempo para essas orientações a ele e aos colegas. Mendonça também elogiou a didática e a disposição do palestrante em prender a atenção de todos e afastar o que chamou de “fantasma do enfrentamento de gerações”.

— Ele domina tão bem os assuntos e nos trouxe conhecimentos que foram novidade até mesmo para os colegas mais antigos. Teve a competência de transformar a complexidade do assunto previdenciário em algo simples e que acalmou até mesmo os colegas mais preocupados. O tempo foi até curto para tanta informação e, por isso, eu até mesmo sugiro a realização de novos encontros — propôs.

EMPREENDEADORISMO

Um resumo das conclusões colhidas nesses tantos eventos poderia começar pela correção do termo “inativo(a)” e o consequente redesenho da imagem dos aposentados. De olho nas tendências e na palavra dos especialistas, o PRA 2018 trouxe, por exemplo, palestra que abordou o empreendedorismo. O consultor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), João Solér, explicou premissas como planejamento, definição de metas e monitoramento aos que pensam em abrir um negócio.

Formado em psicologia e análise de sistemas, Solér enfatizou a importância da mudança de comportamento e lembrou que quem “não se mexer,

não se preparar para esse novo tempo, vai entrar em extinção”. Com base em estudo do psicólogo norte-americano David McClelland, Solér destacou três características que podem levar ao sucesso no empreendedorismo: a vontade de realização, o planejamento e o desenvolvimento do poder pessoal, que significa “ser capaz de persuadir o outro a fazer aquilo que a pessoa quer”.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Outro item essencial na pavimentação de uma boa aposentadoria, o planejamento financeiro foi abordado em curso no ILB por meio de cinco encontros entre setembro e outubro de 2018. Antes, o PRA já havia exposto em palestra assuntos como os requisitos para o pedido de aposentadoria e consequentes mudanças no contracheque. Já no curso, o foco do facilitador Anderson Alves de Oliveira estava na atenção e nas medidas que servidores precisam adotar ainda durante a carreira para não serem surpreendidos na nova fase.

Dessa forma, os participantes são provocados a elaborar um projeto de vida, incluindo metas de poupança, de forma a se manterem independentes na aposentadoria. Também são estimulados a perceber as diferenças entre desejos e necessidades e identificar padrões de consumo. Aprendem, ainda, a fazer projeções com vistas a criar uma reserva financeira.



Consultor João Solér: caminho para o empreendedorismo pós aposentadoria

Programa Reflexão também estimula troca de experiências

Envelhecimento, morte de parentes e amigos, relacionamento com os filhos, sexualidade, papel de avós. Esses e outros temas são frequentemente abordados pelo Programa de Reflexão para a Aposentadoria (PRA). Em agosto, esse momento de troca de ideias reuniu 22 participantes durante cinco dias no evento “Refletir o futuro”.

Vídeo com depoimentos de ex-colegas, hoje aposentados, e vivências foram reunidos para auxiliar na reflexão sobre as angústias e alegrias de uma vida pós-trabalho no Senado. O curso coordenado pelas psicólogas e facilitadoras Ana Lúvia Babadopulos e

Lúcia Pimentel, do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (SeSoQVT), que contou com a parceria da Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino (Cotren) do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Vivências de retorno ao passado e de projeção de vida futura foram

realizadas após exibição e debate dos filmes “As Confissões de Schmidt”, que trata das dificuldades da vida após a aposentadoria, e “Um Divã para Dois”, sobre a redução do interesse pela sexualidade de um casal com longa vida em comum.



Campanha “Outubro Rosa” vai parar em revista inglesa



Ilana Trombka fala sobre prevenção contra o câncer de mama

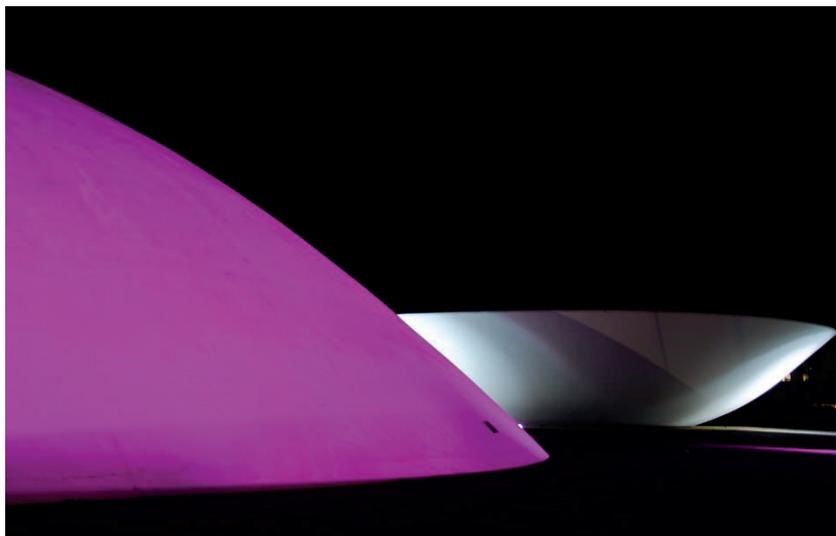
A revista britânica “*Health Communication*” (Comunicação em Saúde) trouxe na edição de outubro o artigo “*Social Marketing and Health Communication: A Case Study at the Brazilian Federal Senate*”. Em 26 páginas, o diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP), Paulo Meira, a diretora-geral, Ilana Trombka, e a coordenadora-geral de Saúde da Casa, Daniele Carvalho Calvano Mendes, fazem um balanço da atuação do Senado na Campanha Outubro Rosa, bem como tratam da prevenção do câncer de mama.

No artigo, os autores defendem que as redes sociais são instrumento bastante relevante nesta urgência de prevenir a doença. Apenas no Brasil, há cerca de 120 milhões de usuários dessas redes, mais da metade da população. Destes, 3,5 milhões seguiam as páginas do Senado nos mais diferentes canais. A ideia do Senado na campanha Outubro Rosa do ano passado foi, justamente,

aproveitar esse potencial de comunicação para alcançar mais e mais pessoas. Junto a isso, a Casa promoveu uma campanha que possibilitou 150 exames de mamografia em empregadas tercei-

rizadas. Entre as 160 colaboradoras do Congresso foram examinadas em 2018 (Leia mais na próxima página).

Afinal, como ressaltou a médica Daniele Mendes, todo mundo tem uma mulher importante na vida e é essencial que elas encarem a doença sabendo que a medicina oferece uma série de tratamentos. Ainda assim, é fundamental investir no diagnóstico precoce. A coordenadora-geral de Saúde do Senado acrescentou que campanhas como o Outubro Rosa são relevantes também para disseminar informações. “O conhecimento é um instrumento muito importante na prevenção ao câncer de mama”, arremata a médica.



Durante o mês de outubro, Senado e outros prédios se colorem de rosa em apoio à campanha de prevenção contra o câncer de mama

Em dois anos, 310 terceirizadas fizeram mamografia

A mamografia é o exame mais eficiente para saber a quantas anda a saúde das mamas. Apesar disso, não é um procedimento fácil de ser agendado na rede pública e custa caro em clínicas particulares. Com essa preocupação, o Senado articulou parcerias que resultaram na aplicação desse exame em 310 trabalhadoras terceirizadas entre 2017 e 2018. Destas, 160 estão sob contratos de terceirização da Câmara dos Deputados. O esforço faz parte do Programa “Outubro Rosa” de prevenção ao câncer de mama.

Sem plano de saúde, Delita Lopes, que trabalha na limpeza, fez a mamografia pela primeira vez em 2017. Antes, só havia feito ecografia nas mamas. “Quando fiz a ecografia, tinha menos de 40 anos. O médico

me disse que, por não ter casos de câncer na família, poderia deixar pra fazer a mamografia após essa idade”, contou. A colega Donária Soares, 56 anos, relatou que desde os 40 tem lutado para manter em dia os exames preventivos, mas reclamou que no sistema público de saúde isso é às vezes muito complicado: “A fila para consultas é grande, e muitas vezes os mamógrafos dos hospitais estão quebrados”.

A mamografia realizada regularmente ajuda no diagnóstico precoce de câncer de mama, o que faz reduzir a mortalidade por esse tipo de doença. Para se ter uma ideia do alcance dessa iniciativa, o médico do Senado Martinho Cândido de Albuquerque conta que no ano passado o rastreamento encontrou alguns

resultados positivos. “Isso significa que algumas pacientes apresentaram achados suspeitos e necessitaram realizar biópsia. Esses casos foram encaminhados à rede pública do DF para os procedimentos de investigação complementar, que incluía novos exames de imagem, citologia e/ou biópsia mamária”.

A campanha foi uma iniciativa da Diretoria-Geral (DGER) e da Procuradoria Especial da Mulher, em parceria com a Sociedade Brasileira de Mastologia/Regional DF, o Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) e, em 2018, com a Câmara dos Deputados, que cedeu o Setor de Radiologia de seu Departamento Médico para a realização dos exames.



Trabalhadoras terceirizadas são atendidas e encaminhadas ao exame de mamografia

Jogo ajuda na integração da equipe

Um jogo, ou *'game'* no vocabulário dos mais *nerds*, pode melhorar a integração de uma equipe de trabalho? A Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDoc) apostou que sim e lançou em junho de 2018 o "SGIDoc em Ação". A ideia do brinquedo é ser mais um instrumento de valorização profissional, ao reconhecer e divulgar os trabalhos, além de promover a colaboração mútua. "Assim, podemos contribuir para a melhor eficiência dos processos", explicou a chefe do escritório setorial de gestão da Secretaria, Marília Marra.

A função básica do jogo, como informou a diretora da SGIDoc, Dinamar Rocha, é engajar as equipes, além de mostrar o Senado como instituição fundamental para o sistema democrático brasileiro. Para isso, ela defende ser necessário fortalecer a atuação das equipes, "tendo como finalidade atender a missão de servir à sociedade".

O *game* funciona como um clube de investimentos. Os servidores ganham créditos virtuais (os *sgidocs*)

pela execução de uma série de tarefas. Entre elas, estão as ligadas à integração das equipes e à valorização do trabalho. A participação no jogo é totalmente voluntária e os jogadores podem atuar ainda como "investidores anjos" e, desta forma, ajudar nos projetos de outras unidades. O servidor Adão Murrowaniecki, por exemplo, colaborou na produção dos vídeos de divulgação dos Projetos do Serviço de Tradução e Interpretação e do Serviço de Processo Eletrônico.



Marília Marra, do SGIDoc: aumento da eficiência

Quer trocar? Doar? Empréstimo? Que tal usar a rede do Senado?

Aquele livro que você comprou, leu e adorou pode ser compartilhado nas estantes do desapego, que estão em alguns locais do Senado e com o visual remodelado. Outros objetos que não usamos ou não queremos mais também estão no jeito de serem doados ou trocados. Essas ações de compartilhamento fazem parte de uma iniciativa que ganhou o nome de “Ponto.compartilha”.

A proposta inclui não apenas livros. A aba “Trocas e Empréstimos” está nos classificados da intranet e há ainda as atividades da Feira de Trocas do Senado, promovida pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS).

O “Ponto.compartilha”, como informou o chefe do Serviço de Publicidade e Marketing, da Coordenação de Publicidade e Marketing (Comap), Daniel Pandino, veio para estimular as ações de desapego. Segundo ele, o ato de se desapegar não se resume ao fato de os objetos não serem mais usados por seu dono, “mas uma percepção de que as coisas ainda têm valor e podem ser úteis para outras pessoas”.



Raquel Oliveira e Juliana Miranda, do NCAS, organizam estante do Ponto.Compartilha no Espaço do Servidor

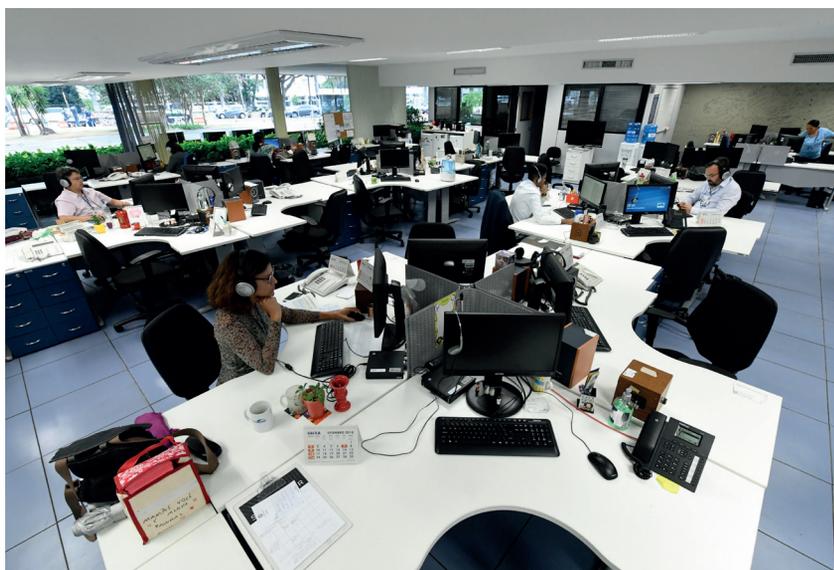
Com reforma, equipes da Rádio se integram

Como dizia o Velho Guerreiro, quem não se comunica, se trumbica. A máxima do Chacrinha vale para qualquer um, mas, ainda mais, para um serviço de comunicação. A fim de possibilitar que diversos setores trabalhassem no mesmo espaço e, assim, facilitar a troca de informações, competências e até de afetos, a Rádio Senado passou por ampla reforma.

Com as novas instalações, setores responsáveis por produção e divulgação de notícias – redação, produção, locução e radioagência - estão juntos. Até então, cada um ficava em um espaço específico. Na avaliação do diretor da emissora, Marco Antônio Reis, a ideia de promover a integração foi muito bem sucedida, não apenas no aspecto profissional, mas no pessoal: “Gente que nem se conhecia direito agora trabalha lado a lado”.

Durante os quatro meses da obra e para possibilitar que a Rádio Senado continuasse a transmitir notícias e música de qualidade, 24 horas por dia, os funcionários foram temporariamente alocados em diferentes espaços da Casa. Parte dos repórte-

res, por exemplo, ficou num espaço do Prodasen; outros foram para uma sala da TV Senado; e os demais atuaram provisoriamente na Secretaria de Comunicação.



Integração: reforma aproximou colegas na Rádio

“Felicidade” domina reflexões do Mês do Servidor



Márcio Fernandes em palestra no auditório Petrólio Portella: Mês do Servidor

Sentimento que dá lucro, sugere empresário-modelo

É possível ser feliz e ganhar dinheiro. Esse foi o recado que o empresário Márcio Fernandes, considerado pela revista *Você S.A.* o líder mais admirado do Brasil em 2014,

trouxe aos servidores do Senado. Em uma palestra em outubro de 2017 e que fez parte das comemorações do Dia do Servidor, ele defendeu que somente com a definição de propósitos é possível

ir mais longe. “Afinal, o propósito é a base da felicidade”.

O empresário, que presidiu por seis anos a distribuidora de energia Elektro, explicou que assim como as

peças, as empresas têm propósito. “Se todos eles forem lícitos, nós conseguiremos convergi-los para coisas inacreditáveis. A convergência de propósitos concebe resultados incríveis”, afirmou. O desafio, então, é fazer com que um conheça o propósito do outro e isso só acontece quando há diálogo.

Segundo Márcio Fernandes, ao recuperar o diálogo profissionais e empresas podem seguir caminhos viáveis para ambos. Além disso, o funcionário passa a se sentir respeitado pela organização. “Assim como o amor, isso não pode ter preço, não é comprável, é uma opção. São as pessoas que fazem isso.

A gestão tem que estar comprometida com o desenvolvimento, deixando o ego de lado”, destacou o executivo, filho de doméstica e operário, e que começou a trabalhar aos 12 anos.

Clóvis Barros: chave está nos instantes de felicidade

As escolhas que fazemos são responsáveis pelo tamanho da nossa felicidade. A dica simples, mas bastante eficaz, foi dada pelo professor e escritor Clóvis de Barros Filho, que falou sobre a “Vida que vale a pena ser vivida”, em palestra durante as comemorações do Dia do Servidor de 2017.

O escritor pregou que o indivíduo pode e deve assumir o controle da própria biografia. “Cada segundo da nossa vida poderia ser vivido em outro lugar, com outras pessoas, pensando, fazendo outras coisas, e sentindo outras sensações”. Clóvis de Barros Filho ressaltou que as situações que enfrentamos têm duas classificações: as que dependem da iniciativa pessoal para acontecer e as que não podem ser con-

troladas. O complicado, segundo ele, é que a maioria prefere jogar as fichas no segundo caso, naquela onda ‘deixa a vida me levar’, quando poderiam fazer escolhas.

Há ainda alguns critérios a serem observados por nós nos momentos de definições. Para o professor, é preciso ter como referência aonde se quer chegar e quais as expectativas.

“Sua vida será melhor se você explorar o que tem de mais forte e se você tiver com quem comemorar. Será melhor se você tiver potência de agir, disse, e lembrou que cada ser tem a responsabilidade de buscar a própria felicidade”.



Clóvis de Barros Filho fala a servidores do Legislativo no Instituto Serzedello Corrêa, no TCU

MÊS DO SERVIDOR 2018

Amyr Klink - A beleza e a importância dos desafios



Mares do Mundo: escassez nos ensina a sermos mais criativos, atesta Amyr Klink

A palestra que fechou as comemorações do Dia do Servidor em 2018 não poderia ser mais bela e apropriada. Com Amyr Klink ao leme, servidores do Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União (TCU) foram convidados a refletir sobre os desafios que nos cercam.

Poucos enfrentaram tantos desafios quanto o navegador brasileiro que deu a volta completa na Antár-

tica no mesmo verão. Ao falar desse episódio, Klink lembra que estava desanimado e que sua esposa, Marina, não o deixou desistir. Vendeu a casa e adquiriu um programa meteorológico norte-americano, capaz de medir as correntes marinhas e a direção dos ventos e tempestades.

— Não havia vento e eu ficava parado de 10 a 15 horas por semana e

não conseguia cumprir a meta de 175 milhas por dia. ‘Você tem que andar junto com as tempestades’, disse Marina — conta o navegador, que completou o circuito em quatro meses e três dias.

Ao compartilhar algumas de suas tantas aventuras, o navegador, escritor e economista transmitiu ao público a importância de superar de-

saños para obter resultados. “Quando não tem problema, nenhum risco visível, você se torna pouco competente. A escassez é a mãe da criatividade”, ensinou Amyr Klink sobre sua viagem ao Ártico, em que os dias estavam tão tranquilos que ele se descuidou e quase perdeu o barco em oito ocasiões.

Em outra passagem, quando conseguiu completar a navegação ao redor da terra, no hemisfério sul, a bordo do veleiro Paratii, Amyr Klink foi recebido por sua amiga alemã Hedel, após viagem de 88 dias e seis horas e um percurso de 16 mil quilômetros. Ele partiu da ilha Geórgia do Sul, navegou continuamente em linha reta até bater naquele ponto outra vez, tendo atravessado sozinho os oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. Amyr conta que ela pulava e gritava.

— Você conseguiu contornar a bola onde a gente mora — ao constatar que ela havia soltado as amarras de seu barco na viagem de ida pelo leste, e que naquele momento ele retornava pelo oeste, pelo poente.

Amyr Klink reforçou que conseguiu compreender a importância de servir, como fazem os servidores públicos, quando fez uma viagem à Antártica e seu barco ficou preso no gelo por seis meses. Os amigos diziam: “você vai morrer”, membros de navio de pesquisa francês advertiam pelo rádio: “você é louco. Saia daí. Vai esfriar, vai congelar”. De fato, o navegador conta que passou quatro meses sem ver o sol, mas não se arrependeu:

— Essa é a beleza de abraçar o problema. Tinha que fazer acontecer! E fazer o melhor possível.

Foi então que compreendeu que, por trás de suas aventuras, havia muitas pessoas provendo suas necessidades e percebeu “a beleza de pertencer a uma comunidade, a uma instituição, a um país”. Também precisou da ajuda de um engenheiro naval para entender que, ao tentar ser esperto

e projetar a construção de um barco que não capotasse, estava equivocado:

— Você está fugindo do problema. Se quiser chegar, tem que capotar e descapotar. Abraçar o problema — avalia. Isso foi na sua primeira viagem, em 1984, quando, em cem dias, realizou a travessia solitária em um barco a remo no oceano Atlântico, um percurso de sete mil quilômetros entre Luderitz, na Namíbia (África) e Salvador, na Bahia.

A experiência de aprender a remar, que levou quatro meses em treinamento de corrida de 12 km por dia, possibilitou a ele e sua equipe vencer o primeiro campeonato em São Paulo.

— Não é a força nem o talento que vence. É o conjunto.



Navegador brasileiro deu a volta na Antártica em 123 dias.

Agorismo pressupõe ação, adverte Motomura

As instituições devem refinar o uso da mente abstrata. Foi o que defendeu o principal executivo da empresa de consultoria Amana-Key, Oscar Motomura, ao apresentar os conceitos-chaves do Programa de Gestão Avançada desenvolvido pelo grupo.

Em palestra realizada no Senado em agosto, Motomura explicou que o segredo está no Agorismo, um conceito concebido pelo presidente do *Media Labdo Massachusetts Institute of Technology* (MIT), Joi Ito. O Agorismo, explicou, pressupõe agir com improviso para modificar uma situação, desde que se tenha a bússola de para onde se está indo e aonde se quer chegar.

Conforme acrescentou Motomura, o Agorismo está assentado em conceitos simples: a cultura do ágil, de “construir o avião em pleno voo”, porque os imprevistos e o surgimento de novas tecnologias acontecem a cada momento, uma vez que a vida é

dinâmica. Então, de acordo com ele, “as empresas e organizações têm que funcionar como um organismo vivo e ser capazes de se reinventar a todo instante: o futuro se constrói fazendo um ano em um dia”.

Ao escolher esse tipo de atuação, Motomura defendeu ser possível

trazer a inovação para os indivíduos, com grupos informais atuando em conjunto para solucionar um problema. “Precisamos investir no refinamento de nossa capacidade de fazer abstrações. O cidadão que existe dentro de nós deve acordar para fazer o melhor”, afirmou.



Oscar Motomura no auditório do Interlegis: improviso com foco

Cartilha traz dicas para prevenir dores musculares

Ajustar a posição do teclado e da cadeira pode evitar a dor. Essa é uma das orientações trazidas pela cartilha “Orientações Ergonômicas”, produzida pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (SESOQVT). Parece simples. E é. Mas só quando passou a seguir essa dica a servidora da Coor-

denação de Publicidade e Marketing (Comap), Tatiana Menezes, parou de sofrer com dores musculares.

Na cartilha os médicos do trabalho Gustavo de Almeida e Hugo Ricardo Valim de Castro fornecem informações sobre medidas a serem tomadas em relação a questões de ergonomia.

“São coisas simples, mas, de fato, [as medidas previstas na cartilha] podem ajudar”, disse Gustavo de Almeida.

- De toda forma, entendo que as pessoas estão mais conscientes de certos cuidados, e várias dicas são facilmente obtidas em consultas simples na internet, esclareceu o médico.

Segredo pode estar na meditação

A pausa de alguns minutos na movimentada agenda funcional serve de “motor” para a retomada do trabalho com acréscimos de leveza, humor e foco renovado. É a parada para meditação, que ganha corpo no Senado, por iniciativa dos próprios servidores.

Na Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDoc), a meditação é organizada e ministrada pelo servidor Wênis Batista, e acontece sempre às quartas-feiras. Já nas segundas – em grupo já fechado - TV Senado, Serviço de Direitos e Deveres e outros setores contam com a ajuda do servidor Bruno Brey para sentar e relaxar. Aliás, para muito mais que isso.

É que a meditação reduz os níveis de cortisol - hormônio associado ao estresse -, aumenta as capacidades de concentração e memorização, diminui os níveis de ansiedade e aprimora a capacidade de as pessoas regularem suas emoções e sentirem empatia por outras. Ou

seja, traz “insumos” fundamentais para o dia a dia numa corporação.

O servidor José Ricardo Melo Albuquerque, da SGIDoc, atesta os benefícios desses instantes de silêncio e respiração que, segundo ele, ajudam a estabelecer uma linha de

trabalho mais harmoniosa: “Há a possibilidade de fazer o nosso motor mental abrir horizontes, de vivenciarmos uma experiência bastante importante e revigorante no âmbito da administração pública”.



Minutos diários que reforçam o foco e o bem estar

Horários de jornada diferenciados favorecem atendimento de demandas

Com o avanço da tecnologia e novos modelos de trabalho, muitas empresas passaram a oferecer vagas para que os empregados desempenhem a função em casa ou em horários maleáveis. Segundo dados da *Global Workplace Analytics*, 40% população economicamente ativa nos Estados Unidos tinha sua casa como posto de trabalho em 2017. No Brasil eram 26%. E foi em abril de 2017 que o Senado adotou mudanças na jornada de trabalho.

A novidade mais significativa, de acordo com Ana Valéria Cantão, que é do Serviço de Controle de Frequência, foi a jornada flexível. A servidora explicou que esse modelo trouxe ganhos significativos, uma vez que adequou determinados expedientes às demandas legislativas, que variam de um dia para o outro: “É importante ressaltar que a jornada flexível ocasionou diminuição da necessidade de horas extras devido ao melhor aproveitamento do horário às

necessidades do Senado”. Para Ana Valéria, a medida também desperta mais responsabilidade e comprometimento ao servidor que passa a gerenciar a própria jornada.

O sentimento é confirmado pela servidora Glauceni Nunes, que atua no gabinete do senador Guaracy Silveira

e cumpre jornada flexível. Ela explica que o funcionamento do gabinete exige maior tempo disponível entre terça e quinta-feira, dias em que ela chega muito cedo e sabe que pode ficar até depois das 22h. As horas excedentes são registradas e, então, compensadas nas segundas e sextas, quando é pos-



sível usar parte do período cuidando de compromissos pessoais. “Além de racionalizar a jornada de acordo com a necessidade de serviço, eu sinto que todos ficam mais satisfeitos. A chefia sente em você um nível maior de dedicação e você fica mais confiante para planejar sua vida pessoal”.

O plano de gestão que regula a jornada flexível objetiva melhorar a eficiência na Administração Pública, explica Ana Valéria. Atualmente, dez setores da Casa já estão autorizados a atuar nessa modalidade.

SOBREAVISO

Outro ganho importante foi, como afirmou Ana Valéria, a implantação do sobreaviso em quatro unidades do Senado. Essa possibilidade, segundo a servidora, também reduziu significativamente os gastos com horas-extras, pois agora o serviço extraordinário só é remunerado em decorrência de convocação de servidor em sobreaviso quando o serviço extraordinário é efetivamente realizado.

Servidor cadastra de casa atestado médico

Os servidores que estão afastados do trabalho para tratar da própria saúde podem, desde fevereiro de 2017, preencher, de casa, o formulário do atestado médico. A facilidade faz parte do Processo Eletrônico Inteligente (PEI), desenvolvido pelo Prodasen em parceria com a Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIdoc) para incluir na Central de Serviços, na intranet, todos os formulários referentes a gestão de pessoas.

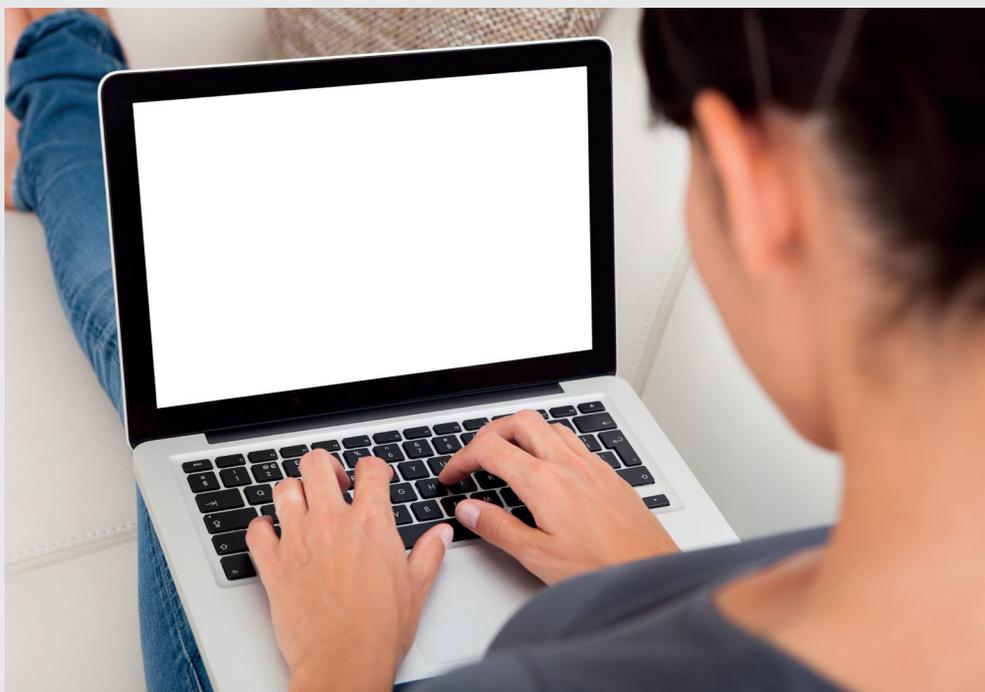
O chefe do Serviço de Processo Eletrônico (Seproe), Kristianno Medeiros Viana, ressaltou que essas ferramentas facilitaram muito a vida do servidor, uma vez que não é preciso mais que ele esteja fisicamente no Senado. É ainda mais útil

quando a pessoa está impossibilitada de se locomover.

AUTOMAÇÃO

Em respeito às Diretrizes Estratégicas do Senado, a central de

serviços passa por remodelação que deve resultar na automação da maioria dos processos envolvendo recursos humanos. Nos próximos meses as inovações devem ser anunciadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP).



SIS amplia atendimento domiciliar e de serviços odontológicos

O Sistema Integrado de Saúde ampliou as modalidades de assistência domiciliar, com o credenciamento de empresas para o *Home Care*. As mudanças trouxeram benefícios para quem necessita de cuidados especiais por meio do Programa de Atenção Domiciliar.

O beneficiário pode usar os serviços de internação domiciliar via rede credenciada ou na modalidade de livre escolha com reembolso. Já a assistência de cuidador, a assistência de enfermagem sem internação domiciliar e a oxigenoterapia devem ser arcadas pelo associado, com o ressarcimento dos gastos.

BENEFÍCIOS

O coordenador de Gestão Operacional do SIS, Geovane Resende Silva, informou que o principal benefício da atenção à saúde em casa é a desospitalização. Esclareceu que, desta maneira, o tratamento evolui melhor e são evitadas complicações decorrentes do ambiente hospitalar, inclusive infecções. Possibilita também o autocuidado do paciente, com ganhos de autonomia a ele e seus familiares nas atividades diárias. Geovane pontua ainda que a vantagem não é apenas para o paciente: “Em contrapartida, para o plano assistencial, o custo é significativamente menor do que o tratamento hospitalar”.

ODONTOLOGIA

O Sistema Integrado de Saúde (SIS) passou a oferecer a cobertura dos serviços de implantodontia e de prótese sobre implante. A decisão foi tomada pelo Conselho de Supervisão do SIS no segundo semestre de 2017 e incorporada ao regulamento após verificação de alta demanda. Conforme explicou a perita de odontologia do SIS, Daniele Yuri Fujimoto, os implantes dentários reabilitam o processo de mastigação e representam também uma melhoria estética.

Daniele informou ainda que, a partir da data de emissão da nota fiscal, o prazo é de 60 dias para dar entrada no pedido de reembolso. Ela alertou que, no cálculo do reembolso, haverá desconto do valor de participação do usuário.



Plano de Saúde avança com novo programa de gestão



Daniele Calvano: processos mais ágeis

Processos envolvendo usuários do Plano Saúde Caixa começaram a andar mais rápido desde o ano passado. É que por trás das requisições, marcações de consulta e procedimentos feitos junto a instituições conveniadas há sempre um programa de gestão. E a agilidade na área depende disso. Com a troca do antigo Oasis pelo *software* Saúde SF, o Sistema Integrado de Saúde (SIS)

também passou a se integrar à forma de trabalhar de vários outros planos de saúde do País.

De acordo com Daniele Calvano Mendes, Coordenadora-Geral de Saúde, a mudança envolveu vários pontos da gestão, como cadastro, processamento e pagamento de contas, autorizações e tabelas do setor. Bem mais complexo que o anterior,

o programa Saúde SF ainda passa por fase de estabilização, o que, segundo Daniele Calvano, deve ser resolvido em meados de 2019.

- Por se tratar de um sistema complexo é esperado ainda algum tempo até completa estabilização. Atualmente contamos com Operação Assistida, um consultor para ajudar na operação do sistema por seis meses.

Oficina multitemática para quem está começando a vida

Conhecimento do corpo, prevenção de doenças, tanto as crônicas como as contagiosas e as sexualmente transmissíveis, bem como a importância do uso de preservativos. Essas questões, essenciais na educação dos adolescentes, foram cuidadosamente trabalhadas em oficina promovida no Senado para os jovens e as jovens aprendizes.

O *Workshop*, que teve sua primeira edição no ano passado, foi promovido pela Procuradoria da Mulher do Senado e ministrado pela coordenadora do órgão, Rita Polli Rebelo. Ela contou que assuntos como corpo, sexualidade e paternidade foram abordados em meio a informações sobre aparelho reprodutor e sistema hormonal, por exemplo.

Com dinâmicas descontraídas para aproximar esses temas da realidade de meninos e meninas, Rita lembra que a oficina tratou de assuntos diversos, como políticas públicas e responsabilidades paternas e o respeito nas relações afetivas, momento em que os jovens aprenderam a diferença entre vínculo e apego. “Desta maneira foi possível esclarecer que toda relação deve ser consensual e que ninguém

deve aceitar atitude alguma contra a vontade”, acentuou a servidora.

No fim do encontro, foram abordadas algumas características do sistema musculoesquelético e mostrada a postura correta a ser adotada na estação de trabalho.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Além do workshop sobre saúde na adolescência, jovens aprendizes

têm no Senado a oferta de curso de Orientação Profissional. Foram seis encontros em 2018. A capacitação que traz ao Senado adolescentes e jovens em idade escolar para colaborar em atividades administrativas é resultado de parceria com o Centro Universitário IESB, do Distrito Federal.



Oficina multitemática para quem está começando a vida

Representantes dos três órgãos do Legislativo debatem objetivos comuns

O Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União (TCU) estão juntos na interação com o Comitê Gestor e Diretivo do eSocial. O acordo de cooperação foi firmado no final de 2017 e tem sido bastante bem-sucedido, uma vez que juntos, os órgãos do Poder Legislativo se fortaleceram até mesmo para propor alterações mais adequadas às respectivas estruturas administrativas.

O chefe de serviço do Escritório Setorial de Gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) e coordenador do grupo responsável pela implementação do eSocial no Senado, Cleber Alves, exemplificou esse reforço da voz legislativa junto ao comitê do setor: “Questões como a classificação de raça e cor e prazos de processos de exoneração e nomeação são casos particulares do Legislativo que precisam de atenção”.

O sistema do eSocial, instituído pelo Decreto 8.373/2014, unificou a prestação de informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos órgãos e está funcionando em toda a administração pública desde julho de 2018. A implantação do eSocial não afetou apenas a gestão de pessoas nos órgãos públicos, mas causou impacto nas rotinas das áreas de tecnologia da informação, jurídica e de advocacia.



Gestores do Senado, Câmara e TCU: união por mudanças no eSocial

Duas Casas. O mesmo endereço.



www.congressonacional.leg.br

Uma ótima novidade para quem busca informações sobre os trabalhos do Parlamento brasileiro: foi lançado o novo Portal do Congresso Nacional.

Além de permitir o acompanhamento completo e organizado de medidas provisórias, vetos e matérias orçamentárias, o portal também mostra os projetos de lei que aguardam sanção.



Capítulo 4

Compromisso com a igualdade

Ninguém será discriminado nem terá seus direitos, responsabilidades ou oportunidades limitadas em função de gênero, raça, etnia, orientação sexual, credo, origem ou condição social. Deve haver prevenção e proteção contra assédio sexual ou moral, e os casos identificados deverão ser apurados e punidos

Cota para mulheres vítimas de violência vira modelo de gestão

Era para ser mais uma das tantas campanhas voluntárias de que participam o Senado e seus colaboradores. Nesse caso, uma parceria com o Governo do Distrito Federal para arrecadar bolsas com itens de higiene e vestuário para mulheres vítimas de violência, acolhidas pela Casa Abrigo, lar transitório onde recebem assistência psicológica e capacitação. A ação foi um sucesso. Até batom, esmalte e outros cosméticos seguiram junto com os artigos de higiene em 155 bolsas – e outras 240 peças de vestuário -, que serviram para devolver um pouco da autoestima a essas mulheres, muitas delas tendo saído de casa só com a roupa do corpo e os filhos nos braços. Mas a campanha rendeu ainda mais.

Logo depois da iniciativa, naquele primeiro semestre de 2016, em conversa com colegas, a diretora-geral do Senado buscava uma alternativa mais eficiente para ajudar as vítimas violência doméstica. Como explica Ilana Trombka, essas mulheres precisavam de uma oportunidade para alcançar a independência econômica e, assim, conseguir sustentar a si e aos filhos



Cota assegura independência financeira a mulheres vítimas de violência

sem continuar refém do marido, em geral, seu algoz.

- Pensamos no que leva uma mulher a voltar para casa. Vimos que a única maneira de fazer essa mulher não retornar ao lar é se ela tiver a sua própria renda. E como o Senado poderia contribuir? Aí surgiu a ideia de um ato que garantisse um percentual de vagas, nos nossos contratos de tercei-

rização, para mulheres em situação de vulnerabilidade.

O processo iniciou no mesmo ano, demandou assinatura de Ato da Comissão Diretora (nº 4/2016), e acordo de cooperação assinado com o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). Assim, desde



Ilana Trombka: Inserção no mercado de trabalho é a única forma de manter essas mulheres afastadas do ciclo de violência

abril de 2017 o Senado tem uma cláusula especial em contratos que envolvem mais de 50 postos de trabalho com empresas de serviços terceirizados: ao menos 2% das pessoas recrutadas devem ser mulheres em estado de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica. Cabe à SEDESTMIDH, que mantém esse cadastro, indicá-las à empresa contratada, que então verifica se as candidatas possuem a qualificação profissional necessária.

Como justifica Ilana Trombka, “a única forma de manter essas mulheres afastadas do ciclo de violência é inseri-las no mercado de trabalho. Com um salário, elas podem sustentar a si e aos seus filhos, além de retomar a autoestima através da vida produtiva”. E não são poucas as vítimas de violência familiar e doméstica. Só no Distrito Federal, segundo informações da SEDESTMIDH, foram 19 mil mulheres em situação de violência atendidas em 2016.

Com a adoção da cota, 17 dessas mulheres trabalham hoje no Senado Federal por meio de contratos de terceirização. Com a identidade preservada,

uma dessas trabalhadoras falou da mudança de perspectiva trazida por essa vaga de emprego: “Foram quase 20 anos de abusos, um dia perdi o medo e me separei. Fiquei perdida, tive que me esconder, não sabia o que fazer. Foi quando conheci o projeto do Senado. Aqui me senti segura em todos os sentidos. Minha capacidade foi reconhecida, fiz amigos. Hoje olho para o futuro, não mais para o passado”.

REPERCUSSÃO

A iniciativa pioneira chamou a atenção de outras instituições. É o caso do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que logo após visita à Diretoria-Geral do Senado, em agosto do ano passado, anunciou, por meio da promotora de Justiça do Núcleo de Gênero do MPDFT, Liz Elaine Mendes, a intenção de replicar essa política nos contratos de terceirização. O órgão está próximo de anunciar a adoção da medida, faltando apenas alguns ajustes no convênio que firma também com o Governo local.

Ilana Trombka divulga o sistema de cotas em quase todos os eventos dos quais participa, como no fórum “O Poder das Aquisições: como comprar de negócios liderados por mulheres”, realizado em agosto do ano passado no auditório da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo. Dois meses depois, destacou o assunto no “Fórum Mulheres em Destaque”, também na capital paulista. Até ao parlamento de Israel, em visita no início de 2018, a diretora-geral oficial explicou o passo a passo do programa e seus objetivos.

Agora mesmo, em outubro, Ilana fez desse tema a abertura do evento “Eu, você e o empreendedorismo feminino”, em Taguatinga, no Distrito Federal. O encontro marcou o início da parceria do Sebrae com a Administração Regional da cidade para a capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade e de violência doméstica para empreenderem e gerarem renda própria.

Programa de cota é indicado a prêmio nacional

Não rendeu o prêmio principal, mas como lembrou Ilana Trombka a vitória já estava consolidada: a divulgação, a outros entes públicos e aos privados, da iniciativa que virou modelo. A reserva de vagas em contratos de terceirização do Senado a vítimas de violência doméstica foi uma das três ações na categoria “Autonomia econômica e empreendedorismo” indicadas ao Prêmio 2018 do Instituto Viva - Avon/Revista Marie Claire. A premiação, no dia 22 de novembro, em São Paulo, foi resultado da escolha de um júri de especialistas, combinada com votação popular.

A diretora-geral do Senado, que personificou a indicação, disse esperar que a campanha em torno do evento faça a medida se espalhar entre as corporações.

— A minha indicação foi a indicação do Senado e do trabalho que ele desenvolve desde 2016. Espero que com toda a divulgação do Instituto Viva, consigamos que várias outras organizações, públicas ou não, tomem a iniciativa de reservas de espaços no mercado de trabalho formal para essas mulheres — afirmou. Ilana Trombka acrescenta que ao instituir essa e outras políticas públicas o Senado se credencia cada vez mais como parte de uma rede

que se dedica a erradicar a violência contra meninas e mulheres.

Quem levou o prêmio nesta categoria foi o Programa “Tem Saída”, tocado em parceria pela Prefeitura de São Paulo, Ministério Público, Tribunal de Justiça do Estado, OAB-SP e pela organização ONU Mulheres. Pelo programa, mulheres em situação de vulne-

rabilidade econômica em decorrência de violência doméstica são atendidas e encaminhadas pelo judiciário à Prefeitura, que por meio da Secretaria de Trabalho promove entre elas entrevista prioritária com vistas ao preenchimento de vagas oferecidas pelas empresas parceiras do “Tem Saída”.

marie claire
INSTITUTO AVON
APRESENTAM

PRÊMIO VIVA
PELA VIDA DE TODAS AS MULHERES

Participe dessa iniciativa inédita dando o seu voto!

A violência que não mata, mata mesmo assim.
Mata sonhos, horizontes de felicidade, conquistas e possibilidades.
Viva é como queremos toda e qualquer mulher.
Viva é, acima de tudo, o nosso aplauso e reconhecimento às mulheres e homens que são a luz desse horizonte

Senado e ONU Mulheres trocam experiências em equidade de gênero

O programa da *HeforShe* (ElesPorElas), criado pela ONU Mulheres, deve ganhar mais expressão no Senado. Esse foi um dos temas discutidos em julho entre a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, e a diretora-executiva adjunta da ONU Mulheres, Asa Regner. O “ElesPorElas” é um esforço global da entidade das Nações Unidas com o propósito de envolver os homens na remoção das barreiras que impedem as mulheres de atingirem seu potencial. Pretende também ajudar pessoas de ambos os sexos a construírem, juntos, um novo modelo de sociedade.

Outro projeto da Organização das Nações Unidas, “O Valente não é Violento”, já serviu de modelo para ações no Senado e a ideia é que o “ElesPorElas” receba o mesmo tratamento, uma vez que, segundo Ilana Trombka, a igualdade de gênero é uma prioridade administrativa. “Fiquei interessada em conhecer mais dessa experiência, e a ONU Mulheres já se prontificou a fazer essa interface. Vamos buscar a continuidade do diálogo para avançar ainda mais na questão da equidade de gênero no Parlamento brasileiro”, acrescentou.

Durante o encontro, Ilana também apresentou à Asa Regner algumas

das ações já adotadas no Senado, como a cota de 2% dos contratos de terceirização para vítimas de violência doméstica. Há outras, como a valorização das

lideranças femininas, a valorização da maternidade e da primeira infância e o trabalho para tornar o Senado um ambiente completamente livre de assédio.

Valente não violento

Programa da ONU Mulheres, “O Valente não é Violento” tem o objetivo de estimular a mudança de atitudes e comportamentos dos homens, enfatizando a responsabilidade que devem assumir na eliminação da violência contra mulheres e meninas.

O programa convida as pessoas a repensarem as ideias sobre os papéis sociais estereotipados e assim, na avaliação da ONU, possibilitar que mudanças aconteçam e, como consequência, caiam os números da violência contra as pessoas do sexo feminino.



Pesquisa revela cenário do combate à violência contra a mulher

São várias as frentes, administrativas e parlamentares, que atuam no Senado no enfrentamento da violência contra a mulher. É comum a cooperação dessas diferentes instâncias. Uma dessas parcerias, que juntou o DataSenado e o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), produziu importante estudo sobre o tema, divulgado em março deste ano.

A pesquisa qualitativa “Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” foi dividida em três partes, analisando a dimensão do problema em números. Ela considerou os dados apurados desde 2005, à luz do modelo de intervenção governamental previsto na Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/2006) e das declarações das autoridades da área. Ao final, o trabalho sugere como diretrizes assegurar a agilidade na concessão de medidas protetivas e monitorar de forma eficaz seu cumprimento. Também

recomenda o encaminhamento do processo civil em conjunto com o processo criminal e a garantia de atendimento psicossocial da mulher, de seus filhos e também do autor da violência.

Sobre o aumento, nos últimos anos, do número de casos de violência contra a mulher, o coordenador do OMV, Henrique Ribeiro, ressalta que a opinião da grande maioria das autoridades entrevistadas é outra: o que teria aumentado no período é capacidade de as mulheres reconhecerem e denunciarem esses casos. Pelo levantamento, o percentual de mulheres que declaram ter sido vítimas de algum tipo de violência provocada por um homem passou de 18%, em 2015, para 29% em 2017.

O estudo foi realizado entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018 com profissionais de órgãos atuantes no enfrentamento a esse tipo de crime nas cidades de Feira de Santana (BA),

Goiânia (GO), Palmas (TO), Santa Maria (RS) e Lavras (MG).

PARCEIROS

O Observatório da Mulher contra a Violência foi criado em março de 2016 (Resolução do Senado nº 7), atendendo a recomendação do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Combate à Violência contra a Mulher. O órgão, ligado à Secretaria de Transparência, é responsável pela avaliação de políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de violência, tendo em vista a falta de dados consolidados com relação ao tema, conforme apontou relatório da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado.

Já o DataSenado existe desde 2005, e é vinculado à Secretaria de Transparência. O órgão acompanha, por meio de pesquisas, enquetes e

análises, a opinião pública sobre o Senado, a atuação parlamentar e temas em discussão no Congresso Nacional.

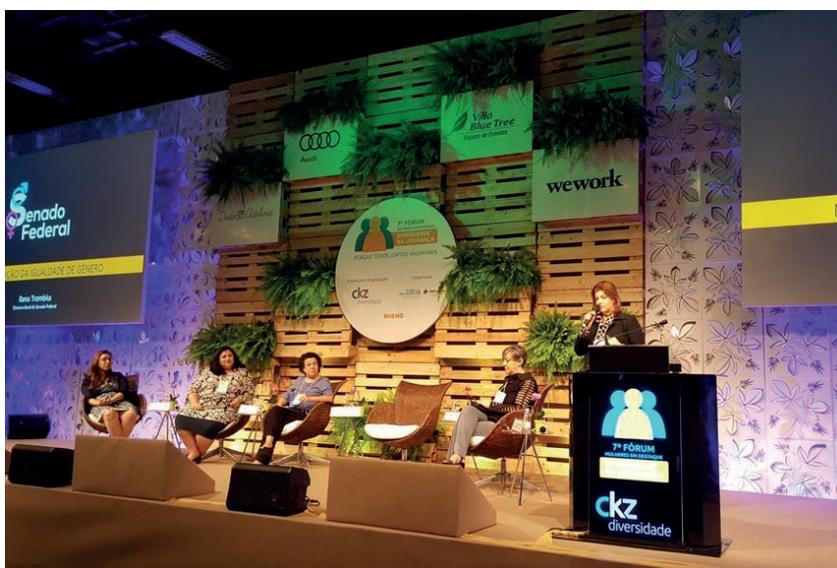
Em conjunto com a Consultoria Legislativa e de Orçamento, o DataSenado também auxilia as comissões

temáticas do Senado na avaliação de políticas públicas e programas governamentais.



Estudo conjunto é apresentado no Senado: subsídio a políticas públicas em defesa da mulher

Mulheres em Destaque: Fórum conhece ação pró-vítimas de violência



7º Fórum: Ilana Trombka apresenta programa que busca recomeço para mulher vítima de violência

O Fórum Mulheres em Destaque é o maior encontro de líderes em busca de igualdade de gênero, e tem como objetivo apresentar processos a serem adotados para consolidar programas para esse fim. O Fórum também debate e difunde pesquisas, estudos e casos de sucesso. Na 7ª edição do evento, a diretora-geral, Ilana Trombka, apresentou o Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade.

Esse programa, uma parceria com o governo do Distrito Federal, destina 2% das vagas de contratos de terceirização da Casa a vítimas de violência doméstica. Após analisar a efetividade do programa no resgate da independência econômica da mulher vítima desse tipo de crime, Ilana ressaltou que, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), essa reserva de vagas é totalmente legal. “Ou seja, não há nada que impeça um órgão, nem as organizações do setor privado regulados pela Lei 8.666, de implantar cotas assim”.

Técnicas ajudam na prevenção contra agressões

O número de denúncias sobre violência contra a mulher tem crescido no país. No primeiro semestre de 2018 a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o Ligue 180, registrou quase 73 mil denúncias. No primeiro ano de funcionamento do servi-

ço, em 2006, foram 12 mil chamadas. Muitas vezes a mulher não consegue se defender, mas às vezes isso é possível. Assim, urge saber o que fazer.

O *workshop* "Ações Preventivas de Segurança para Mulheres" veio com esse propósito. Em hora e meia de du-

ração, as participantes foram apresentadas a técnicas de como minimizar as chances de serem vítimas de violência e de como agir em situações de risco em sua própria defesa.

A instrutora, Vanessa Ribeiro, com 20 anos de experiência em *Kra-*



Vanessa Ribeiro: dicas e técnicas

Magá – técnica de defesa pessoal nascida em Israel -, defendeu a importância do curso com base em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), apontando que uma a cada três mulheres vai sofrer algum tipo de violência até o final da vida. Ela deu dicas aparentemente banais, mas que podem fazer diferença em situações de risco.

Ao se preparar para estacionar o carro, por exemplo, é bom dar uma boa olhada no entorno. Se achar que há alguém em atitude suspeita, vale parar em outro lugar. Outra dica da instrutora é andar em grupo, seja na rua, seja no momento de ir até o automóvel. “A desatenção, o uso do celular no carro em qualquer paradinha e a bolsa aberta chamam a atenção dos bandidos”, alertou Vanessa Ribeiro. Ela acrescentou ser recomendável somente abrir o veículo quando estiver bem perto.

AGRESSÕES MAIS COMUNS

Vanessa Ribeiro explicou que as duas agressões mais comuns a mulheres são o “estrangulamento”, muito usado na violência doméstica, e a “gravata”, em que o agressor imobiliza a vítima pelo pescoço. As técnicas para defesa em ambos os casos, conforme ensinou, são o ataque com o joelho na genitália ou mãos nos olhos. De acordo com a instrutora de *KravMagá*, a pressão sobre a córnea retira as forças do agressor e pode até provocar parada cardíaca, sendo, por isso, muito eficiente.



Instrutora Vanessa Ribeiro treina mulheres a se defenderem

Olhar de colaboradoras negras vira mostra e traz reflexão

Fotografias de 35 servidoras efetivas, comissionadas, terceirizadas, estagiárias e menores aprendizes negras tomaram conta das paredes da Senado Galeria, em outubro de 2017. A mesma exposição, mas em formato digital, já havia ocupado páginas da intranet em homenagem ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra – celebrado em 25 de julho.

A exposição “Mulheres Negras no Senado Federal” reuniu 17 fotografos, coordenados pelo servidor João Rios. Na abertura da mostra, a senadora Regina Sousa (PT-PI) lembrou a importância dessa visibilidade às mulheres negras no Senado, mas lamentou que enquanto poucas são servidoras do quadro efetivo, muitas ocupam cargos hierarquicamente inferiores. “Esta exposição traz o debate sobre os preconceitos e dificuldades vividos pelas mulheres negras no país. Por trás de cada sorriso bonito nessas fotografias, que elevam a autoestima delas, estão refletidos os problemas de exclusão que enfrentam”, afirmou a senadora.

Regina Sousa também contou um episódio da época em que era professora e se recusou a ler textos preconceituosos sobre negros. Por conta dessa atitude, foi transferida de escola e, em resposta, chamou todos os presentes para carregar a bandeira da luta contra o preconceito.

A mostra foi uma iniciativa da Procuradoria da Mulher no Senado, Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, Observatório da Mulher contra a Violência e Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.



Olhar e reflexão: 35 colaboradoras negras clicadas por 17 fotógrafos

Opressões combinadas fazem negras sofrerem ainda mais

A taxa de homicídio de mulheres negras é o dobro da taxa registrada entre mulheres brancas, isto na média nacional, pois existem estados onde a desigualdade racial é ainda maior. A conclusão é da mestre e doutoranda em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Jackeline Aparecida Ferreira Romio. Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 do ano de 2013 mostraram que 59,4% dos registros de violência doméstica vinham de mulheres negras; e entre as vítimas de estupro no estado do Rio de Janeiro, em 2014, 56,8% eram negras.

Ser mulher e negra no Brasil não é fácil. Os dados acima são do Instituto Patrícia Galvão e foram ressaltados na palestra que a pesquisadora Djamila Ribeiro fez no Senado, em março de 2017. Ex-secretária-adjunta de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo, Djamila deixou claro que as negras sofrem opressões combinadas. E isso nos mais diversos aspectos da vida.

No trabalho, segundo ela, quando se ouve dizer que as mulheres recebem 30% a menos do que os homens, está se falando de mulheres brancas em relação a homens brancos. Djamila Ribeiro esclareceu que com as negras a situação é ainda pior. “O homem negro recebe menos que a mulher branca,

e a mulher negra recebe menos que todo mundo. Não dá para pensar nas opressões como categorias isoladas” afirmou.

Na construção da feminilidade também há diferenças de acordo com a cor da pele. Para Djamila, por conta da violência pelas quais as negras passam, criou-se o mito de que elas são fortes e guerreiras e que enfrentam qualquer coisa. “É necessário a gente entender que as mulheres negras precisam ser fortes porque o Estado é omissivo. Essa denominação de colocar a mulher negra como inerentemente forte, além de encobrir a omissão e a ilegalidade do Estado, também é desumano no

sentido de não reconhecer as fragilidades próprias da condição humana”, denunciou.

Djamila Ribeiro tratou também das situações em que os oprimidos replicam opressões sobre outros grupos. “Não é porque uma pessoa é discriminada que ela não reproduz a opressão”, disse. Ela defendeu ainda que a real transformação só vai acontecer quando todos olharem para todas as causas e não apenas para as próprias.



Em palestra, pesquisadora Djamila Ribeiro expôs dificuldades enfrentadas por negras

Escravatura: Museu relembra 130 anos da abolição

Os 130 anos da abolição da escravatura, completados em 2018, foram lembrados com uma exposição organizada pelo Museu do Senado. A mostra “Os 130 anos da Abolição da Escravatura e as Discussões no Senado” trouxe documentos, móveis e informações para contar um pouco desse pedaço da história do Brasil. Destaque para as discussões travadas pelos parlamentares daquele período.

Alguns pronunciamentos transcritos mostraram ao público como os senadores tratavam o tema com discursos inflamados, tanto por parte dos abolicionistas como dos que achavam que ainda não era chegada a hora de libertar os escravos. Figuras populares também foram mostradas. Entre elas, estava Francisco José do Nascimento, conhecido como “Dragão do Mar”. Ele foi um líder jangadeiros com participação ativa na libertação dos escravos no Ceará, primeiro estado a abolir a escravidão.

A exposição, que esteve sob a responsabilidade do Serviço de Museu do Senado (Semus) e com curadoria coletiva de Alan Silva, Betânia Guedes



Exposição acessível traz obras e registros de debates que contam a história da libertação dos escravos no Brasil

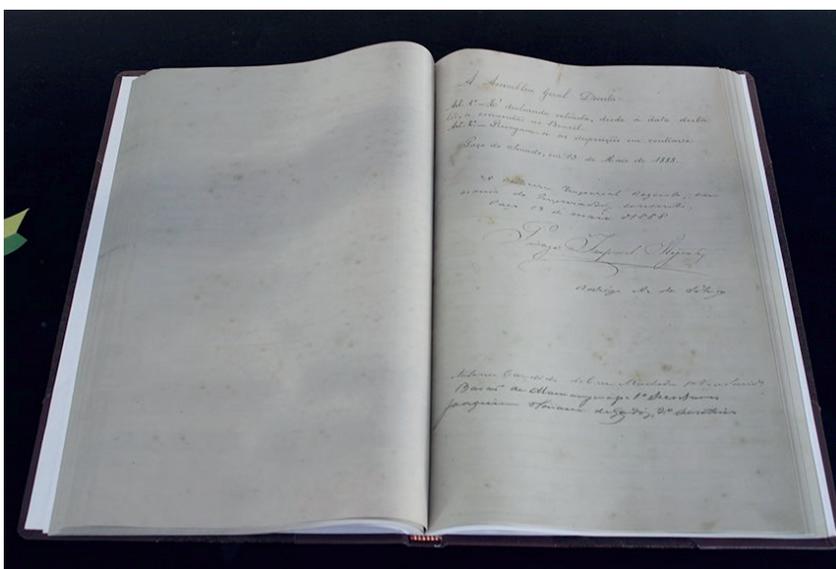
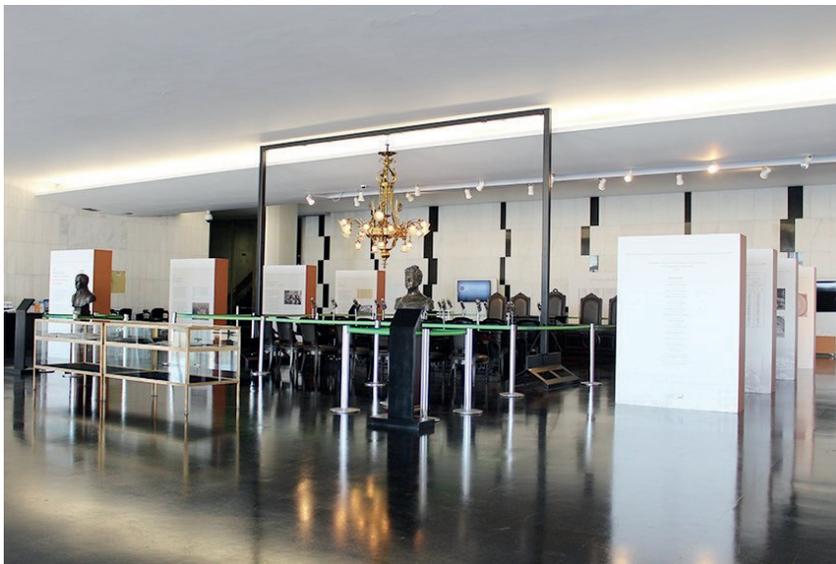
e Laís Amorim, relatou ainda como funcionava a estrutura escravocrata no Brasil. Números e registros contaram como era a repressão dos costumes e a exploração de homens, mulheres e crianças negras.

BRILLE

A exposição teve o cuidado de proporcionar aos cegos uma leitura dessa época. Livretos foram impressos em braille e algumas peças podiam ser

tocadas. Para que tudo desse certo, o Semus recebeu um grupo de pessoas do Instituto Blind Brasil. A elas foi solicitada uma avaliação sobre como receber melhor os cegos e as pessoas com pouca visão.

Entre os visitantes da mostra, estava Charles Jatobá Queiroz Santana, servidor público que trabalha na revisão de textos em braille na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Aos 2 anos de idade, ele perdeu parte da visão por causa de sarampo e aos 21 perdeu toda visão em decorrência de um glaucoma. “As estátuas disponíveis ao toque e a televisão com conteúdo explicativo foram excelentes na explicação do material exposto, afirmou Charles.



Exposição acessível traz obras e registros de debates que contam a história da libertação dos escravos no Brasil

Estudo apurou produção legislativa em questões de gênero

Uma pesquisa desenvolvida pelo Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e pela Secretaria de Política para as Mulheres revelou que entre 1988 e 2017 o Senado analisou 381 matérias que traziam a mulher como tema. Além disso, o levantamento dividiu essas proposições em três eixos, e concluiu 75 estavam relacionadas ao eixo “Poder e participação política”; 139, focadas em “Trabalho e autonomia econômica”; e outras 167 versavam sobre “Violência contra as Mulheres”.

Além de projetos de lei do Senado, foram selecionados projetos de lei da Câmara, bem como propostas de emenda à Constituição e medidas provisórias. Conforme o estudo, das 381, apenas 28% viraram lei.

O objetivo da pesquisa foi compilar e disponibilizar o material legislativo para consulta sobre os direitos das mulheres. Um dos tópicos que mais chamaram a atenção foi o da violência. O levantamento revelou que, logo após a Constituição de 1988, houve grande interesse em retirar do Código

Penal normas discriminatórias contra as mulheres.

Em relação à violência doméstica e familiar contra as mulheres, verificou-se que algumas iniciativas chegaram tardiamente. É o caso da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, 18 anos após a promulgação do texto constitucional. Ainda assim, essa legislação sofreu resistências para

ser aplicada. Foi necessário, inclusive, que o Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestasse duas vezes a favor da constitucionalidade da lei.



Entre 1988 e 2017, Senado analisou 381 matérias sobre questões de gênero

Em briga de marido e mulher se mete, sim, a colher

No Dia Internacional da Mulher de 2018 o Magazine Luiza lançou a campanha “Em briga de marido e mulher se mete a colher, SIM”. A rede passou a vender tanto no site quanto nas lojas físicas uma colher no valor de R\$ 1,80 – em referência ao Ligue 180, a Central de Atendimento à Mulher. Todo o dinheiro foi revertido para a ONG Mete a Colher e para o Instituto Patrícia Galvão. Além disso, o Magazine Luiza criou um canal interno para que as funcionárias possam relatar os casos de agressão.

A relação entre a presidente da rede de lojas e a luta pela igualdade de gênero é antiga. Luiza Trajano dividiu um pouco dessa experiência com o Senado, em uma palestra, em março de 2017. Ela defendeu a necessidade de haver cotas para mulheres nos altos cargos de empresas públicas e também nas privadas. “Quando surgiu a cota para pessoas com deficiência, olhamos para o nosso quadro e ficamos com vergonha, porque [o número de funcionários com deficiência] era muito baixo. Então fomos abraçando a causa”. A cota, segundo ela, é um processo transitório para acertar uma desigualdade.

A empresária informou que menos de 5% dos cargos executivos em diretorias e presidências de empresas são ocupados por mulheres. Essa realidade também se reflete no mundo político, como lembrou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A procuradora Especial da Mulher do Senado informou que as mulheres ocupam 10,5% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Além disso, ressalta a parlamentar com base em estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é o país com

a menor presença feminina entre os parlamentos da América do Sul.



Mulheres pedem diagnóstico correto para endometriose

Aos 26 anos, logo após ter dado à luz seu segundo filho, a servidora pública Ana Paula Silva tinha ouvido de um médico radiologista: “a sua endometriose é muito grave. Proponho que você tire o útero. Que faça uma histerectomia”. Imagina o susto sentido por uma mulher jovem ao ouvir isso. Tratou com remédios e a doença foi controlada. Aos 50 anos, tem o útero em seu devido lugar.

A história de Paula Lemos teve um final mais triste. Por conta da imprecisão do diagnóstico, teve o útero removido. Para ela, a intervenção cirúrgica foi precipitada. “A mulher fica sujeita a tantas mazelas, e sabemos que tudo isso pode ser evitado se a conduta fosse diferente”.

Já a jornalista Caroline Salazar descobriu a doença aos 31 anos, 21 anos depois de começar a sentir dores severas, sofrer preconceito e ficar desempregada. Decidiu, então, colocar sua experiência no papel, ou melhor, num blog, chamado “A Endometriose e Eu”. E contou um pouco dessa experiência durante a 59ª edição do Projeto Pauta Feminina, realizado em setembro no Senado Federal.

- A endometriose tirou a única coisa que eu queria para minha vida:

trabalhar. Tinha muitos sonhos, entrei em depressão e pensei até em morrer. Hoje eu estudo e respiro endometriose quase 24h por dia, relatei a jornalista aos especialistas que participaram do evento para discutir diagnóstico, tratamento e intervenções possíveis das pessoas que sofrem com a doença.

A Organização Mundial de Saúde estima que quase 180 milhões de mulheres enfrentam a endometriose. Só no Brasil são cerca de sete milhões, algo como uma a cada dez mulheres em idade reprodutiva. A doença se caracteriza pela presença de células do

endométrio – camada que reveste o útero internamente – em outros lugares e órgãos do corpo, como ovários, intestino ou bexiga.

Entre os sintomas estão cólicas muito intensas durante o período menstrual que podem, inclusive, forçar as mulheres a faltarem ao trabalho; dor durante a relação sexual; e mais dor e sangramento intestinal e urinário na menstruação, além de dificuldade para engravidar.



Pauta Feminina: atenção a doença associada à mulher

Rádio tem menção honrosa em prêmio do Ministério Público

A reportagem “A culpa é do estuprador”, produzida pela Rádio Senado, recebeu menção honrosa no 6º Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal, na categoria Jornalismo Rádio. Além disso, foi uma das três finalistas do Prêmio Microfone de Prata da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Isso em 2018. De autoria dos jornalistas Larissa Bortoni, Maurício de Santi e Rodrigo Resende, a matéria especial foi inspirada na história de Inês Etienne, vítima de estupro e tortura em 1971, durante o regime militar.

“A menção honrosa a uma reportagem não ocorre por acaso. Para se fazer uma boa matéria de rádio é necessário escolher um tema relevante, consultar fontes confiáveis, obter sonoras de entrevistados e pesquisar amplamente sobre o assunto a ser abordado”, explicou o jornalista Rodrigo Resende, ao descrever parte do processo de elaboração da reportagem.

O servidor contou que a matéria foi baseada em uma proposta de emenda constitucional que tornou o crime de estupro imprescritível. “A gente queria contar histórias relacionadas a esse tema de combate ao estupro e sobre qual o tipo de apoio que as vítimas têm. E encontramos a da Inês Etienne”, acrescentou Rodrigo.

Você pode ouvir esta e outras reportagens especiais por meio da página da Rádio na internet. O endereço é www.senado.leg.br/radio.



Equipe da Rádio Senado mantém a tradição de ganhar menções e prêmios de jornalismo



Capítulo 5

Compromisso com a livre disseminação de ideias

Todos devem sentir-se livres e estimulados a apresentar suas opiniões e ideias, a seus pares, superiores ou subordinados e vê-las discutidas e consideradas no processo de tomada de decisão, de forma a criar um ambiente de permanente efervescência intelectual que contribua para que novas práticas venham a aprimorar a qualidade dos serviços que prestamos à sociedade.

Pequenas e grandes soluções saem de ideias de colaboradores

A cada mês, durante uma manhã, diretora-geral do Senado e diretores-adjuntos dedicam sua agenda a ouvir os colegas da Casa. O evento, chamado Manhã de Ideias, já rendeu boas iniciativas, a maioria direcionada a melhorar o ambiente de trabalho e a qualidade de vida dos colaboradores.

Foi daí que saiu, por exemplo, o sistema na intranet que agrega mais colaboradores voluntários para ações sociais. A plataforma foi lançada há pouco, em agosto, e recebe cadastro de quem, além de trabalhar no dia a dia do Senado, se dispõe a fazer o bem à comunidade do Distrito Federal por meio de ações voluntárias. A ideia nasceu em maio de 2017, quando o servidor Pedro Luís Campos Marques, do Serviço de Modernização de Informação e Projetos da Secretaria de Informação Legislativa (Sinflieg), foi até a diretora-geral Ilana Trombka para sugerir a medida.

— Eu trabalho como voluntário dando aulas e aí pensei que poderia ter gente querendo ajudar e não sabia como. Então pensei em uma plataforma em que as pessoas e instituições pudessem se encontrar — contou.



Outra ideia nascida numa dessas segundas-feiras e posta em prática foi a instalação de bebedouros do tipo filtro de parede no Espaço do Servidor. Afinal, ninguém precisa ser obrigado a comprar uma garrafa de água porque falta um bebedouro por perto. Foi o que pensou a servidora da Rádio, Esther Lerner, que elogiou o “Manhã de Ideias” pela chance de conversar com Diretoria-Geral sem intermediários sobre coisas que podem ser melhoradas.

- O programa dá a oportunidade de a gente falar desde coisas mais sérias até coisas do dia a dia, como um bebedouro na área de refeição. Eu sugeri, as pessoas que estavam ali ouviram, foram ver a viabilidade e logo acataram. Foi muito simples e acessível, destacou.



Bebedouro no Espaço do Servidor: ideias e benefícios bem-vindos

Setores público e privado constroem fórum de boas práticas

A disseminação de boas práticas na gestão é ferramenta essencial, hoje, tanto no setor público quanto no privado. A pressão vem do cidadão, que exige melhores serviços, além de soluções rápidas e eficientes. Esse princípio inspirou encontros entre gestores de órgãos públicos, que começaram na

esfera virtual e, passados 2017 e 2018, somam dois seminários físicos envolvendo instituições públicas e privadas. O alvo: compartilhar essas práticas na busca pela excelência.

O “1º Encontro de Boas Práticas de Gestão”, ocorrido em julho do ano passado, colocou à mesa questiona-

mentos, ideias e experiências de nada menos que 58 instituições públicas e privadas, sob a coordenação da Diretoria-Geral do Senado. Ao público atento que tomava o Auditório do Tribunal de Contas da União (TCU), a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, falou da convergência de aspirações entre os



Auditório do TCU: Órgãos públicos e empresas avançam na construção de intercâmbio sobre gestão

bons gestores e assinalou que “o Brasil é um só para todos”.

- Não há rótulos para pessoas que estão em empresas privadas e outras que trabalham no setor público. Boas práticas estão em todos os lugares e por isso temos que aprender uns com os outros, completa.

Vários casos bem-sucedidos de gestão foram debatidos, desde a Central de Compras e Contratações do Governo Federal até a gestão de desempenho e metas da empresa Natura e o programa de qualidade de vida desenvolvido pelo Grupo Brasal, de Brasília. Entre os entes públicos, dominou o debate sobre a viabilidade de promover a melhoria do serviço e crescer em produtividade, planejamento e responsabilidade social para operar de maneira racional. Uma tese que foi confirmada por exemplos expostos pelo próprio Senado, pelo Banco Central e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), entre outros órgãos.

DESAFIOS

Pelo Senado, um dos cenários demonstrados foi o do desafio, a partir de 2015, principalmente, de dimensionar o quadro de pessoal efetivo sob critérios técnicos para enfrentar o aumento do número de aposentadorias. O diretor-executivo de Gestão, Marcio Tancredi, expôs algumas das ações adotadas nos últimos anos, como o estudo das principais atividades de cada setor e dos recursos financeiros disponíveis e a adequação da força de trabalho a partir de uma maior automação dos processos. Como lembrou Marcio Tancredi, a negociação de planos de gestão setoriais também foi importante para enfrentar esse desafio.

FÓRUM PERMANENTE

O interesse gerado pelo primeiro seminário, que acabou com um ape-



Perfilados pela gestão: Equipe da Diretoria-Geral coordena encontro de 58 instituições no 1º Fórum. Para Ilana Trombka (acima, à esquerda), evento revelou aspirações em comum

lo da diretora-geral Ilana Trombka para que o evento fosse entendido como uma semente, resultou na ampliação do intercâmbio. A tal semente vem germinando um fórum permanente de gestores, que recebeu outra boa adubação em agosto de 2018, com a 2ª edição do Encontro de Boas Práticas de Gestão.

O evento, realizado no Banco Central do Brasil, em parceria com o Senado e o Ministério do Planeamen-

to, Desenvolvimento e Gestão, promoveu o reencontro de representantes da alta direção de organizações públicas e privadas. Desta vez, com foco no investimento em capital humano como forma de enfrentar os desafios apresentados pelo cenário econômico do País. Mais uma rodada de debates e troca de experiências voltadas para a racionalização e melhoria dos processos de cada corporação. Como se vê, essa terra está cada vez mais fértil.

CLIMA ORGANIZACIONAL

Servidores do Senado estão mais satisfeitos

Uma pesquisa feita neste ano mostrou que 79% dos que trabalham no Senado estão satisfeitos. Eram 70% em 2015. A quantidade de respostas “muito satisfeito”, por sua vez, passou de 15% para 28%, e a soma das respostas “muito insatisfeito” e “insatisfeito” caiu aproximadamente pela metade – de 17% para 8%. A melhora na satisfação se deu, especialmente, entre os servidores efetivos, uma sensação que passou de 65% em 2015 para 82% em 2018.

Nem tudo são flores, porém. A metade dos funcionários ouvidos considerou que a estrutura física do Senado não atende integralmente às pessoas com dificuldades de locomoção e apenas 35% acreditam que os restaurantes e lanchonetes são bons. Em compensação, apenas 25% responderam não ter liberdade para decidir como desenvolver melhor o trabalho.

Com as informações em mãos, a psicóloga Ana Livia Babadopulos, que é do Serviço de Saúde Ocupacional e

Qualidade de Vida no Trabalho, explicou ser possível planejar e implantar ações para a melhoria do clima organizacional. Acrescentou que nova pesquisa geral deve ser feita em dois anos, “para podermos avaliar o impacto das ações que agora estão sendo implementadas. Já para o Senado, a expectativa é que essa avaliação, em 2020, seja ainda melhor”.



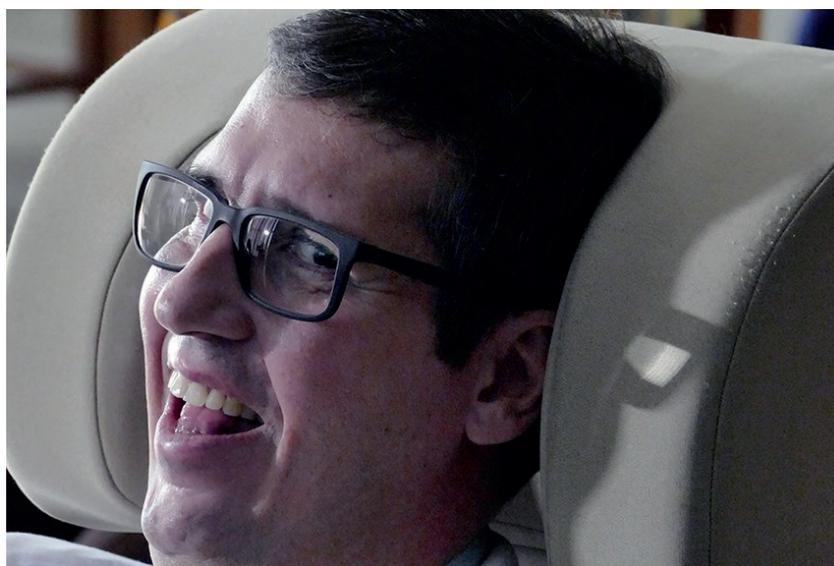
Com movimentos dos olhos, servidor cria aplicativo para superar distúrbios na voz

Este capítulo, em seu início, transcreve compromisso assumido por servidores do Senado com a livre disseminação de ideias. Além do efeito de coletivizar a tomada de decisões, esse princípio incentiva a reflexão, a busca de novas soluções, tudo para aprimorar a qualidade dos serviços à sociedade. O que vamos contar aqui não é uma solução oferecida pelo Senado ao público, mas reflete os resultados possíveis num ambiente em que há efervescência intelectual. E mais: enche de orgulho esta Casa.

Trata-se de uma invenção do servidor aposentado José Afonso Braga, disponibilizada ao público gratuitamente neste 2018. José Afonso foi acometido de esclerose lateral amiotrófica (ELA), uma doença insidiosa, que chega sem muito aviso e aos poucos vai furtando os movimentos do paciente. Além disso, subtrai gradualmente a força e a coordenação motora, o que acaba impossibilitando tarefas cotidianas, como caminhar, engolir e conversar.

Ao perceber os primeiros sintomas de perda de voz, José Afonso Braga reagiu e desenvolveu um *software* que transforma texto em fala. Mas o *WeCanSpeak* não é um programa qualquer. José Afonso utilizou apenas

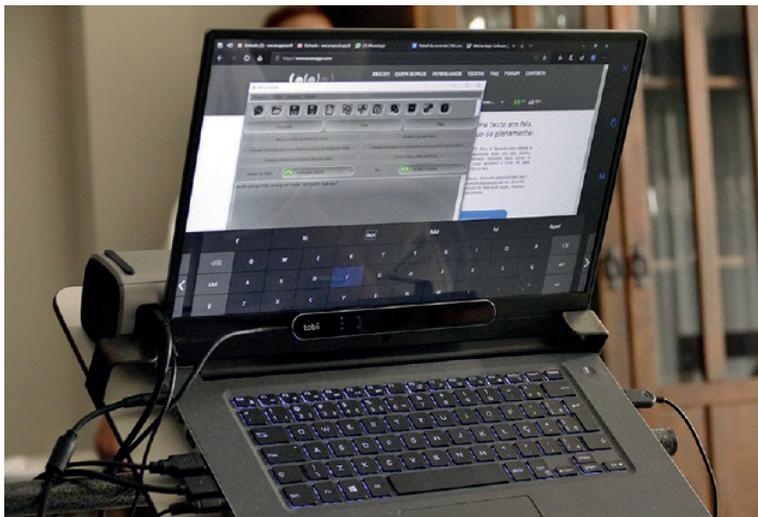
o movimento dos olhos na criação do aplicativo. Segundo o servidor, foi uma “busca desesperada” por meios alternativos de comunicação. “Foi aí que tomei a decisão de desenvolver o meu próprio aplicativo. Demorei um



Exemplar: José Afonso Braga franqueou uso de programa que dá “voz” a quem não consegue falar.

ano para chegar à versão atual e mais um ano utilizando-o diariamente antes de disponibilizá-lo ao público”, contou José Afonso.

O foco principal do *WeCanSpeak* é a agilidade na comunicação, o que é possível devido à interface simples e intuitiva. O usuário seleciona as letras com os olhos para formar as palavras, e o aplicativo transforma o texto em fala, utilizando a voz selecionada. Como o dicionário pode ser personalizado, o aplicativo está disponível a qualquer pessoa e em qualquer idioma.



DIAGNÓSTICO

José Afonso, que hoje tem 47 anos, trabalhou onze deles no Prodasen. Os primeiros sintomas da doença apareceram em fevereiro de 2013, durante uma partida de tênis com o filho, quando percebeu que “o braço não estava respondendo”. Em abril, recebeu o diagnóstico de esclerose lateral amiotrófica, tendo sido aposentado em setembro do mesmo ano.

O avanço da doença foi rápido. Ele admitiu que no início foi muito difícil, mas recebeu o apoio necessário para a adaptação. Hoje a rotina está mais tranquila. Além do aplicativo para a voz, ele desenvolveu um que o permite jogar pôquer com os amigos. A ELA não roubou do servidor o prazer e as delícias de poder se comunicar. “Perder essa capacidade de socializar é, talvez, a pior dor causada pela doença. Antes do aplicativo, eu demorava muito tempo para falar uma frase simples, soletrando letra por letra. Agora tudo é mais fácil”.

Para os cerca de 15 mil brasileiros que sofrem da doença e outros 385 mil pacientes de ELA em todo o mundo, também pode ficar mais fácil a partir da invenção do colega José Afonso.





Capítulo 6

Compromisso com a transparência

As informações prestadas pelo Senado Federal aos órgãos de controle, meios de comunicação, senadores, servidores, colaboradores ou aos membros da sociedade em geral devem ter por características correção, precisão, clareza e celeridade. O planejamento estratégico e os propósitos da administração devem ser de amplo conhecimento, de forma a serem considerados em todos os níveis de gestão e governança.

Novo portal aproxima usuário de dados orçamentários

Quando cidadãos precisam de informações sobre gastos do governo federal, orçamento e a administração desses recursos, a melhor alternativa é o Portal do Orçamento, mantido pelo Senado, que inclui o acesso

ao SIGA Brasil, principal ferramenta de transparência orçamentária, e a várias outras páginas que trazem análises, projeções e dados anteriores para pesquisas acadêmicas, por exemplo.

Mas até meados do ano passado a maioria das pessoas enfrentava um problema ao clicar *enter*: costumava travar, não a máquina, mas a cabeça do internauta. Afinal, como entender o complexo conteúdo ali publicado?

SENADO FEDERAL

Fale com o Senado

Portais

Orçamento Federal

Busca

Legislação Orçamentária Estudos Orçamentários SIGA Brasil Orçamento Fácil

Glossário

Página Inicial

LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento público é regido por uma série de normativos. Por se tratar de um instrumento dinâmico de planejamento, o orçamento público tem parte da legislação que o rege alterada regularmente.

SIGA BRASIL

O Siga Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público federal, que permite acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos.

ESTUDOS ORÇAMENTÁRIOS

Trabalhos sobre orçamento público e matérias correlatas tais como finanças, fiscalização, controle e políticas públicas. Voltado para a divulgação de conhecimentos e reflexões relacionados a políticas.

ORÇAMENTO FÁCIL

Quer saber mais sobre orçamento público? Desenvolvida pelo Senado Federal, a série de animação Orçamento Fácil mostra o que é feito com os recursos dos impostos, taxas e contribuições pagos pelos brasileiros. Acompanhe e fiscalize os gastos públicos.

Pensando no olhar do usuário, o Comitê Gestor de Internet do Senado, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) e a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) se juntaram para dar nova cara e novo conteúdo ao Portal. Depois de conversas com entidades da sociedade civil que lidam com o assunto e muitas pesquisas e testes, foi lançado em novembro de 2017 o novo Portal do Orçamento. Desde então, o internauta consegue achar as informações de forma mais fácil, intuitiva e com uma linguagem mais acessível, como explica o diretor-executivo de Gestão e presidente do Comitê Gestor de Internet do Senado, Marcio Tancredi:

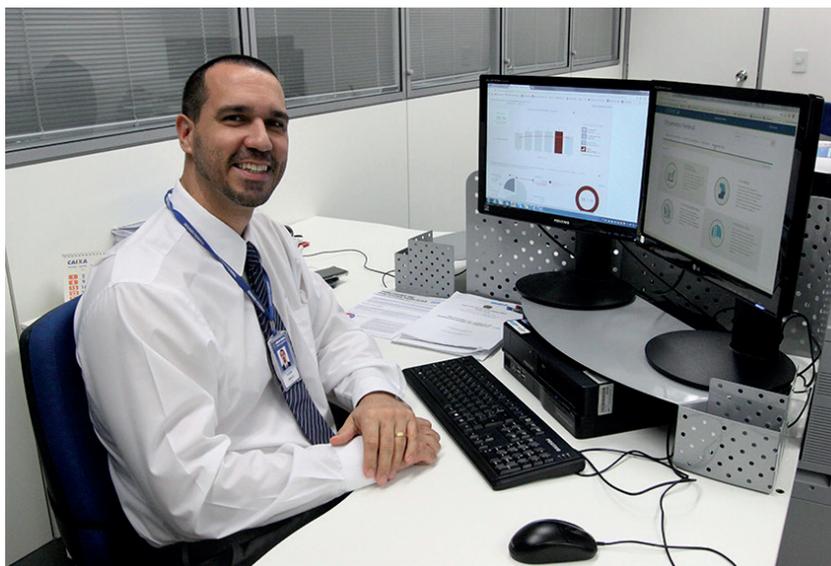
— Todo o vocabulário foi adaptado para que o cidadão pudesse entender e buscou aproximar a dinâmica do Orçamento da própria realidade do cidadão. O site ficou mais acessível e transparente para todos, chegando muito perto de uma colaboração grande para a democracia brasileira — disse Tancredi.

Para Flávio Diogo Luz, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf), a mudança também dá mais destaque a informações com valor agregado, como os estudos orçamentários desenvolvidos pela equipe de especialistas: “Nosso intuito foi aproximar o portal das demandas da sociedade. Damos maior ênfase ao que é mais buscado pelos cidadãos. Simplificamos e deixamos a navegação mais agradável”.

Além da linguagem e da funcionalidade, o Portal de Orçamento teve seu design alinhado ao formato do Portal do Senado. Você pode conferi-lo no seguinte endereço: www.senado.leg.br/orcamento



Presidente do Comitê Gestor de Internet do Senado, Marcio Tancredi



Flávio Diogo Luz, da Conorf: Portal prioriza conteúdos mais buscados pela sociedade

Painel Cidadão convida público a fiscalizar

Uma coisa já se podia notar pouco depois do lançamento do novo Portal do Orçamento. Um público diferente passou a acessar essas informações, principalmente por meio do *link* “Painel Cidadão”. Não houve convite formal, mas nem foi preciso. É que essa página traz o orçamento de uma forma que não era mostrada.

Como exemplifica a consultora legislativa Rita de Cássia Leal, antes, se o cidadão quisesse acompanhar os

gastos federais com creches precisaria saber que no Orçamento da União tais gastos estão classificados como subfunção ‘Educação Infantil’. “No novo portal, não se exige linguagem orçamentária; basta escrever a palavra ‘creche’ no campo de pesquisa e os dados aparecem na tela”, compara a consultora.

Mesmo o “Painel Especialista” - outra opção do Portal do Orçamento - passou a oferecer novas abordagens.

“Em vez de o usuário precisar de 10 cliques no Siga Brasil Relatórios para saber como Senado e Câmara executaram seus orçamentos nos últimos cinco anos, o novo Painel Especialista entrega essas e muitas outras informações com apenas um acesso do usuário”, esclarece o gestor do projeto pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), João Artur Coimbra.

ONG elogia mudanças

Na condição de usuário permanente do Portal do Orçamento, o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Francisco Gil Castello Branco Neto, afirmou que o SIGA Brasil é a melhor solução para acompanhar o orçamento público. A convite, ele esteve no Senado na semana em que o novo Portal foi lançado. Acompanhado do vice-secretário-geral da ONG, Carlos Bendô, conheceu as mudanças e conversou com servidores da Consultoria de Orçamento e do Prodasen.

Castello Branco fez uma retrospectiva da evolução da transparência das contas públicas no Brasil e contou que apresenta o Siga Brasil Painéis nos cursos que ministra para difundir o uso da ferramenta.

Ao lembrar que muitos jornalistas investigativos participam desses cursos, Castello Branco confirmou o interesse gerado pelo portal.



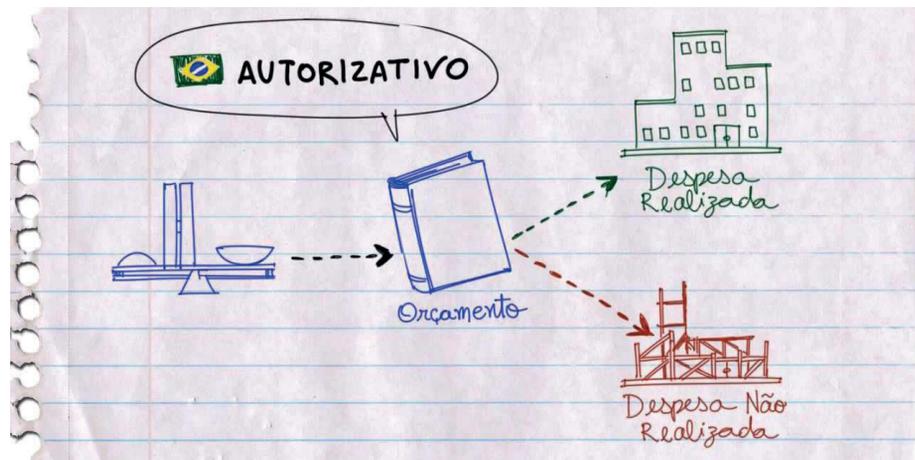
Secretário-geral da ONG Contas Abertas, Francisco Gil Castello Branco

Campanha impulsiona acessos a Orçamento “divertido”

Será possível usar desenhos e histórias divertidas para ensinar como se produz uma lei orçamentária? Há quase cinco anos o Projeto “Orçamento Fácil” vem mostrando que sim. A partir de animações e histórias que remetem ao dia a dia da população, ele fala das etapas de construção do orçamento público. Para isso, compara-o com algo que a pessoa acaba entendendo: o orçamento familiar.

A novidade é que no primeiro trimestre do ano passado uma campanha publicitária criada pela Secretaria de Comunicação do Senado (Secom) a partir de conteúdo da Consultoria de Orçamento e apoio da Diretoria-Geral fez disparar o número de acessos a essa página. Em três meses, houve aumento de 75% de entradas, enquanto a meta era aumentar 20%.

Como destaca Fábio Duarte, Coordenador de Publicidade e Marketing da Secom, a campanha publicitária em TV, Rádio, Agência de Notícias e mídias sociais deu ao projeto um impulso invejável: “Foram 18 matérias publicadas em mídia externa (80%



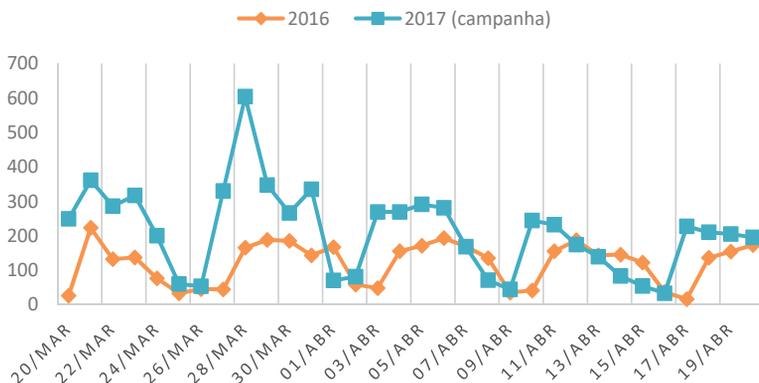
acima da meta), 600 mil visualizações por meio de sete postagens nas redes (superando em 20% a meta), e 32% de aumento no acesso ao Siga Brasil em 2017”.

No gráfico a seguir, é possível acompanhar o crescimento do número de acessos ao “Orçamento Fácil” entre março e abril de 2017 na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Claro, o projeto em si é uma referência em educação orçamentária. A

série de animações aborda cada etapa do processo - planejamento, definição de prioridades, projeção de gastos e receitas – de uma forma fácil, direta e animada. Assim, multiplica o alcance de um assunto debatido quase que diariamente numa casa legislativa e que interfere diretamente na vida e na rotina de todos.

ACESSOS DIÁRIOS



fonte: Secom

Com e-Cidadania, transparência e participação popular se fortalecem

Imagine uma plataforma pela qual você pode conhecer em detalhes projetos debatidos no Parlamento e ainda fazer valer sua opinião a respeito, inclusive pelo voto. O nome disso é e-Cidadania, uma das ferramentas de transparência e interação com o público mais festejadas pelo Senado.

Recentemente, em outubro, o programa foi mostrado aos participantes da Semana de Ciência e Tecnologia, realizada em Brasília. Mirando os jovens, principais alvos do evento, o servidor Marcos Aurélio Behr ressaltou o estímulo dado pelo e-Cidadania à participação desse público no processo de construção das leis.

— Estamos trabalhando para que eles [jovens] tenham voz ativa não apenas no momento do voto, mas também que possam mostrar que a participação popular não se encerra com o voto. Eles têm ferramentas e instrumentos para participar sugerindo, opinando e cobrando os parlamentares que elegeram — disse.

O esforço gerou eco entre estudantes que estiveram na feira. Ítalo Neves (16), aluno do Instituto Federal de Goiás, ficou impressionado com a apresentação sobre o programa: “gostei da oportunidade de aprender como a gente pode participar de todo o processo legislativo”.

Por meio do e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania) o público pode participar de audiências públicas, sabatinas e outros eventos Interativos. Os comentários e perguntas são recebidos pelo Portal ou por telefone - via Alô Senado, no 0800 61 2211.

Em seguida, são entregues aos senadores que presidem os eventos. Desde sua criação, em 2012, já foram recebidos cerca de 50 mil comentários do público. Só neste ano, até novembro, dos 358 eventos do tipo, nada menos que 351 contaram com a participação cidadã. Audiências públicas sobre transparência foram as mais acessadas, com 1.574 participantes.

O e-Cidadania também convida cidadãos a votarem nas iniciativas em pauta. Entre 2017 e 2018, as duas matérias que despertaram mais atenção foram a proposta de emenda à Constituição (PEC 106/2015) que reduz o número de parlamentares no Congresso

e a sugestão (SUG 30/2017) de acabar com o auxílio moradia às autoridades públicas. Foram mais de 5,6 milhões de cidadãos votando pelo e-Cidadania em 2017 e outros 7,7 milhões nos primeiros 11 meses de 2018.

A propósito, matérias chamadas SUG são sugestões legislativas enviadas pelo público e que se transformam em projetos debatidos pelos senadores quando alcançam 20.000 apoios. Atualmente, há 122 sugestões legislativas aptas a serem analisadas pelas comissões temáticas do Senado.



Senado na Feira: servidor Marcos Aurélio Behr demonstrou aos jovens como funciona e-Cidadania

Youtube e Facebook deixam Rádio mais perto do cidadão

Há um ano, em novembro de 2017, a Rádio Senado estreava na plataforma de vídeo *Youtube* exibindo ao vivo o programa *Conexão Senado*, entre 7h e 9h da manhã, de segunda a sexta-feira. E, há dois meses, também passou a transmitir seu principal programa de jornalismo por meio do *Facebook*.

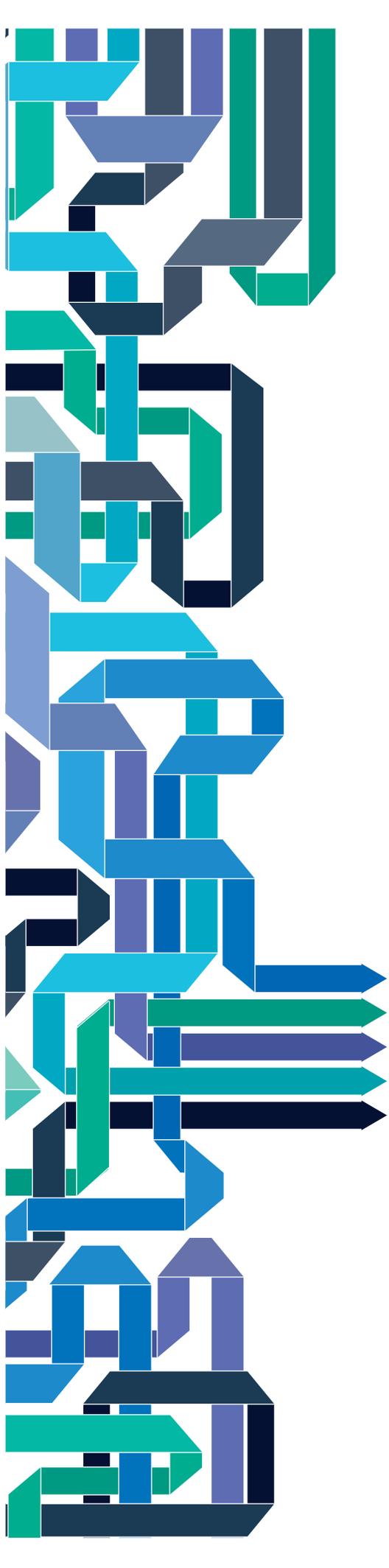
Apresentador do *Conexão*, o jornalista Adriano Faria lembra que o ouvinte busca proximidade com o veículo, o que levou a emissora a optar pelas ferramentas de interação disponíveis. O *WhatsApp* da Rádio, por exemplo, já traz um “retorno fantástico”, segundo Adriano, e ajudou a entender que ao ouvinte interessa, principalmente, “saber como o trabalho dos senadores afeta seu dia a dia”.

O programa traz a agenda de trabalhos no plenário e nas comissões, entrevistas sobre a pauta legislativa e outros assuntos de interesse da população, como a previsão do tempo e os destaques noticiosos do Brasil e do mundo.

Com as novas alternativas de transmissão, o público pode também acompanhar as imagens da equipe em estúdio. Mas, claro, quem prefere o bom e velho aparelho de rádio continua contando com a frequência em FM em Brasília e em outras nove capitais, além das mais de 1.400 emissoras conveniadas em todo o país.



Jornalista Adriano Faria, âncora do radiofônico *Conexão Senado*: real e virtual



Descomplicamos o orçamento público

Com o **SIGA Brasil Painéis**, não precisa ser especialista em orçamento público para entender de que forma os recursos da União são usados.

Por meio de interfaces gráficas e interativas, é possível ter acesso a toda a base de dados do SIGA Brasil, fazer análises comparativas ano a ano e, também, pesquisas por palavras-chaves.

Tudo fácil e intuitivo.

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil

Siga Brasil

O orçamento público federal descomplicado



**SIGA
BRASIL**
Painéis

SENADO
FEDERAL





Capítulo 7

Compromisso com a responsabilidade na utilização de recursos públicos

Devemos constantemente buscar soluções inteligentes que impliquem o menor custo possível para a consecução dos objetivos de qualidade e eficiência que perseguimos. O compartilhamento de experiências e a cooperação com outros entes e órgãos públicos, especialmente do Poder Legislativo, devem ser valorizados.

Senado reinventa suas compras e contratações e vira referência no setor

Compras e contratações estão entre as tarefas mais delicadas no serviço público. Elas envolvem disputa sobre serviços ou produtos que podem custar altas somas de recursos aos cofres públicos, e seu sucesso depende do cumprimento de alguns princípios básicos previstos em lei. Entre eles estão a legalidade, a impessoalidade, a economicidade e o julgamento objetivo.

Mas além de selecionar o fornecedor de forma justa, sem ferir a lei e buscando sempre a melhor relação

custo-benefício para o órgão público, o bom gestor tem outros desafios: agilizar os processos de aquisições e contratações e dotá-los de mecanismos de controle e de transparência que combatam o desperdício e a malversação dos recursos.

A partir dessas premissas, o Senado Federal iniciou um processo em 2013 que revolucionou esse setor. Inicialmente foi feito um enxugamento do portfólio de contratos, de forma a eliminar sobreposição de funções e

reduzir despesas. Um diagnóstico sobre o setor de compras e contratações feito à época identificou que não havia uma estratégia específica para o setor, que carecia de mais transparência e controle, bem como de modernização de seu sistema de informações, baseado apenas em processos físicos, em papel.

Como consequência, contratações eram definidas fora de tempo, sem conexão entre setores. Enquanto isso, os gráficos anuais mostravam baixa execução orçamentária. Para se ter uma ideia, em 2012 o total empenhado ficou 24% abaixo da dotação autorizada, um descompasso que acusa falta de planejamento e de controle sobre o processo.

Era hora de enfrentar esses problemas. A começar pelo estabelecimento de diretrizes claras para a área de gestão. Entre elas, o foco no planejamento para evitar fracionamento de despesas e combater as compras emergenciais e as prorrogações excepcionais de contratos. Foco também na transparência em todas as fases do processo. Por isso, e também por economia, o Senado passou a priorizar os pregões eletrônicos, em vez do formato presencial.



Ilana Trombka explica a gestores a série de mudanças nos processos de compras e contratações

PROGRAMA DE SISTEMATIZAÇÃO

O olhar da gestão provocou re-negociação de contratos em execução, com redução de custos, e monitoramento de processos prioritários. Além disso, a Comissão Diretora aprovou mudanças que deram à administração do Senado competência para definir normas e gerir o setor, agregando flexibilidade e tempestividade.

Era o que faltava para a Diretoria-Geral instituir um conjunto de novas regras, que ganhou o nome de Programa de Sistematização de Contratações.

O Programa redefiniu os papéis de cada órgão interno relacionado às contratações; criou ferramentas para fiscalizar, controlar e agilizar os processos; estabeleceu uma sistemática de capacitação voltada ao aprimoramento dos funcionários no cumprimento de suas tarefas; entre outras ações.

Para cumprir seu objetivo geral de aumentar a eficiência nas compras e contratações, o Programa foi dividido em etapas, e suas metas passaram a ser estabelecidas ano a ano. Era urgente mudar os sistemas e implantar uma nova forma de gestão. Para dar conta disso, o foco da inovação voltou-se a

três eixos: tecnologia da informação (TI), gerenciamento e capacitação.

Com a área de TI, a expectativa era obter sistema informatizado integrado, com módulos específicos para a gestão de demandas, controle das contratações e acionamento de ata de registro de preços. O eixo gerencial daria conta do planejamento de contratações e seu consequente monitoramento, além de indicadores de execução e criação de comitês transversais. Já com a Capacitação, o objetivo era, claro, formar gestores na área.

O ENCONTRO DAS INOVAÇÕES COM OS RESULTADOS

A entrega dos sistemas facilitou em muito a gestão do setor. Módulos eletrônicos separaram processos por fase e possibilitaram maior controle. Contratos em execução ficaram num sistema, e tiveram todo o histórico checado pela ferramenta eletrônica, incluindo documentação da empresa e registro de pagamentos; em outro grupo, foram encaixados os processos em fase de instrução, que ganharam agilidade com a adoção de formulário simplificado e intuitivo para registro de demandas, por exemplo.

Estamos agora em 2015, e a redistribuição de tarefas, ancorada na capacitação já realizada, começa a surtir efeito. Aptos, os funcionários do setor demandante passaram a participar do processo também realizando pesquisa de preços e termo de referência. Descentralizando de um lado e centralizando de outro, a Casa ampliou o nível de compras em escala, que são mais econômicas. E reduziu bastante o número de licitações que fracassavam em razão da falta de especificação correta do objeto de compra.

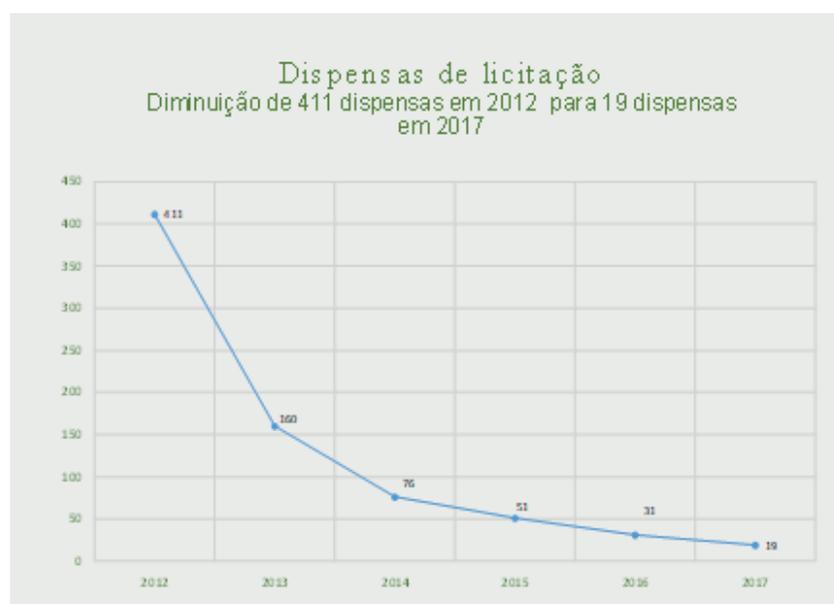
No mesmo ano o setor ganha mais um aliado: o processo eletrônico.

O sistema que acabou com o papel nas tramitações administrativas também informatizou os processos de compras e contratações. Além da economia de papel, o Senado passava a ganhar agilidade; e o setor de compras, um controle ainda maior.

Por falar em economia de papel, o Senado estabeleceu como regra que as compras passassem a obedecer a critérios ambientalmente sustentá-

veis. A substituição de copos plásticos, há quase três anos, foi uma das primeiras dentro desse novo cenário, que em 2018 passou a valer para todos os contratos.

As iniciativas adotadas e a execução dos projetos de gestão do setor pensados em 2015 - dos sete escolhidos, cinco foram concluídos e dois estão em andamento - começavam a refletir



no desenho dos gráficos de compras e contratações.

DISPENSAS DE LICITAÇÃO

Dos 411 registros verificados em 2012, o Senado derrubou para 19 o número de dispensas de licitação em 2017.

CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS

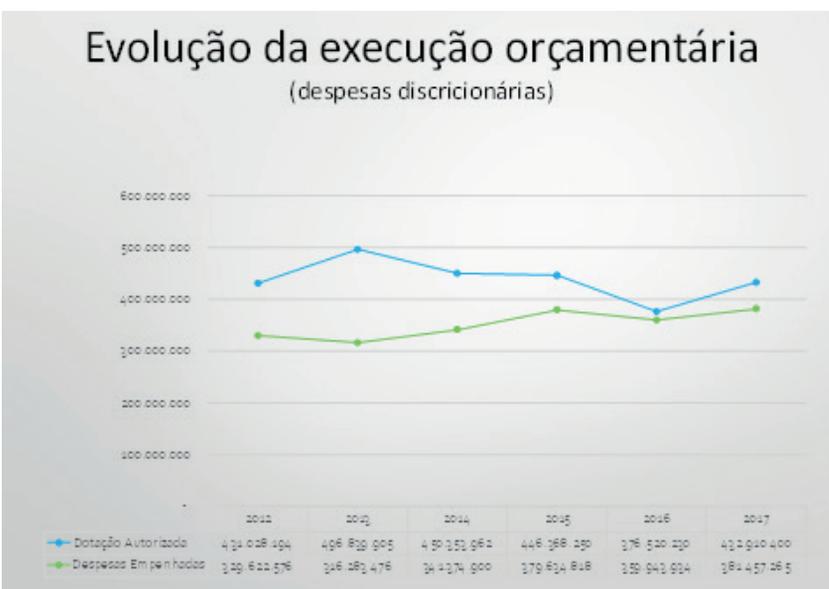
Com mais planejamento, esse tipo de contratação caiu de 12, em 2012, para apenas uma em 2017. E as compras fracionadas foram zeradas.

Enquanto os projetos avançavam, mais gestores eram treinados. Entre 2016 e 2017 foram três ciclos de capacitação, cada um com quatro minicursos voltados para pesquisa de preços, elaboração de termo de referência, contratações diretas e gestão de contratos.

TEMPO DE INSTRUÇÃO

O fluxo eletrônico e os sistemas mais racionais, entre outras medidas, provocaram a redução do tempo médio de instrução dos processos, inclusive nos casos de dispensa de licitação, que caíram de 112 para 89 entre 2016 e 2017.

O leitor lembra da informação sobre execução orçamentária? Com a ajuda do gráfico, é possível verificar a mudança drástica a partir de 2012. Em quatro anos, a diferença entre a dotação autorizada (planejamento) e o total empenhado (execução) nas contratações caiu de 24% para 4,5%.



MAIS AGILIDADE E ECONOMIA NO BIÊNIO

Ao longo de 2018, o setor de contratações trabalhou para aperfeiçoar algumas ferramentas e entregar outras. Em 2017, já tinha sido lançado o Módulo de Acionamento de Ata de Registro de Preços (ARP), que permitiu a redução do tempo de instrução de um acionamento em 80%, passando de 22 dias para apenas quatro. A ARP, que permite aproveitar consultas já registradas para efetuar a compra, economiza tempo e dinheiro ao poder público.

Pois em 2018, esse prazo caiu ainda mais: três dias, em média, para

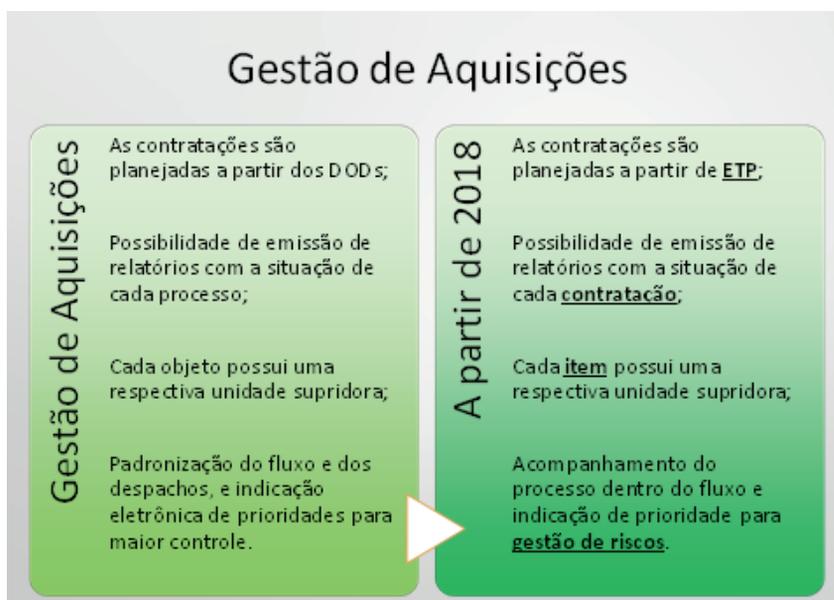
realizar os acionamentos. Um bom exemplo foi a compra de açúcar e adoçante pela Secretaria de Patrimônio. Em 2014, o processo demorou 21 dias para ser concluído. Já em 2018, essa mesma compra foi concluída em apenas 2 dias.

TEMPO REAL

O ano de 2018 também foi marcado pela entrega do Módulo de Gestão de Contratações, que permite a adoção de um plano de contratações plurianual e a distribuição dos processos dentro

do calendário planejado. Além disso, o acompanhamento passa a ser feito em tempo real, no próprio sistema, desde a oficialização da demanda até a entrega do objeto.

Com mais planejamento, deixaram de ocorrer as chamadas compras oportunistas, que costumam ser demandadas fora de prazo apenas para aproveitar vácuos nos processos que podem reduzir a execução do orçamento de determinado ano.



OS DESAFIOS PARA 2019

A área de contratações é talvez o principal destaque das recentes administrações do Senado Federal, mas o processo de inovação tecnológica e de renovação de ideias – além da natural cobrança por melhores resultados – projeta importantes desafios para o ano que chega.

O maior objetivo é conquistar números ainda melhores, uma meta inscrita nas diretrizes da Casa no biênio que se estende até 2019. Mas em termos práticos, a Diretoria-Geral vai perseguir a conclusão do controle eletrônico de pagamento e do controle de material nos contratos fechados pelo Senado.

Como dissemos lá no início, todo controle e cuidado é pouco quando se fala de um setor que responde pela execução de nada menos que 90,9% do orçamento discricionário do Senado - algo como R\$ 419 milhões em 2017.

Controle + eficiência = economia

Se em casa a ordem é não gastar além do orçamento familiar, não acumular dívidas e sempre pesquisar produtos mais baratos, imagine, leitor, quando o dinheiro nem é apenas seu, mas de mais de 207 milhões de pessoas. Esse é o chamado dinheiro público, arrecadado pelos impostos e tributos. E gastá-lo exige a maior responsabilidade.

Essa é uma qualidade inegável da administração do Senado nos últimos anos: garantir economia e transparência nos gastos, mantendo a busca por maior eficiência na gestão. O mapa de atuação da Diretoria-Geral é dado pelas 22 Diretrizes Estratégicas firmadas pela Comissão Diretora e anunciadas em março do ano passado. A partir delas, a Diretoria-Executiva de Gestão (Direg) e o Escritório de Governança (Egov) identificaram, na época, um conjunto de “projetos candidatos a estratégicos”, que foi submetido à

DGER e à Secretaria-Geral da Mesa (SGM). Daí saiu o Portfólio de Projetos Estratégicos.

Trilhados esses passos, a DGER executa cada um dos projetos. Mas outra pauta, não escrita, mas repetida como mantra pelos corredores, continua sendo uma baliza permanente. É a estratégia de governança, traçada sob cinco diretrizes principais: fazer mais com menos; plena transparência de contratos e sua execução; zelar para que não haja fracionamento de despesas; evitar contratações emergenciais ou excepcionais; e priorizar o pregão eletrônico.

Essas camadas de ordenamento e controle garantem os resultados. Foi assim na área de compras e contratações tratada nessas páginas. Tendo o Programa de Sistematização de Contratações como motor, a DGER alcançou entre 2013 e 2017 uma economia acumulada de cerca de R\$ 245

milhões – diferença entre o valor estimado das concorrências e o valor final contratado. Ou seja, as despesas empenhadas no período, que passariam dos R\$ 2 bilhões, totalizaram R\$ 1,8 bilhão.

Só no ano passado a Casa deixou de gastar cerca de R\$ 40 milhões, ou mais de um quarto do valor previsto para todas as 121 licitações no ano, que totalizaram R\$ 80.980.423,27. Acompanhe no gráfico:

Economia Anual - Licitações	
Ano	Total
2013	R\$18.819.027,83
2014	R\$75.437.083,62
2015	R\$70.115.509,92
2016	R\$39.182.632,60
2017	R\$40.099.880,55
2018*	R\$21.324.207,09

* Valores até 21/11/2018

Mais transparência e agilidade

Tramitação mais precisa e relatórios gerenciais melhor elaborados. Os novos avanços no fluxo de contratações do Senado foram alcançados com a migração, no ano passado, do trâmite desses processos para a Central de Serviços da Intranet. Assim, o próprio sistema controla o fluxo de tramitação. Anteriormente, o procedimento era

feito a partir do Sistema de Gestão Arquivística (Sigad).

A mudança também simplificou o acompanhamento dos processos. O processo licitatório mais ágil tende a reduzir o tempo de contratação e aumentar a eficácia do planejamento, com melhoria na gestão de riscos.

Prodasen apresenta soluções de TI no *Agile Trends Gov*

Uma metodologia ágil de gestão e planejamento de projetos. Em síntese, esse é o *Scrum*, sistema que vem sendo usado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) desde 2015, com bons resultados. Por isso, o produto foi apresentado a outros órgãos públicos no *Agile Trends Gov*, realizado em Brasília em 2017.

O Senado foi representado no evento pelo servidor Frederico Marques, do Serviço de Soluções Para Áreas de Informação, Documentação e Comunicação Social. Frederico explica que com o *Scrum* o Prodasen obteve mais agilidade e eficiência na produção de soluções em TI, reduzindo o tempo de entrega. É que o sistema divide o projeto em ciclos curtos de no máximo quatro semanas, chamados de *sprints*. Assim, em conjunto com o cliente, os sistemas são adaptados mais rapidamente às necessidades e às mudanças das áreas de negócio.

Foi o que aconteceu com o desenvolvimento do sistema de “Automação de processos de Alteração de Espaço Físico da Sinfra”, demandado pela Secretaria de Infraestrutura do

Senado, e com a evolução dos “Sistemas de Contratações Gescon e Gestão de Aquisições”, solicitada pela Diretoria-Executiva de Contratações (Direcon). Graças à aplicação do *Scrum*, a Direcon conseguiu utilizar o módulo de acionamento de Ata de Registro de Preços antes mesmo de estar completamente modernizado. O assessor técnico

da Diretoria de Contratações, Matheus Matoso, confirma.

- A metodologia *Scrum* permite entregar pequenos módulos, de maneira que já se usa o sistema antes de estar completamente finalizado. Primeiramente, foi entregue o controle de certidões dos fornecedores. Depois, o controle do saldo dos itens de cada ARP.



Matheus Matoso, assessor técnico da Direcon: com o *Scrum*, o produto final sai antes e com mais qualidade

Por fim, a aplicação que sistematizou o pedido do gestor. Essa funcionalidade levou 11 meses para ser concluída, mas desde o primeiro mês já tínhamos uma pequena parte disponível para o usuário, conta Matheus.

A edição 2018 do *Agile Trends Gov* contou novamente com a participação do Senado. De acordo com o chefe de serviço da Coordenação de Soluções de Tecnologia da Informação Corporativa (Costic), Edval Vieira, o Prodasen deu continuidade à apresentação de soluções e absorção de novas metodologias: “Temos participado de eventos semelhantes porque entendemos as vantagens do Ágil, já que temos obtido bons resultados ao utilizar *Scrum*, *Lean*, *Kanban*, dentre outras metodologias e ferramentas. Como consequência,

os produtos desenvolvidos são mais capazes de atender às áreas de negócio tempestivamente, além de terem melhor alinhamento com os anseios dos demandantes”.

De acordo com Frederico Marques, a possibilidade de troca de iniciativas em eventos como o *Agile Trends Gov*, que ajuda a “empurrar os limites da Indústria de *Software* com temas modernos, tendências e casos reais”, mostrou que o Senado caminha no sentido correto.



Senado compartilha com outros órgãos sua experiência em desenvolvimento de sistemas e busca novidades no setor

Senado tem Gráfica modelo

A Gráfica do Senado foi escolhida pela Associação Brasileira de Imprensas Oficiais (ABIO) como empresa modelo 2018. Representantes de 20 instituições do setor realizaram, em junho, visita técnica à Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf).

A comitiva, vinda de vários estados, conheceu os modelos de contratação (*outsourcing*), estruturas de manutenção preventiva e corretiva e todo o trabalho desenvolvido pela gráfica. O diretor da Segraf, Fabrício Ferrão, que recebeu a comitiva, justificou a escolha: “A Gráfica do Senado é a estrutura mais organizada dentre as gráficas públicas de Brasília”.



Acima, equipe da Segraf: trabalho reconhecido por associação nacional. À esquerda, no centro, diretor da Gráfica, Fabrício Ferrão

Secom inaugura treinamento em compras e contratações

O passo a passo para se produzir um Termo de Referência (TR), essencial para lançar concorrência para compra em órgão público, foi um dos itens abordados em treinamento em outubro a colaboradores da área técnica da Secretaria de Comunicação (Secom). O minicurso foi coordenado por gestores da Secretaria de Administração de Contratações (Sadcon), tendo à frente o diretor Rodrigo Galha.

— O objetivo (do treinamento) é que a Secom conheça os principais conceitos relacionados às contratações que são relevantes para planejar e saber os prazos e especificidades dos processos, dos projetos básicos, dos TRs, pesquisa de preços, aspectos importantes para executar o trabalho da melhor forma possível — detalhou Rodrigo Galha. A coordenadora-geral da Secom, Ana Lucia Novelli, acrescentou que esse tipo de treinamento ajuda a “melhorar os processos de contratação e alinhar as aquisições ao projeto estratégico do Senado”.

A equipe da Comunicação foi a primeira a receber o curso, que, como ressaltou o diretor-executivo de Contratações (Direcon), Wanderley Rabelo, será estendido a todas as áreas do Senado: “A gente entendeu que é preciso nivelar o conhecimento de todos os servidores. Este treinamento abrange desde o início da contratação até a gestão dos contratos que forem efetivados”.

ESTUDO TÉCNICO

Chefe do Serviço de Auditoria Operacional de Contratações, Felipe Avenazi, falou da importância do es-

tudo técnico preliminar, base para elaboração do TR ou do projeto básico, na qualidade das compras. Ele lembrou que essa etapa do processo de contratação atende aos objetivos estratégicos do Senado e é item importante conforme o Tribunal de Contas da União (TCU).

— Se o estudo preliminar for bem feito, a contratação será mais fácil. Uma contratação mal planejada pode ser inviabilizada — afirmou.

Cecilia Maria de Oliveira Guimarães, chefe do Serviço de Contabilidade Analítica da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Safin), falou sobre a correta utilização do suprimento de fundos, recursos concedidos a título de adiantamento por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal para uso em compras emergenciais e inadiáveis.

— O servidor que utilizar o cartão vai comprovar o gasto somente posteriormente. Ele recebe o adiantamento com a confiança de que (o recurso) será bem gasto em despesas de pequeno vulto e em situações imprevisíveis — disse Cecilia. O valor total da concessão do suprimento de fundo, explicou a gestora, é de R\$ 17,6 mil, enquanto o valor máximo por item de despesa é de 10% disso, ou R\$ 1,76 mil.

Os servidores conheceram ainda o trabalho da auditoria, que no Senado começa antes e não depois do contrato assinado, de forma a analisar riscos em cada processo e oferecer consultoria às áreas. Por outro lado, como destacou Rodrigo Galha, a Sadcon passou a entender melhor as necessidades do setor de Comunicação, que reúne produtos complexos e muitas vezes pouco compreendidos pela área de contratação da Casa.



Rodrigo Galha, diretor da Sadcon: treinamento incluiu todas as etapas de um processo de aquisição

Servidores são treinados em gestão de risco e *compliance*

Quais as novidades na área de gestão de risco e *compliance*? O que há de mais atual? O que fazer e o que evitar? Essas foram algumas das perguntas respondidas em um curso do qual participaram servidores do Senado que atuam com processos de contratação, gestão e fiscalização de contratos. A propósito, *compliance* – do inglês *to comply* – é agir, estar de acordo com leis e regulamentos, externos e internos.

No treinamento em “Gestão de Riscos e *Compliance* nas Contratações Públicas”, o especialista em direito administrativo Rodrigo Pironti de Castro atualizou os funcionários do Senado em questões como análise estratégica da gestão de riscos e administração pública antifrágil. Houve ainda um *workshop* focado na estruturação de uma matriz de risco. Entre outros conceitos, Rodrigo Pironti propõe a valorização do servidor público como condição para promover uma gestão pública responsável e protegida contra outros interesses.

O coordenador-geral da Secretaria de Administração de Contratações (Sadcon), Felipe Orsetti Prado,

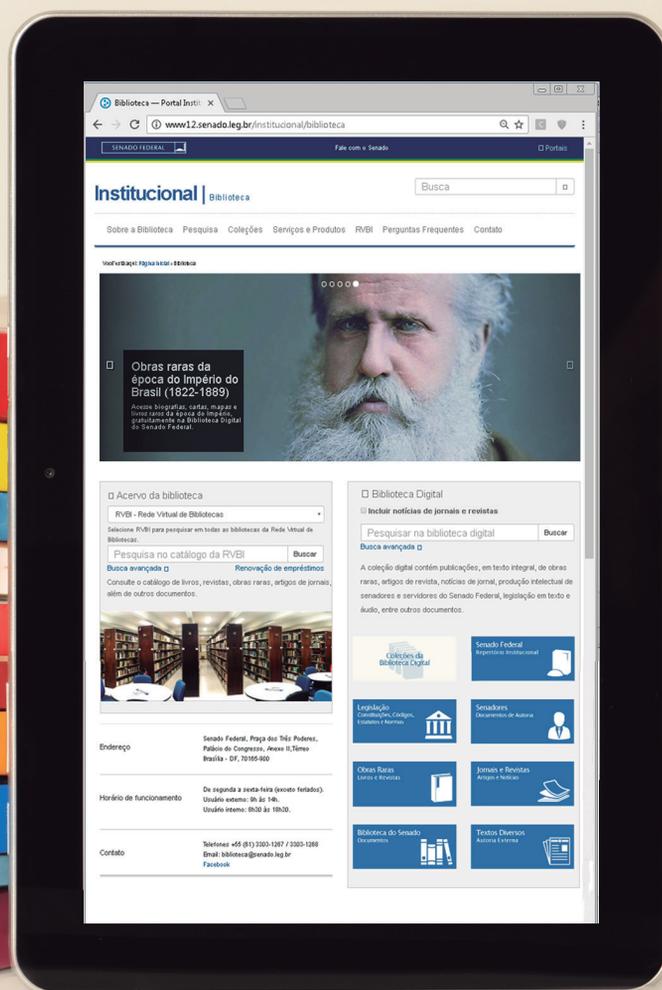
destacou o fato de o conteúdo ter sido apresentado especificamente para uma análise da gestão de riscos na administração pública. “Dessa forma, o foco não está apenas em analisar a gestão de riscos sob um prisma genérico. Ao contrário, a programação do treinamento evidencia sua peculiaridade

em tratar do tema aplicado à gestão pública”, pontuou.



Advogado e professor Rodrigo Pironti fala aos servidores sobre gestão de risco e suas normas

Mais de 280 mil obras digitais para baixar gratuitamente



acesse
www2.senado.leg.br/bdsf





Capítulo 8

Compromisso com a sustentabilidade

Devemos utilizar os recursos naturais com responsabilidade e parcimônia, considerando sempre o impacto ambiental das decisões e ações que tomamos. Devemos promover, praticar e estimular o uso racional de água, energia, papel e outros recursos, bem como a redução da produção de resíduos e a reciclagem de materiais, além de buscar opções que impliquem maior eficiência ambiental na utilização de produtos ou serviços necessários ao exercício de nossa função.

Luz verde para um coletivo sustentável

Redução em 90% do uso de copos descartáveis; aproveitamento de quase 100% dos resíduos orgânicos produzidos; consumo 31% menor de água. Números assim são consequência da execução do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) lançado há três anos pela Diretoria-Geral do Senado. E demonstram o aumento do nível de conscientização dos colaboradores, o que, por sua vez, também passa por campanhas orientadas pelo PGLS. Nessa teia verde tecida pela Casa nos últimos anos não há espaço para desperdício, nem para consumo além do necessário.

Como numa combinação de linhas, ações verticalizadas e campanhas horizontalizadas foram moldando essa teia. Afinal, numa Casa em que cooperam mais de oito mil servidores e colaboradores um pequeno esforço de cada um pode fazer a diferença. A primeira ação veio ainda em 2015, ano do lançamento do PGLS, quando a Diretoria-Geral decretou o fim da compra de copos descartáveis plásticos, e sua substituição - em apenas 10% do que era adquirido - por copos biodegradáveis.

No começo houve reação, claro, como em qualquer mudança cultural. Mas hoje o que se vê são servidores carregando suas próprias canecas ou copos, e todos estão acostumados a essa pequena revolução. Mais do que isso: a maioria absoluta (84%) concorda com as políticas adotadas, como demonstra pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS).

Junto com ações vêm as campanhas e o incentivo às ações individuais.

Com uma pequena mudança de hábito, colaboradores deram novo destino à borra de café que sobra nas copas. Virou adubo usado no Viveiro. As bitucas de renitentes fumantes, depositadas em tubos (bituqueiras) dispostos pelo complexo do Senado, são recicladas e transformadas em papel. Essas e muitas outras ações o leitor e a leitora acompanham nessa série de matérias a seguir sobre como pintar uma Casa de verde.



Ações do PGLS “reciclam” números do consumo

Nos meses de maio, junho e julho o Senado reduziu 31% do consumo de água e 4,15% do de energia numa comparação com o mesmo período do ano passado. Já o uso de folhas de papel A4 caiu 8%, passando de 5.326 resmas (pacotes com 500 folhas) em 2016 para 4.898 em 2017. Os dados são da Coordenação de Administração e Suprimento de Almoxarifados, vinculada à Secretaria de Patrimônio (SPTR), e da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra).

Novas tecnologias respondem em parte por esse progresso. No caso do uso de papel, o processo eletrônico, que veio para facilitar o dia a dia da administração, de quebra fez despencar o número de impressões. Esse volume também caiu em virtude de mudança no contrato de *outsourcing* (terceirização de impressão) e da programação geral de impressoras para utilizar frente e verso do papel. O resultado foi uma queda de 8,5% entre 2016 e 2017.

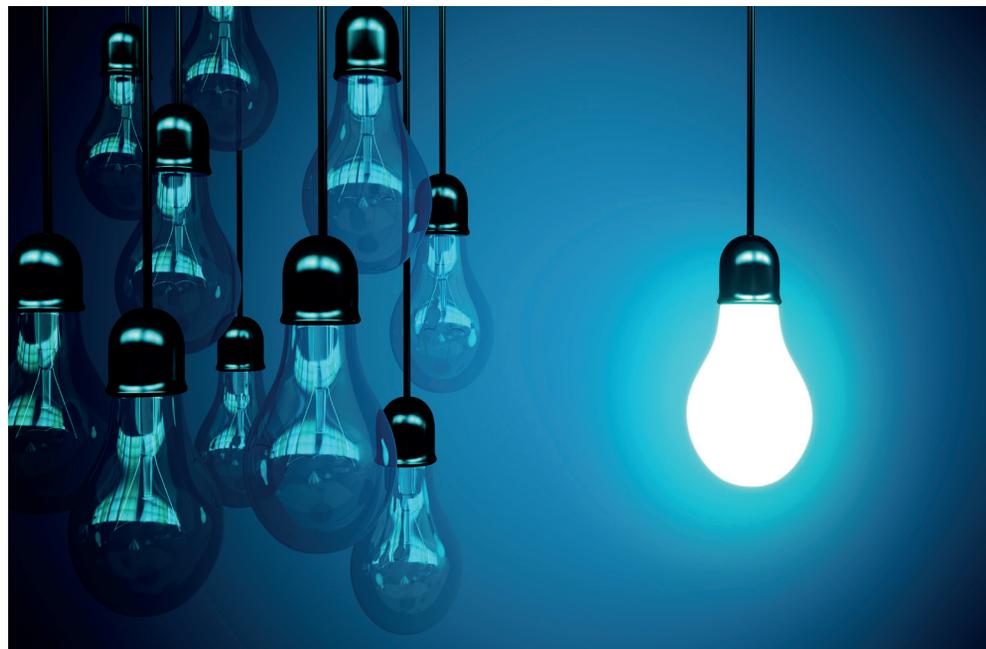
Já com relação ao consumo de água, o bom resultado se deve a ações administrativas – como a instalação de redutores de pressão na saída dos reservatórios - e à conscientização dos colaboradores, que receberam bem a

campanha contra o desperdício. Assim, enquanto em 2016 as torneiras do Senado jorraram 15.437 metros cúbicos, no ano seguinte esse número caiu para 10.239 metros cúbicos. O diretor da Sinfra, Joelmo Borges, acrescenta que houve um mutirão para detecção e conserto de vazamentos, o que ajudou nessa poupança:

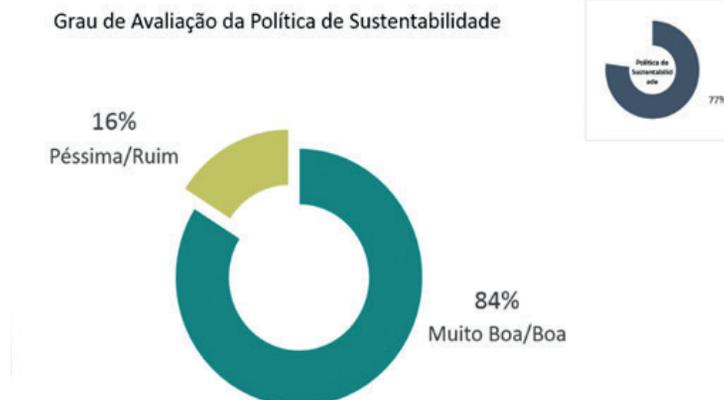
— No período de maio a julho de 2017, economizamos aproximadamente 14 milhões de litros de água (o

equivalente a 14 mil metros cúbicos) comparando com o mesmo período do ano anterior. A nossa previsão inicial era menor, mas os usuários das nossas instalações têm demonstrado preocupação com o tema e otimizado consideravelmente o uso desse recurso — explicou.

Energia elétrica também apresentou queda de consumo - 4,15% no último trimestre. Segundo o diretor da Sinfra, a economia está relacionada



a uma nova política de operação dos equipamentos de ar condicionado. Desde fevereiro, esses aparelhos têm horário definido para serem ligados e desligados. E para obter novos ganhos, a aposta do NCAS é incentivar os usuários a adotar diariamente medidas simples como desligar equipamentos de climatização, iluminação e computadores ao sair do ambiente de trabalho.



PIONEIRO EM GESTÃO DE ENERGIA

Enquanto servidores e funcionários recebem ‘lembretes’ para sempre desligar os aparelhos, e a iluminação ao fechar o expediente, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e o NCAS iniciam um programa inédito de gestão de energia. O objetivo é aumentar a eficiência no uso de energia em cada estação de trabalho por meio de mecanismos automatizados. O procedimento, que ainda minimiza a emissão de CO², pode servir como modelo na administração pública, como salientou a diretora-geral Ilana Trombka.

— Este projeto já está funcionando de forma pioneira e como piloto

nas máquinas do Prodasen. Agora, vai ser estendido a todas as máquinas do Bloco 10. A principal mudança é a habilitação da ‘hibernação’. A partir de duas horas de não uso, a máquina passa a hibernar. Essa é mais uma ação para efetivar o Plano de Gestão de Logística Sustentável — afirmou.

Na hibernação, não há consumo de energia, é como se a máquina estivesse desligada. Mas o sistema operacional mantém todas informações e programas, no mesmo estado em que o usuário deixou a máquina. Tudo é aberto normalmente quando o sistema é retomado.

Outra medida será o desligamento automático do monitor e do disco rígido após um período mais curto de inatividade. Como explicou o chefe do Serviço de Suporte à Infraestrutura e Estação de Trabalho, Giuliano Arruda, “o Prodasen acionará a hibernação de forma remota, não causando incômodo algum no dia a dia dos setores envolvidos”. A ideia é que a ação seja implementada aos poucos nos demais setores da Casa.



PGLS

Plano de Gestão de Logística
Sustentável do Senado Federal

Gabinete Verde coordena ações Senado afora

Um Gabinete Verde foi montado pelo NCAS para coordenar ações que tornem mais sustentáveis os espaços da Casa. Ali se pode obter, por exemplo, dicas para perceber quando a luz artificial é dispensável e para usar por menos tempo o ar condicionado. Separar resíduos corretamente, ajustar as estações de trabalho e manter-se atento ao cuidado com o meio ambiente também são temas-alvo do Gabinete Verde.

Na Secretaria-Geral da Mesa (SGM), todos os setores passaram a integrar o Programa. Entre os gabinetes parlamentares, o do Senador João Alberto Souza aderiu à iniciativa. “Ele é membro da Comissão de Meio Ambiente e decidiu fazer algo também para incentivar a sustentabilidade no dia a dia”, conta a assessora Ana Lima. Engenheira ambiental, ela relata que as cortinas do gabinete passaram a ficar mais tempo abertas para evitar uso desnecessário de energia, e também foram reduzidas as impressões e cópias no setor. Ana Lima não tem dúvida sobre o alcance da iniciativa.

- Desde da implantação do projeto foram feitas várias reuniões para sensibilizar os funcionários, explicando a importância da coleta seletiva não somente no gabinete, mas em todos os locais inclusive nas suas casas, completa Ana Lima, que espera ver o projeto implementado em todos os gabinetes.

O exemplo confirma a tese da coordenadora do NCAS - e do Gabinete Verde -, Karin Kässmayer, sobre a diferença possível a partir do esforço

de cada funcionário: “Ao participar das ações propostas, as pessoas veem que a causa é compartilhada e se comprometem com esses cuidados”.



Campanha orienta colaboradores a utilizarem, sempre que possível, a luz solar

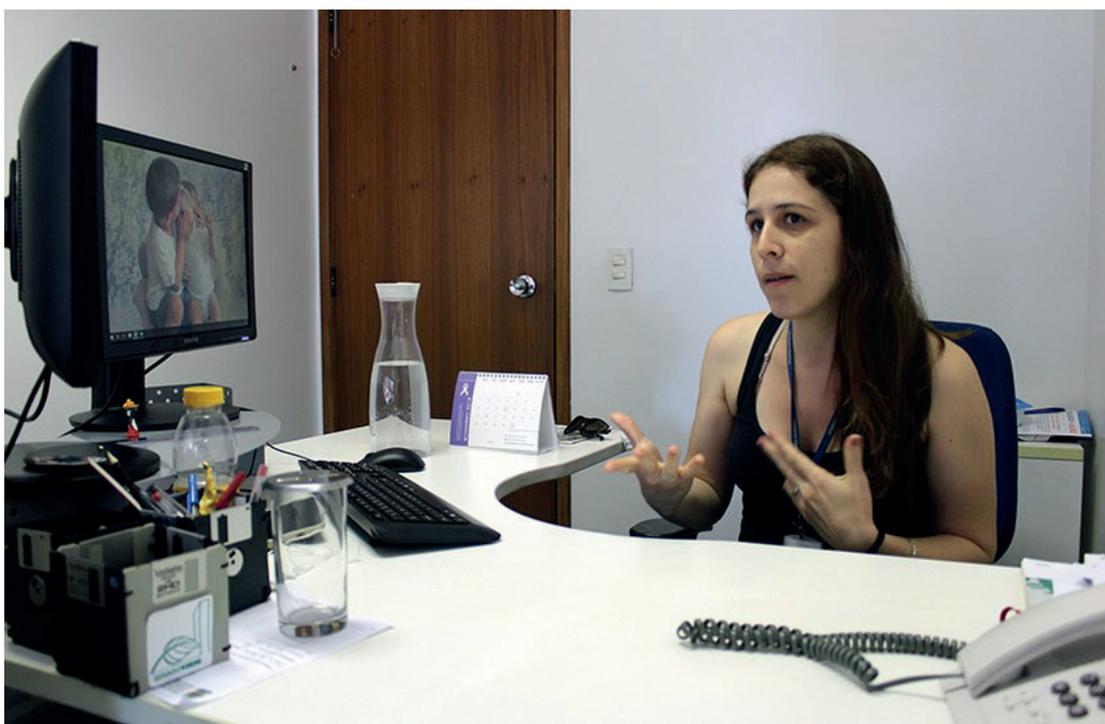
“Desengaveta” estimula reuso e consumo consciente

Um carrinho está passando por todos os setores do Senado para recolher material de consumo não utilizado. Pastas plásticas, furadores, grampeadores de papel, carimbos, enfim, itens que se tornaram obsoletos ou que na-

quele local não são mais usados. Livros também entram na coleta. Pode ser uma coleção de leis e estatutos, o que for. Muitos gabinetes que serão desocupados nos próximos meses poderão se desfazer de objetos que em outros

setores ou mesmo instituições serão muito úteis.

A ideia saiu da Secretaria de Patrimônio (SPATR) e ganhou os corredores na parceria com o NCAS, que coordena ações de sustentabilidade na



Fernanda Campelo, assessora do NCAS: parceria com setor de patrimônio para reaproveitar objetos sem utilização

Casa. Além do aproveitamento do material recolhido, o “Desengaveta” quer despertar nos colaboradores a cultura de consumo consciente. Quem explica é a assessora do NCAS, Danielle Abud.

— A iniciativa tem relação com o Plano de Logística Sustentável. A ideia é repensar para desengavetar. É o momento de pensar o que é preciso comprar, como comprar, o ciclo de vida dos produtos, que pode diminuir o custo das contratações e reduzir a produção de resíduos, orienta.

A campanha, que segue ao longo de dezembro, começou com aviso aos gabinetes parlamentares, salas de comissões e setores da Administração. Assim, os colaboradores são informados sobre datas e horários em que o carrinho estará circulando nesses locais.

À frente da iniciativa, a assessora Fernanda Campello, também do NCAS, lembra que o programa “Eco-câmara”, da Câmara dos Deputados, já fez um trabalho semelhante com um quiosque que recolheu quantidade significativa de livros. Ela destaca que obras sobre legislação, como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Esta-



Juliana Miranda, assessora do NCAS: livros e material de escritório em boas mãos

tuto do Idoso, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e outras publicadas por senadores que encerram o mandato poderão ser doadas para escolas e instituições carentes.

— Essa é uma semente que está sendo plantada e que pode ter um efeito na cadeia de consumo, gerar uma consciência e reduzir o desperdício, propõe Fernanda.

Enquanto recolhe material que possa ser redistribuído, o carrinho do NCAS vai deixando em cada sala a provocação sintetizada por Danielle Abud: “Será que precisamos de dez grampeadores ou podemos compartilhar e ficar somente com dois? O que realmente é necessário para ter um gabinete sustentável?”

Gestão de resíduos gera economia e educação

Já foi o tempo em que qualquer coisa era jogada em qualquer lata e depois, recolhida. Tudo que é produzido pela Casa é detalhado, classificado e recebe destinação adequada, com aproveitamento, sempre que possível. Para isso, o Senado conta com um Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), elaborado de forma compartilhada com todas as unidades e publicado neste ano.

ECOPONTO

Lançado em setembro, o Ecoponto é parte dessa política e veio facilitar a gestão de resíduos sólidos. O espaço, de fácil acesso e equipado com

diversos contêineres, foi projetado para o descarte voluntário de todo tipo de resíduo. Há contêineres para descarte de borra de café, eletroeletrônicos, orgânicos, recicláveis e não recicláveis. Além de auxiliar na destinação correta, o Ecoponto serve como instrumento de educação socioambiental.

ECONOMIA

Ao separar a borra de café e os resíduos orgânicos dos restaurantes o Senado economiza por mês o equivalente a 1000 kg de resíduos indiferenciados à empresa contratada para o serviço de coleta. Além disso, o aproveitamento da borra substitui a compra

de adubos químicos para produção de plantas ornamentais utilizadas nos jardins do Senado e na manutenção das áreas verdes.

Toda economia é bem-vinda, já que desde o início do ano o Senado é obrigado por lei a contar com empresa contratada para essa coleta. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) desobriga estados e o Distrito Federal do gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos produzidos por grandes geradores – mais de 120 litros por dia.

Karin Käsmayer, gestora do NCAS, junto ao Ecoponto, inaugurado em setembro



COLETA SELETIVA

Desde o ano passado até o início de 2018 o Senado substituiu aquelas 'lixadeiras' comuns que permaneciam ao alcance das nossas mãos, ao lado da mesa, para receber qualquer tipo de resíduo. No lugar delas foram instalados grupos de lixeiras coloridas em todas as dependências.

Com o fim da velha e conveniente 'lixadeira' preta, agora cada pessoa leva os resíduos que gera até o grupo de latas reunidas num ponto do setor e, diferenciando a destinação do material pela cor, deposita tudo em seus devidos lugares. A propósito, lá vão as cores de cada uma: amarelo (metal), azul (papel), verde (vidro), marrom (orgânico) e cinza (indiferenciado).

TREINAMENTO

O nivelamento de informações sobre a coleta seletiva, adotada pelo Senado, envolveu cerca de 150 copeiras. As assessoras do NCAS, Juliana Miranda e Raquel Oliveira, levaram às trabalhadoras terceirizadas informações sobre como separar os resíduos e a substituição das lixeiras.

Outra campanha, espalhada por corredores e divulgada pela intranet, buscou sensibilizar os colaboradores sobre a coleta seletiva. "Se meu lixo falasse" foi produzida pela equipe de publicidade da Secretaria de Comunicação (Secom).



Senado reduz descarte de papel e fornece insumos para produzir... papel

Entre 2015 e 2018 houve uma redução de 46% do quantitativo de papel descartado pelo Senado e recolhido por empresa de reciclagem. Em 2015 foram 16.002 kg/mês, enquanto neste ano a coleta levou, em média, 8.646 kg/mês.

Ou seja, a cada ano o Senado gasta menos papel. E como já dissemos no início deste capítulo, o decréscimo coincide com a adoção do processo eletrônico, há três anos, o que fez diminuir a necessidade de impressões, e com as mudanças no contrato de impressoras e na configuração das máquinas, padronizadas para imprimir nos dois lados.

RECICLAGEM

Em junho, o NCAS enfeitou com balões verdes todas as 32 bituqueiras espalhadas pela Casa. Junto, divulgou campanha com os motes “Bitucas no chão, não!” e “Você quer fumar? Aproveita para reciclar”. As latas cilíndricas servem para depositar as guimbas – ou bitucas. Mas muita gente não imagina

o alcance dessa simples ação de colocar ali o resto de cigarro aceso.

Esses resíduos são recolhidos num galão e levados para reciclagem no Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UnB). Lá, os componentes tóxicos do material são eliminados e o que sobra se transforma em papel.

Já quando são jogadas em qualquer lugar, essas bitucas prejudicam a limpeza e poluem o meio ambiente. Em época de chuva, então, acabam se acumulando em bueiros, aumentando o risco de entupimento.



Bom para todos: bituqueiras ajudam meio ambiente, funcionários da limpeza, recicladores...

Eletroeletrônico obsoleto? Tem jeito

Desde o ano passado o NCAS tem convocado servidores e funcionários a separar e depositar resíduos eletroeletrônicos no lugar adequado. As duas campanhas em 2017 (março e setembro) resultaram em 120 quilos de equipamentos, entre celulares, impressoras, teclados, CPUs, fax, *laptops*, televisores, *micro systems* e muitos outros.

O material foi recolhido pelo Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente - que capacita instituições a fazer o descarte correto dos equipamentos eletrônicos - e duas dessas entidades capacitadas: a "Recicla a Vida", de Ceilândia, e a "Central de Reciclagem do Varjão". Ana Carla Rodrigues, da Central do Varjão, cooperativa integrada por 23 catadoras e 2 catado-

res, elogiou campanhas como a do Senado, que são "importantes para incentivar mais pessoas a doarem eletrônicos".

Com o bom resultado, o NCAS buscou integrar ações em 2018, e conseguiu isso através da instalação do Eco ponto, espaço próprio para o descarte de cada tipo de resíduo, como os eletrônicos. Com um local fixo e permanente - junto ao Bloco 10 - para depositar esses equipamentos, foi firmada uma parceria com a ONG "Programando o Futuro", de Valparaíso (GO), que em breve deverá fazer as primeiras coletas de material eletrônico obsoleto.

Na ONG, os aparelhos serão desmontados. As peças, uma daqui; outra dali, acabam muitas vezes se

juntando e viram equipamentos a serem reaproveitados no processo de inclusão digital certificado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

É que dentro das instalações da "Programando o Futuro" está a Estação Metarreciclagem, projeto que oferece capacitação a jovens e adultos em informática básica, suporte técnico e manutenção de computadores, eletrônica, robótica livre e edição de vídeo e áudio. Ou seja, o que não nos serve mais vira, no mínimo, material didático. E ainda pode se tornar um aparelho eletrônico numa outra casa ou numa instituição social.



Parceria com ONG permite que "lixo" volte a ser aparelho utilizável



Rede junta Senado, Câmara e TCU e busca atrair legislativos estaduais

Um marco do Legislativo na promoção da política de sustentabilidade. Assim pode ser classificado o Acordo de Cooperação da Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo, assinado em julho por diretores do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU). Além da natural troca de experiências para enfrentar desafios comuns, o documento abre caminho para integrar os legislativos estaduais e o distrital em torno de uma política de sustentabilidade.

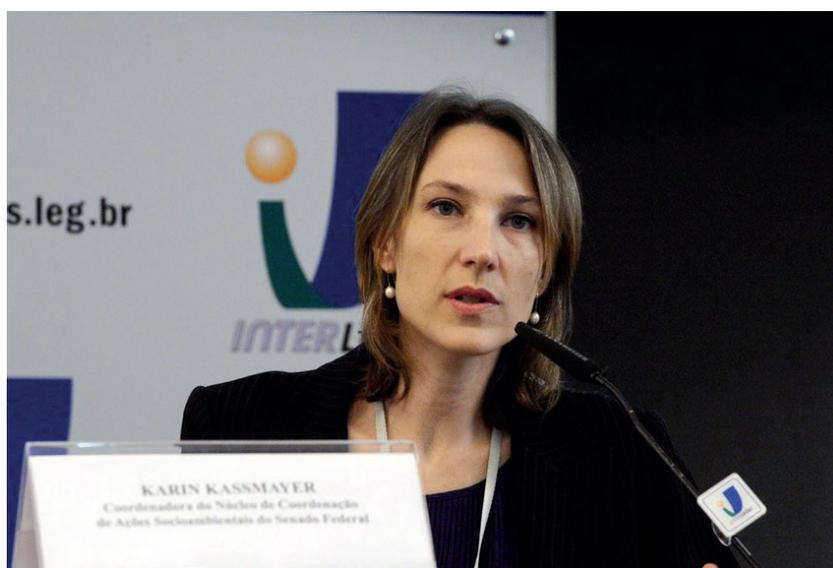
A coordenadora do NCAS, que responde pela área no Senado, foi além e anunciou que o órgão já trabalha numa proposta-modelo a ser apresentada no início de 2019. Karin Käsmayer aposta no potencial da Rede Legislativo Sustentável para articular as demais casas legislativas.

— Um dos trabalhos que estamos elaborando é a minuta de um Plano de Logística Sustentável de Referência, que poderá ser utilizado pelas Câmaras e Assembleias, para institucionalizar os planos de gestão de sustentabilidade em cada Casa, adequando-os à realidade de cada

uma delas. Nós pretendemos finalizar o plano até dezembro e disponibilizá-lo no ano que vem.

Ao comentar a importância do acordo, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, frisou o avanço das instituições ao lembrar que há poucos anos essa iniciativa conjunta não seria possível.

— Nada é mais sustentável do que a união dos três órgãos em torno de uma ideia, que assim toma maior importância, ganha maior relevância e consegue seus efeitos de forma eficiente e com mais impacto, disse.



Coordenadora do NCAS, Karin Käsmayer participa de esforço para criar uma rede verde nos legislativos

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Uma sala de aula que também é viveiro

Em julho, o Viveiro do Senado promoveu a primeira oficina de educação ambiental para crianças entre 4 e 10 anos de idade. Além de visita interativa que ensinou como se faz a seleção de resíduos para reciclagem, as crianças, filhas de colaboradores, aprenderam técnicas de preparo da terra para o plantio, compostagem e ainda participaram de contação divertida de histórias. A assessora Camila Hummel de Souza, do NCAS, orientou as crianças na realização das tarefas.

— Nós tivemos a iniciativa de fazer esta atividade de educação ambiental aproveitando um momento importante durante as férias para as crianças estarem em contato com a natureza. Para que tivessem a possibilidade de aprender sobre o plantio, a reciclagem, o ciclo da água, e fazerem atividades práticas divertidas, detalhou.

Pais e mães acompanharam a oficina. A diretora da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDoc), Dinamar Rocha, elogiou a

programação que envolveu a pequena Ana Sofia, de 4 anos.

— Considero esta atividade muito interessante, tanto para conhecermos o trabalho desenvolvido pelo Viveiro, quanto para que nossos filhos se integrem às práticas da realidade ecológica. O trabalho pedagógico

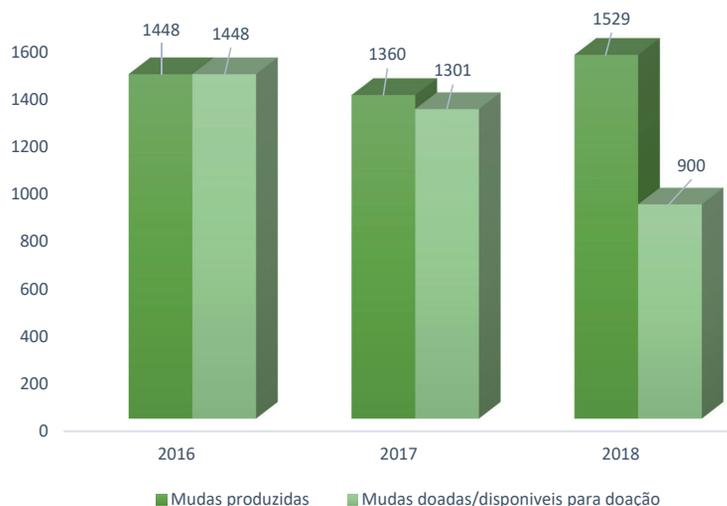
desenvolvido aqui é muito importante —, avaliou.

Thais Castro Paixão, do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT) gostou de ver as crianças aprenderem sobre preservação da natureza e práticas de sustentabilidade.



Brincando, crianças aprendem técnicas de preparo da terra para plantio

QUANTIDADE DE MUDAS



Período de referência: 2016 a out/2018 – Fonte: NCAS

— É bom saberem que não tem animal bom ou ruim, mas que todos fazem parte da natureza —, enfatizou ela, que acompanhava as filhas, Cleo, de 4 anos e Elis, de 6 anos.

O VIVEIRO

O pequeno prédio de construção sustentável cercado de estufas, tonéis para compostagem e muitas árvores foi erguido com duas missões básicas: produzir plantas para a criar e manter os jardins da Casa e minimizar as emissões de CO² da Instituição. Pro-

moção de oficinas – desta vez, infantil – e visitas guiadas são também habituais.

Em atividade ininterrupta desde fevereiro de 2012, o Viveiro responde pela compostagem de 95% dos resíduos orgânicos – borras, restos de alimentos e de podas de árvores – da Casa, que são transformados em adubo para as mudas produzidas.

Por falar em mudas, o gráfico acima mostra a quantidade produzida. Até novembro, o Viveiro produziu 1.529 mudas, 169 a mais que em 2017. Parte delas é plantada no Senado e outra parte é doada pelo programa carbono

menos – compensação da emissão de carbono - para recuperar áreas degradadas.

ARRANJOS

Além de árvores o viveiro produz, flores ornamentais e folhagens para eventos realizados no Senado, como audiências públicas, palestras e exposições. Nos últimos dois anos – até novembro de 2018 - foram 135 arranjos produzidos.



Viveiro do Senado: lugar de compostagem, oficinas e cultivo



Boas práticas: compartilhar é multiplicar

Em 2018, o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) teve uma comemoração especial. O Senado recebeu convidados de órgãos públicos de vários estados para debater e compartilhar experiências em sustentabilidade na administração pública. Ações planejadas e trabalho conjunto – princípios do Gabinete Verde – foram ressaltadas como essenciais para se obter bons resultados.

COMPRAS SUSTENTÁVEIS

O diretor-executivo de Gestão, Marcio Tancredi, destacou que, ao longo dos últimos anos, o planejamento ambiental estratégico tornou-se centro do planejamento estratégico das organizações, especialmente as públicas.

Um dos projetos destacados por Marcio Tancredi, e implantado em 2018, é o que condiciona compras e contratações da Casa a critérios de sustentabilidade “para adquirir coisas melhores, por preços menores e mais adequadas ao uso ambiental”.

A gestora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

(NCAS), Karin Kässmayer, lembrou que todos os órgãos da administração pública possuem ferramentas de gestão sustentáveis e encontram uma série de desafios, problemas e soluções que podem ser compartilhados.

A integração na busca de soluções a problemas comuns foi comemorada pelo coordenador do projeto EcoCâmara, Luiz Vicente da Costa, que enxerga a sustentabilidade hoje em outro patamar, transformada num “conceito transversal ligado a diver-



À esquerda, Marcio Tancredi junto a Karin Kässmayer, ambos do Senado; à direita, Virgínia Bracarense, do MPOG

“... temas”. O desafio, segundo Luiz Vicente, é mudar a visão cultural: “A gestão sustentável é ambientalmente adequada, economicamente viável e socialmente justa”.

Já a diretora da Central de Compras do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Virginia Bracarense, explicou como funciona o “TáxiGov”, ferramenta de transporte de servidores públicos em atividades profissionais por meio de agenciamento de táxis.

- A partir do momento que eu consigo ir no ponto central da minha necessidade, respondendo o que eu preciso e para que eu preciso, eu consigo me debruçar sobre como eu posso prover isso da melhor forma — salientou.

Outros temas do “eixo sustentável” tiveram destaque, como a redução do consumo e a reutilização; a disseminação de informações para aumentar o engajamento em torno da causa; e importância da articulação interna numa instituição para alcançar resultados.



Adriana Tostes, coordenadora de Gestão Sócio Ambiental do TJDF





Capítulo 9

Compromisso com a acessibilidade

Todo o complexo arquitetônico e toda a comunicação devem ser planejados de forma que servidores e cidadãos com limitações possam ter acesso, com dignidade e autonomia, aos espaços, serviços e informações produzidos pelo Senado Federal.

Plano de Acessibilidade reflete avanços na área

Um plano costuma ser uma carta de intenções que inclui as ideias sobre como concretizá-las. No campo da acessibilidade, embora as necessidades sejam antigas, as concepções, soluções e o próprio debate são recentes. Por exemplo a Lei Brasileira de Inclusão, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), tem apenas três anos, mesmo tempo do lançamento do Plano de Acessibilidade do Senado. A apresentação da versão 2018, em janeiro, mostrou que a Casa avançou bastante nesse período. E durante o ano conseguiu cumprir boa parte do que foi projetado.

A própria construção das metas para o setor contou com a participação dos servidores com deficiência, que apontaram suas principais necessidades dentro do Senado. O texto final do documento previu a consolidação das ações já iniciadas, a manutenção de iniciativas adotadas e pregava “romper padrões estabelecidos e eliminar barreiras, sejam elas arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, tecnológicas ou atitudinais”. Para isso, lançou o desafio de ampliar ainda mais

a necessária parceria com a Câmara dos Deputados - com que divide espaços físicos -, integrar as ações entre os órgãos internos e implantar o que, na oportunidade, restava de demandas do Estatuto.

INTEGRAÇÃO QUE AGILIZA

Passados dez meses, alguns itens ainda estão em execução, é verdade - até porque o documento

estima prazos para além de um ano -, mas muitos avanços já podem ser contabilizados, principalmente em decorrência do incremento do trabalho conjunto de vários setores. Foi o que aconteceu com o servidor Ricardo Marinho, do Prodasen, que acionou a central de serviços em busca de uma solução de acessibilidade e contou com mais de um setor para ver seu problema resolvido.



- Eu pedi na central de serviços uma adaptação no banheiro. Daí, soube que a marcenaria poderia atender, pedi e fui atendido em dois dias, relata Ricardo, que enxerga avanços nessa área nos últimos anos: “Olha, melhorou muito. Tem rampa para todo lado, está muito bom. Tenho visto corrimões, também. Está melhorando bastante. Uma coisa que eu uso muito é o elevador aqui do Prodasen. Ele vivia quebrado, agora está sempre funcionando”.

O alcance das metas foi facilitado pela criação de um grupo de monitoramento integrado por servidores com deficiência e outros do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS) e das secretarias de Infraestrutura (Sinfra), de Gestão de Pessoas (SEGP) e de Comunicação Social (Secom). O trabalho se deu em torno de três eixos:

1 - ACESSIBILIDADE NOS SITES

Por meio do Comitê Gestor de Internet, o Senado incluiu a barra de acessibilidade em seu Portal e incorporou o complemento VLibras, conjunto de ferramentas computacionais que traduz conteúdos digitais, seja texto, áudio ou vídeo para Libras. A ferramenta torna computadores, dispositivos móveis e plataformas web acessíveis a surdos.

2 - LEGENDA OCULTA E AUDIODESCRIÇÃO

A TV Senado disponibiliza em sua programação integral o sistema de legendas conhecido como *close-dcaption*, que permite à pessoa com deficiência auditiva acompanhar os programas pela descrição de falas e

qualquer outro som, como palmas, passos, trovões, música e risos. E para pessoas com deficiência visual, está em fase final de contratação o serviço de audiodescrição, pelo qual um narrador descreve as cenas, bem como o que acontece durante as pausas do áudio e, às vezes, mesmo durante os diálogos.

3 - ACOMPANHAMENTO DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA

Previsto para atender pessoas com todo tipo de deficiência, o serviço identificou barreiras para o exercício das atividades laborais e começou a implantar as medidas adaptativas, que tiveram como piloto a experiência com estagiários da Casa.



Acessibilidade abre caminho entre os setores



Estagiários Ana Carolina Figueiredo e Genilton dos Reis Silva abraçados por Anna Carolina Rabello, do Serviço de Estágios

Um ano após a implantação do Plano de Acessibilidade, o Senado havia alcançado a primeira meta: cumprimento de cota de 5% de estagiários com deficiência. Em 2018, a Casa já conseguiu ultrapassar a meta de 6% e adentrou dezembro com 7% de estagiários com algum tipo de deficiência.

O mérito, em boa parte, é do Serviço de Gestão de Estágios (Sgest). Mas de nada adiantaria o esforço do Sgest de mostrar a importância desse tipo de contratação aos demais órgãos internos - e também às instituições de ensino - se não houvesse eco à sensibilização. Essa atuação conjunta faz com que o Senado caminhe para, em pouco tempo, cumprir o disposto na Lei Brasileira de Inclusão (também chamada de Estatuto), que é de 10% das vagas.

Outro Programa, o Jovem Aprendiz, segue a mesma trilha. A meta é fechar o ano com um mínimo de 5% de pessoas com deficiência nesse tipo de contrato.

COMUNICAÇÃO

Os serviços de interpretação em Libras e os de legenda em tempo real e audiodescrição para eventos são algumas das ações mantidas e ampliadas pelas equipes da

Secom. A Secretaria de Comunicação também incluiu a linguagem de sinais no resumo das atividades legislativas da semana, veiculado pelo canal da TV Senado na internet.

MOBILIDADE

Item essencial no Plano, a mobilidade no Senado ganhou no último ano o apoio de carro adaptado para cadeira de rodas, que pode ser solicitado pela pessoa com deficiência por meio do Serviço de Transporte e, ainda, junto ao NCAS que cuida dessa área. Além do transporte entre as diversas dependências da Casa, o veículo está disponível para atender a compromissos externos.

Outro serviço que pode ser fornecido a visitantes, parlamenta-

res, funcionários, estagiários e jovens aprendizes é o empréstimo de cadeira de rodas ou triciclo motorizado. Em casos emergenciais, a solicitação é feita diretamente nas recepções da Casa ou à Secretaria de Polícia (Spol). No geral, para o público interno, a solicitação deve ser feita junto ao Programa Senado Inclusivo, no NCAS.



Ilana da Silva Neiva, intérprete, em gravação na TV Senado

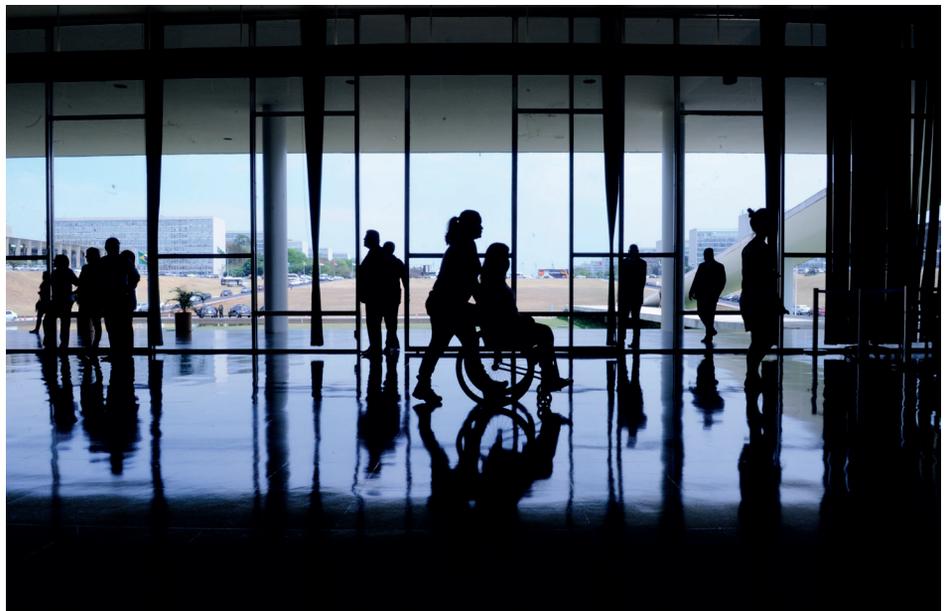
Os desafios da estrutura física

Com a integração dos setores, mais planos saíram do papel. O projeto de adequação de todas as portarias da Casa começou pelo rebaixamento de balcões para cadeirantes e pela instalação de aro magnético, um recurso para pessoas com baixa audição que usam aparelho auditivo.

E no ano em que a parceria entre Senado e Câmara bateu recorde de iniciativas bem-sucedidas, destaque para o Programa de Visitação do Congresso Nacional, que passou a ser integralmente acessível. Para isso, a Câmara oferece mediadores fluentes em Libras, enquanto o Senado fornece profissional capacitado para acompanhar pessoas com deficiência física, intelectual e visual.

Mas algumas alterações requerem mais do que a integração de setores e das casas legislativas; dependem da aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), uma vez que o complexo arquitetônico do Palácio do Congresso é tombado. A restrição envolve, por exemplo, áreas de grande circulação, como portarias e

seus acessos. O responsável pela Coordenação de Arquitetura (Codarq), da Sinfra, Fabiano Rezende, explica que o levantamento das adaptações necessárias à acessibilidade e à prevenção a incêndios já está feito, mas a execução das obras depende da análise do Iphan.



Mudança na estrutura física do Palácio do Congresso, só com permissão do Iphan

Casas trabalham juntas para resolver problemas em comum

O que começou em 2015 como uma rede informal de colaboração entre órgãos públicos se transformou, em junho do ano passado, num acordo de cooperação técnica que junta esforços de sete instituições para efetivar ações de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência. Fazem parte do acordo Senado, Câmara, Tribunal de Contas da União, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. E nos próximos meses o grupo deve ganhar a companhia do Tribunal Superior Eleitoral.

O acordo coloca à mesa desafios comuns e, a partir da troca de experiências e informações, pesquisas individuais ou conjuntas, buscam-se tecnologias e soluções compartilhadas. A parceria, que não envolve compromissos financeiros, tem duração prevista de cinco anos. A execução e fiscalização estão a cargo dos setores responsáveis por ações de inclusão e acessibilidade de cada um dos órgãos.

A servidora Adriana Jacusi, da Câmara, explica que ao longo de 2018 o trabalho envolveu, principalmente, a produção de um manual dessas instituições: “Esta cartilha será aberta a quem quiser consultá-la e o

objetivo é orientar a instituição para fazer ações de promoção da acessibilidade”. Adriana Jacusi observa, no entanto, que cada órgão irá decidir como colocar em prática as instruções desse guia.



SENADO INCLUSIVO

Senado ajuda a treinar garçons e garçonetes com Down

Os estudantes Murilo Agnelo (25) e Aline de Jesus (40) já sabem o que querem para o futuro.

— Quero trabalhar para ter uma fonte de renda e ajudar minha família e ainda viajar para Orlando, que é o meu sonho — diz Murilo.

— Quero conseguir um emprego para ser e fazer o meu melhor. Quando interajo com as pessoas, fico mais sorridente e me sinto bem — garante Aline.

Ambos fizeram parte da turma que, no primeiro semestre de 2018, frequentou diariamente o restaurante dos senadores em estágio de atendimento ao público. Assim como os outros 15 colegas formados na primeira edição, em 2017, eles passaram, antes, por três meses de aulas teóricas e práticas oferecidas pelo Serviço Nacional do Comércio (Senac). E todos eles têm síndrome de Down.

A experiência no restaurante dos senadores, administrado pelo Senac, faz parte do Programa de Inclusão Social do Senado. Os alunos se matriculam no Senac ou são encaminhados pelo CrisDown, centro de tratamento especializado, vinculado ao Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) em Brasília. Além das técnicas de atendimento, alimentação saudável, segurança alimentar, etiqueta e outras disciplinas, os estudantes são treinados para aperfeiçoar sua autonomia e suas competências.

— É um curso completo e que os prepara para o trabalho, mas sobretudo, para a vida. Muitos chegam

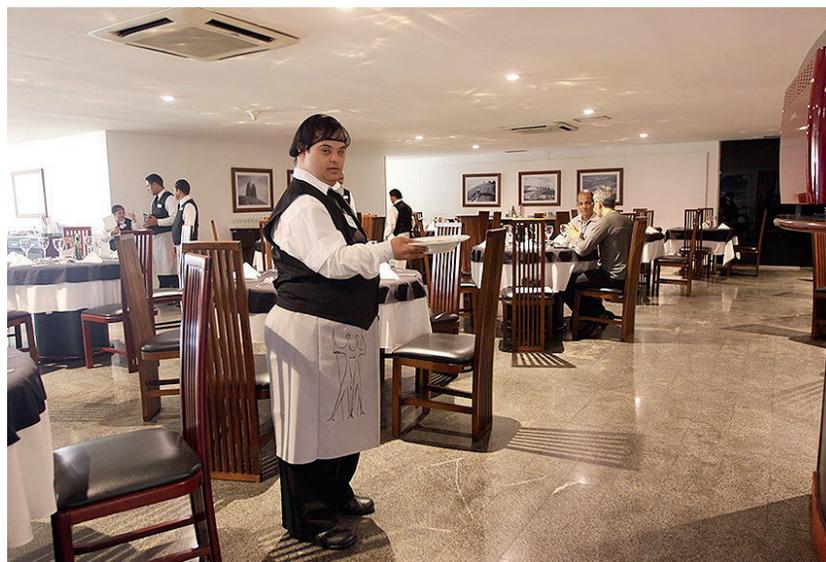
cabisbaixos e, ao final, saem alegres, mais comunicativos e com a autoestima elevada. Eles passam a acreditar no potencial deles. E a própria atividade, por exemplo, de conduzir bandejas, o que requer equilíbrio, torna-se uma extensão para o desenvolvimento do corpo —, observa a instrutora de educação profissional, Michelle de Araújo.

Para a diretora pedagógica do Senac, Patrícia Garcia, parte do sucesso tem a ver com o perfil dos futuros garçons e garçonetes. “As pessoas com a síndrome possuem características importantes para o atendimento. Elas são alegres, sem preconceitos ou filtros, então dão um tratamento de igualdade, e acabam trazendo alegria para o ambiente onde circulam”.

É verdade que Murilo e Aline ainda procuram vaga no mercado

profissional. Mas o Senac mantém contato frequente com empresários do ramo, parceiros do projeto, que, como Michelle e Patrícia, confiam na qualificação do pessoal formado: “Eles têm total condição, são competentes. Têm excelentes habilidades, se desenvolveram e as pessoas, por preconceito ou desconhecimento, acabam não contratando”, critica a diretora.

Os agora profissionais já deram os passos mais importantes, numa parceria reconhecida pela diretora Patrícia Garcia: “Começamos o curso no Senado para depois irmos à Câmara. Fomos muito bem recebidos, desde a portaria até as chefias. Somos muito gratos ao Senado por ter sido tão parceiro conosco”.



Murilo Agnelo: ajudar a família e conhecer Orlando (EUA)

Biblioteca e APAE cooperam para incluir

O acervo da Biblioteca do Senado conta com a ajuda diária de uma equipe dedicada que faz a higienização de livros e pequenos reparos nas obras. O serviço manual, que requer atenção e cuidado, é realizado por oito pessoas com deficiência intelectual. Elas são contratadas por meio de uma parceria entre o Senado e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (APAE-DF).

A iniciativa, presente na Casa desde 2010, é mais uma ação do Programa Senado Inclusivo, que se dedica a questões relacionadas à acessibilidade. O serviço tem como base um contrato de terceirização, e os colaboradores são capacitados em curso profissionalizante de higieniza-

ção de livros realizado pela APAE-DF na Universidade de Brasília (UnB).

De acordo com a coordenadora da equipe, Harumi Kano, seu papel vai além de supervisionar a parte técnica, que, para ela, é muito bem executada. Outro objetivo essencial é aproveitar a interação proporcionada pela rotina de trabalho e aprimorar as noções de sociabilidade.

– O trabalho influencia na autoestima e possibilita uma independência maior, até mesmo no que diz respeito ao convívio social. Meu trabalho não se resume à parte técnica, pois acaba abrangendo o lado pedagógico também, ajudando nessa adaptação deles. Já melhoramos bastante em termos de maturidade, crescimento, consciência e compor-

tamento em sociedade – afirma Harumi.

Filipe Reis (37) faz parte da equipe de higienização e concorda com Harumi. Comunicativo, ele enxerga o trabalho não somente como uma rotina necessária, mas uma oportunidade de interagir com os colegas de ofício.

– Quando chegamos aqui colocamos as bolsas no armário, vestimos as roupas e pegamos as ferramentas para trabalhar. Mas eu gosto muito da reunião da equipe, e gosto muito daqui porque fico com meus amigos, e podemos nos divertir – declara, segundo ele mesmo, “em nome da turma”.



Colaborador vinculado à APAE trabalha na higienização de obras na Biblioteca do Senado

Impressão em braille e outros serviços são aposta na inclusão

O programa de Inclusão do Senado Federal vai muito além de convênios para treinar e contratar pessoas com deficiência. Há quase 20 anos a Instituição trabalha para oferecer produtos e serviços para esse público, que chega a um quarto da população brasileira, de acordo com o mais recente Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Corria o mês de junho de 1998, ano do décimo aniversário de promulgação da Constituição Federal, e a Gráfica do Senado – tecnicamente, a Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf) – inaugurava as seis impressoras em braille recém adquiridas. Iniciava ali o Serviço de Publicação em Braille, sistema de escrita em relevo que permite a leitura a pessoas com deficiência visual. O Brasil passava a ter o primeiro parlamento do mundo com esse tipo de produto. Três meses depois, o Senado distribuía os primeiros 500 exemplares da Constituição federal em braille.

E as máquinas não pararam mais de trabalhar, sobretudo na impressão de livros com a legislação

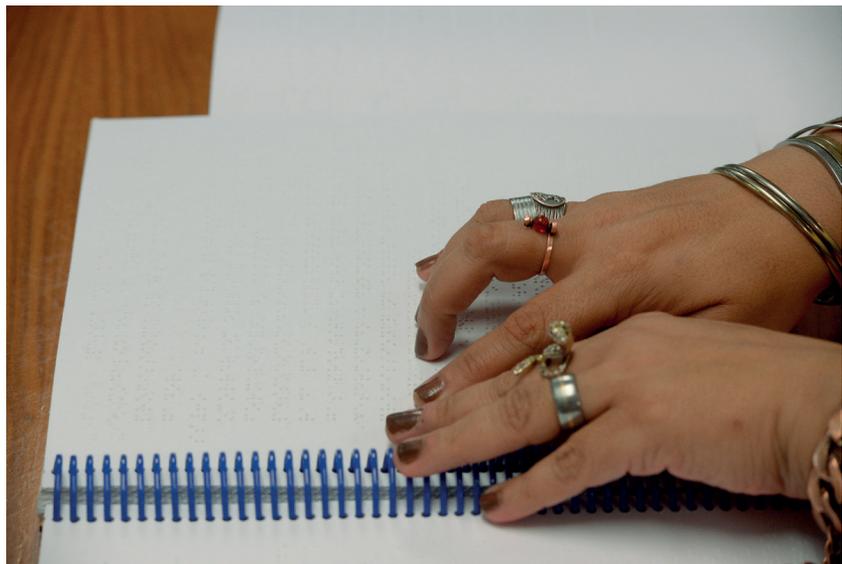
federal. Entre os mais de 200 títulos já publicados, as obras que têm mais procura são a Constituição, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha e o Código do Consumidor. Um serviço inestimável, na avaliação do diretor da Segraf, Fabrício Ferrão:

— É importante nosso ineditismo nesse processo, pois não há gráficas públicas oferecendo legislação em braille. Com publicações sem apelo

comercial, o Senado cumpre seu papel social, promovendo o acesso às obras de modo facilitado, atingindo várias camadas da sociedade.

Fabrício explica que as publicações do Senado não podem ser doadas para pessoas físicas, apenas para outros órgãos públicos, quando autorizadas pelas instâncias administrativas responsáveis.

— Nossas maiores demandas para publicações em braille são de



instituições públicas. Recentemente, efetuamos uma doação grande para a Universidade de Brasília (UnB). Mas, em breve, as pessoas poderão comprar essas publicações. Estamos avaliando a precificação das obras para que, a Segraf coloque à venda na livraria virtual todas as obras impressas em braille — informa.

Além de livros, peças indicativas para exposições e outros eventos do Congresso também são produzidas pelo Serviço de Impressão em Braille, setor em que trabalham nove colaboradores, incluindo cinco com deficiência visual, que fazem a revisão de todas as publicações.



Segraf possui 3 máquinas de impressão em braille

E A GRÁFICA FOI AO TEATRO

As obras impressas pela gráfica do Senado são distribuídas para escolas, associações e entidades conveniadas. É o caso da Escola de Gente, sediada no Rio de Janeiro, que entre outras ações mantém o grupo de teatro “Os inclusos e os sisos”. O assistente de comunicação da Escola, Alan Thomas, conta que recebeu da Segraf (a gráfica, lembra?) lote de *folders* para promover o evento “Aqui tem cultura acessível”.

- Somos uma organização sem fins lucrativos, esse tipo de parceria [como a que mantém com o Senado] é muito importante, porque a impressão em braille tem um custo enorme. Não é exagero dizer que o Projeto não acontece sem esse material. E nós não abrimos mão de fazer com total acessibilidade, explica.

O assistente detalha que o material impresso pelo Senado ajudou a atrair um público de 3.957 pessoas em apresentações feitas nos estados do

Sudeste. Além da divulgação inclusiva, o folder impresso na Segraf se transforma em parte da peça. “Durante a apresentação, num dos exercícios desenvolvidos uma pessoa tem os olhos fechados e é guiada por outra até abrir o folder e sentir, com os olhos fechados, o braille”, descreve Alan Thomas.



Sensibilização e capacitação viram rotina

A boa vontade e a gentileza são essenciais, mas para receber e atender bem as pessoas com deficiência é necessário treinamento. No Senado, palestras e oficinas de sensibilização e capacitação viraram rotina e são organizados pelo Programa “Senado Inclusivo”, que é parte das atribuições do NCAS. A Casa também possui um “Guia de Treinamento para Acompanhantes de Pessoas com Deficiência Visual”, elaborado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) em parceria com o Senado Inclusivo.

A equipe do Programa de Visitação do Congresso está entre os alvos da iniciativa. Um dos treinamentos, realizado em maio do ano passado, teve como condutor o revisor de textos em braille e presidente do Instituto Blind Brasil, Charles Jatobá. O instrutor combinou a demonstração de situações práticas com o esclarecimento de dúvidas. E, usando o raciocínio inverso ao do início desta matéria, ressaltou que a inclusão é feita por pessoas de bom senso e de boa vontade e, para isso, é preciso despertar a população para cumprir mais que o protocolo no que se refere a quem tem deficiência.

— Cumprir somente o protocolo é péssimo porque você só aplica no trabalho ou em situações específicas, como quando cede o assento preferencial no metrô. Com educação, é possível dar prioridade para quem mais precisa em todas as ocasiões, ainda que você não esteja sentado no assento preferencial — argumentou Jatobá, ao propor uma reflexão sobre o que é incluir.



Colaboradores sem deficiência enfrentam obstáculos: sensibilização



Charles Jatobá orienta sobre como auxiliar deficientes visuais

Entre os alunos da última oficina, há dois meses, estava Jazon Torres de Sousa, integrante da equipe que promove a comunicação institucional, vinculada ao Serviço de Relações Públicas. Ele conta que aprendeu muito sobre a acessibilidade, por exemplo, “como ajudar alguém com dificuldade de locomoção que vai usar o triciclo, e a gente não pode tocar na pessoa, e como orientar a subir nele, também”. A

experiência, segundo ele, mudou a forma de enxergar o trabalho: “eu tinha um pouco de noção, porque estudei psicologia, e a gente vê algo sobre isso, mas ajudou principalmente quanto a [lidar com] pessoa com dificuldade de locomoção”.

Uma das ações desenvolvidas é a vivência de sensibilização sobre acessibilidade. Na atividade, colaboradores têm os olhos vendados e

são conduzidos pela área próxima ao ILB por dois colegas cegos do Serviço de Impressão em Braille da Gráfica e também por servidores do NCAS. Em outro momento, monitores da visitação

andam de cadeira de rodas para, por alguns momentos, experimentar as necessidades dos cadeirantes.

Além de despertar os mediadores para a realidade das pessoas

com deficiência, esse tipo de vivência objetiva estimulá-los a participar do curso básico de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Casa convida à inclusão

Um mergulho no universo do deficiente visual e uma oportunidade para aprender uma linguagem diferente. Essas são as ideias que moveram o instrutor Charles Jatobá a realizar, em abril deste ano no Senado, a Oficina Braille Instantâneo. Com o auxílio de vídeos exibidos, Jatobá demonstrou como as pessoas cegas leem e ensinou formas de auxiliá-las a caminhar e driblar obstáculos.

— Aprender o braille é compreender o universo do deficiente visual. O sistema é diferente na representação gráfica, mas igual na compreensão. Escrevo diferente e leio de maneira diferente, mas a língua é a mesma, o português — assinalou Jatobá, que é cego.

O operador da impressora em braille na Gráfica, Marivaldo da Silva Santos, decidiu participar da oficina para aprender outra forma de escrita. Ele falou como é o convívio profissional com deficientes visuais.

— É ver que eles estão sempre dispostos a aprender e a mostrar como funciona o sistema — afirmou.

FOTOGRAFIA

Entre os eventos promovidos pelo NCAS, núcleo que cuida



Servidor João Rios (agachado ao centro) com alunos da oficina de fotografia inclusiva

da acessibilidade, o Senado sediou em setembro de 2017 a Oficina de Fotografia Inclusiva, que reuniu estudantes com deficiência física ou intelectual do Centro Educacional São Francisco.

Ministrada pelo servidor João Rios, com a colaboração de Luciano Campos, que é cego e trabalha como auxiliar administrativo, a oficina levou aos alunos um pouco da história da fotografia, técnicas e dicas para tirar uma boa foto. Por meio da análise de fotografias, o servidor exemplificou noções básicas de composição, re-

gra dos terços, enquadramento, cor, contraste e profundidade de campo.

Para João Rios, foi uma oportunidade de humanizar o Senado e abrir portas para a comunidade: “a oficina junta a teoria com a prática. A deficiência não é barreira. A deficiência está em nós, se não ajudarmos essas pessoas a chegarem lá. Estamos dando a chave. Agora eles precisam abrir as portas e ganhar o mundo”.



Capítulo 10

Compromisso com a memória do Senado Federal

Devemos promover a proteção e a organização dos documentos e bens do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.

Museu se espalha por gabinetes, plenários e corredores



Móveis, quadros, esculturas, coleções raras: em toda parte Senado conta a história do Brasil

Criado pela Resolução nº 26 de 1991, o Museu Histórico do Senado Federal tem apenas 27 anos. Mas sua tarefa percorre os quase 200 anos da história institucional.

Sua missão é preservar o patrimônio histórico e artístico do Senado, e, para tanto, o serviço identifica, diagnostica, pesquisa e documenta cada peça que deve ser musealizada. São aqueles itens que extrapolam o patrimônio comum porque, de alguma forma, representam a identidade institucional. Um acervo formado por

obras de arte, legados de personagens ilustres, mobiliário assinado por *designers*, mobiliário histórico proveniente dos Palácios Conde dos Arcos e Monroe, sedes do Senado no Rio de Janeiro entre 1826 e 1925, e entre 1925 e 1960, respectivamente, além de peças modernas, adquiridas ou incorporadas a partir dos anos 1960.

Anualmente, uma média de 180 mil pessoas visitam o Congresso Nacional, e buscam conhecer o interior do Palácio, ícone da arquitetura moderna. À medida que desfrutam de

exposições permanentes ou temáticas, deparam-se com os salões harmonicamente decorados com peças clássicas e modernas que retratam o equilíbrio temporal cuidadosamente disposto. Câmara e Senado são “museus casa”, uma vez que seus acervos se encontram espalhados entre plenários, gabinetes, salões e corredores.

MOSTRAS TEMÁTICAS

Para preparar esse tipo de exposição, Museu, Arquivo e Biblioteca



Vitrail do final dos anos 1920, que decorava Palácio Monroe, é preparado para voltar a decorar paredes do Senado

pesquisam seus acervos e propõem o projeto expográfico. Técnicos de conservação higienizam cada item do acervo e, quando necessário, restauram peças. Chefe do serviço do Museu, Alan Silva explica que a construção e a narrativa histórica para as exposições temáticas estão fundamentadas em documentos que refletem os debates legislativos na época.

- Estabelecendo-se linhas de recorte em diferentes tempos, podemos perceber o quanto um determinado tema vai ganhando diferentes formas ao longo dos processos de discussão, ressalta Alan.

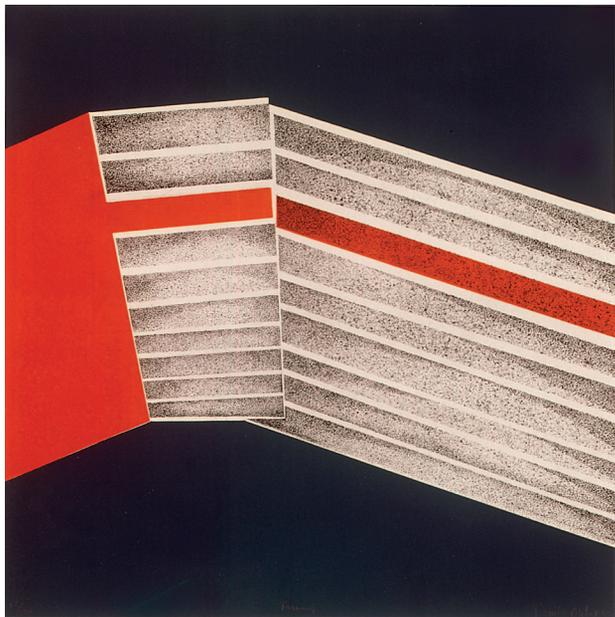
Embora exiba com vigor os aspectos históricos da Casa legislativa, o Museu do Senado dispõe de diversificado universo artístico. Entre as obras, há assinatura de mestres como Alfredo

Ceschiatti, Di Cavalcanti, Roberte Colinet, Gustavo Hastoy, Marianne Peretti, Athos Bulcão, entre outros. Aliás, cada obra de arte é única e tem coisas que só se pode ver numa visita ao Senado. O acervo, composto por cerca de 3000 peças, aparece tanto em exposições como na decoração de gabinetes parlamentares, secretarias administrativas, salões e corredores.

A mais recente "novidade" é o vitral de 20 m² que retrata o aniversário de 40 anos da Proclamação da República. Encomendada pelo Senado e assinada pelo artista Henrique Cavalleiro, a peça foi delicadamente construída com vidro e chumbo e, originalmente, decorava o Palácio Monroe. O vitral acabou deixado para trás quando da mudança da capital para Brasília, em 1960. Recentemente, o sindicato dos

servidores do Legislativo, SINDILEGIS, resgatou a peça em favor do Museu. Agora, voltará a fazer parte do acervo do Senado e ajudará a contar seus 192 anos de história.

Exposições: uma pausa no processo legislativo



“Tarumã”, serigrafia da artista plástica Tomie Ohtake

Senado e Câmara respiram grandes debates e votações. Mas ao passar por um ou outro corredor ou em espaços culturais, funcionários e o público em geral podem se deparar com belas e sensíveis exposições. No Senado, elas acontecem em média a cada três meses, e algumas despertam tanto interesse que é comum ver pessoas se deslocarem até o Congresso só para visitá-las. Entre 2017 e 2018 foram 18 exposições só no Senado. A maioria montada no Senado Galeria, em corredor que divide as duas Casas do Congresso, e no Salão Negro.

Em 2017, “As Fallas do Throno” trouxe ao público um panorama do cenário político, da sociedade na época do império e as aspirações de um país-colônia. A mostra, uma parceria com o Museu da República, foi realizada no Salão Negro do Congresso Nacional e expôs 73 manuscritos originais de discursos feitos na abertura e no encerramen-

to das sessões legislativas da Assembleia-Geral na época do Império, entre 1826 e 1889. Quem não pôde conferir pessoalmente, teve à disposição um *hotsite* que mostrou as relíquias, incluindo cópia da Lei Áurea, cujo documento original é guardado pelo Senado.

Uma oportunidade rara para conhecer um pouco mais desse período da história brasileira, como lembrou a diretora-geral Ilana Trombka. Já o presidente Eunício Oliveira assinalou o papel do Senado na guarda da memória do País: “Trata-se de um conjunto único e original de valor para toda a sociedade, que retrata o pensamento político da monarquia brasileira. O Senado é o guardião da memória legislativa do país e cumpre a missão de preservar o seu legado histórico”.

Mas, como toda exposição, não se trata só de reunir as peças num salão. De acordo com a chefe do Serviço de Arquivo Histórico, Rosa Vasconcelos, a iniciativa contou uma equipe multidisciplinar e a ajuda extra do consultor aposentado do Senado e professor de história Antônio Barbosa.

A mostra, que já tinha sido montada pelo Museu do Senado, foi inscrita no programa “Memória do Mundo”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Rosa explica que esse registro para documentos da Unesco equivale ao tombamento de cidades como Patrimônio Cultural da Humanidade, trazendo para o Senado a obrigação de conservar os itens expostos e promover sua divulgação.





Rosa Vasconcelos, chefe do Arquivo Histórico do Senado

Wagner Barja, que dirige a equipe do Museu da República e foi responsável pela curadoria artística da exposição, lembra que a cooperação com o Senado é uma realidade desde 2015, e que a parceria alcança também o levantamento e a catalogação do acervo histórico e artístico do Senado, uma contrapartida do Museu às publicações impressas pela Secretaria de Editorações e Publicações (Segraf) do Senado.

— Essa parceria é uma mão na luva. A consultoria prestada na área de museologia e curadoria faz com que as ações culturais não despendam tantos recursos públicos para acontecer e viabiliza as publicações do Museu da República. Eu reconheço o trabalho dos profissionais de arte, cultura e história do Senado. É o serviço público de duas instituições republicanas proporcionando informação e conhecimento à população —, observou Wagner Barja.

GRAVURAS À VISTA

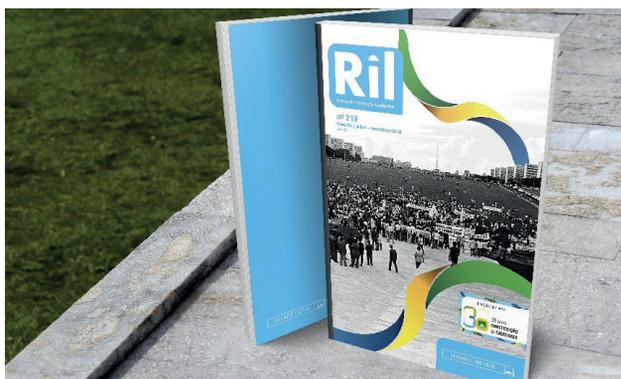
Outra exposição comemorada, esta de 2018, foi “Conservação: Obras de Arte do Senado Federal”. Foram 42 gravuras de 16 artistas brasileiros e estrangeiros de relevância no cenário artístico do século 20, como Tomie Ohtake, Maria Bonomi, Marcelo Grassmann, Carlos Scliar e Edith Behring. O evento foi possível graças ao trabalho de restauração coordenado pela equipe do Museu do Senado e muitas das peças expostas ao grande público fazem parte do acervo permanente de gabinetes e Secretarias da Casa.

Em seus 30 anos, Constituição ganha circuito de homenagens



Em sessão solene marcada por emoção e fortes discursos, o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anuncia a promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988

Exposições de fotos, textos e material radiofônico e de vídeo; revista legislativa com edição comemorativa, visita temática, lançamento de *hotsite* e de selo comemorativo. Essas e outras realizações em 2018 fizeram parte do circuito de homenagens no Senado – e na Câmara dos Deputados, parceira



na maioria das iniciativas - pelos 30 anos de promulgação da Constituição federal, assinada em 5 de outubro de 1988.

A data marca um dos principais símbolos da redemocratização pós-1964. Pelas mãos do presidente da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), deputado Ulysses Guimarães, a sociedade recebia uma Constituição que assegurava, entre outros direitos fundamentais, a liberdade de pensamento e criava mecanismos para evitar abusos do poder do Estado, além de vários direitos sociais, como a licença maternidade.

Convocada em 1985 pelo então presidente da República, José Sarney, a ANC durou 20 meses e foi composta por 559 constituintes — 512 Deputados, sendo 487 eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986 e 25 suplentes; e 82 Senadores, sendo 49 eleitos também em 1986, outros 23 eleitos em 1982, além de 10 suplentes — que atuaram especificamente para tratar das mudanças constitucionais.

REVISTA

A Revista de Informação Legislativa (RIL) possui circulação trimestral ininterrupta desde 1964, e é uma das publicações legislativas mais antigas do país. Seu objetivo é abordar de forma crítica e plural temas relevantes para a sociedade brasileira e em discussão no Congresso Nacional. A Coordenação de Edições Técnicas do Senado é responsável pela edição da revista, que tem uma tiragem de mil exemplares.

Por ocasião do aniversário de 30 anos da Carta, e numa parceria com a Câmara dos Deputados, a RIL lançou edição especial em outubro com 11 artigos sobre direito constitucional. De acordo com o chefe do Serviço de Publicações Técnico-Legislativas, Raphael Melleiro, a RIL obedece estritamente a dois critérios exigidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação: no mínimo 60% de artigos de autoria de doutores e de origem de diversos estados do país.

Entre os artigos desta edição especial, foram debatidos temas como sistema eleitoral e de governo; segurança pública; parlamentarismo e presidencialismo; atuação dos tribunais superiores frente ao texto constitucional; poderes do Estado; direito à greve, entre outros.

PROGRAMA CONSTITUIÇÃO 30 ANOS

A TV Senado produziu e tem veiculado uma série de programas que revisitam o cenário da Constituinte e discutem seus efeitos. A primeira edição, no início de agosto, teve como entrevistado o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto, para quem o texto de 1988 é um dos melhores do mundo e ainda atual.

O programa traz parlamentares, funcionários do Congresso, jornalistas, pesquisadores e juristas, que revelam detalhes da Constituinte e debatem a atualidade do texto promulgado, assim como as reformas feitas nesses 30 anos. A propósito, na entrevista sobre a Carta o ministro Ayres Britto critica proposta eventualmente apresentada em tempos de crise de se criar nova Assembleia Constituinte. Em vez disso, sugere reinterpretações do texto pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

— Não vamos mudar essa Constituição por outra, vamos vitalizá-la. É uma bíblia jurídica, de credo democrático, e democracia a gente sabe: é pegar ou pegar. Fora da democracia, nada presta —, defendeu.

Para quem ainda não assistiu ao programa, basta acessar o site da TV. O endereço é www.senado.leg.br/tv

EXPOSIÇÃO

A mostra “30 anos – Constituição da Cidadania” foi resultado da parceria entre Senado, Câmara e Museu da República. E um Ato Conjunto (nº 4/2017) do Senado e da Câmara permitiu o compartilhamento de áreas, instalações, bens e serviços entre as duas Casas. Em meio a imagens, sons e documentos, a exposição lembrou a movimentação popular no período e as consequentes conquistas de direitos e garantias inscritos na Carta.

DIA DAS CRIANÇAS

Em 2018, o Senado comemorou o Dia das Crianças de uma forma especial, focando no aprendizado sobre a Constituição Cidadã. O evento envolveu filhos, netos ou sobrinhos, entre 7 e 12 anos, dos servidores e colaboradores do Senado e da Câmara.



VISITAÇÃO

A equipe que coordena a visitação ao Congresso (Co-visita) também prestou sua homenagem ao proporcionar ao público uma experiência diferente: um roteiro histórico em comemoração aos 30 anos da Constituição, que entregou ao público durante a visita mais informações daquele período do País.

Outros roteiros históricos já foram preparados, como lembra a chefe do Serviço de Visita Institucional, Janaína Araújo. Entre os mais procurados em 2018 estiveram os

roteiros em torno do “Centenário de Athos Bulcão” e sobre a “Abolição da Escravatura”.

LIVRARIA DO SENADO

Estantes comemorativas montadas em junho colocaram à disposição do público alguns títulos raros, como “História constitucional do Brasil”, além de publicações sobre leis derivadas da Constituição, caso do “Código de defesa do consumidor” e “Licitação, contratos e convênios públicos”. A maioria dos livros está disponível para *download* gratuito via *QR code* nas etiquetas de preço ou pelo *site* da Livraria do Senado.

A difusão da leitura sobre esse tema também levou Senado e Câmara a se juntarem na montagem de um estande na 22ª Feira Pan-Amazônica, que aconteceu em maio em Belém (PA), numa promoção da Secretaria estadual de Cultura. As principais publicações levadas pelo Senado à Feira foram “Constituição Federal”; “Audiências Públicas na Assembleia Nacional Constituinte: A Sociedade na Tribuna”; “A Sociedade no Parlamento: Imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988”; e “História Constitucional Brasileira: Mudança Constitucional, Autoritarismo e Democracia no Brasil Pós-1964 e Legislativo Pós-1988: Reflexões e Perspectivas”.

MARCA DOS 30 ANOS

Já no início do ano Senado e Câmara trabalhavam juntos para comemorar o aniversário da Constituição. Em fevereiro foi lançada a marca do grande evento do ano, concebida pela Coordenação de Publicidade e Marketing (Comap), da Secom, e pela Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados. Nas palavras do chefe de serviço da Comap, Daniel Pandino, uma parceria gratificante:

— Foi muito interessante a experiência do fazer coletivo e compartilhado, mudando o processo de criação

publicitária, normalmente concebido em duplas. Em reuniões semanais, pudemos interagir e ver a generosidade dos colegas da Câmara, abrindo arquivos e trocando ideias, numa criação colaborativa — relatou Pandino.

O próprio Pandino espalhou o espírito de colaboração



por meio de cartazes nos corredores da Secretaria de Comunicação, que renderam boas ideias, inclusive para o selo comemorativo que integrou as peças de eventos e ações institucionais das duas Casas em 2018.

Público é brindado com novidades digitais

Entre os produtos mais procurados em razão da “aniversariante” está o *hotsite* “Constituição 30 anos”, lançado ainda em fevereiro. O motivo é a diversidade de informações trazidas, incluindo fotos e vídeos, como explicou o diretor-executivo de Gestão e presidente do Comitê Gestor de Internet do Senado, Marcio Tancredi:

- Ele trata de vários temas ligados à Constituição, lembrando o momento histórico que o país viveu. Além disso, oferece um apanhado muito grande sobre a Constituição. Esse e outros trabalhos têm sido feito a quatro mãos, em conjunto, pelo Senado e pela Câmara.

PORTAL DO CONGRESSO

Enquanto o *hotsite* era construído, o Portal do Congresso recebia os últimos retoques para ser relançado ao público. Entre os destaques está o

serviço completo sobre as medidas provisórias, assunto que fazia a pessoa interessada abrir no navegador os sites das duas casas do Congresso. Com a reformulação, o internauta tem à disposição tudo num único lugar, ementas, prazos e documentos relacionados. Até uma linha do tempo, como explica o diretor da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional, Waldir Bezerra Miranda.

— As medidas provisórias estão organizadas por fase de tramitação: publicação, comissão mista, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Informações que estão atualmente nos sites do Senado e da Câmara passam a ficar agrupadas no portal do Congresso, e será possível acessar os principais textos de cada fase da tramitação — afirma o diretor.

O novo Portal também trouxe mais informações sobre os vetos presidenciais, como o texto inicial da matéria e uma seção específica para enumera-

ção dos dispositivos vetados. O usuário poderá ainda filtrar os resultados das votações dos vetos por unidade da Federação, partido e voto dos parlamentares. O mesmo vale para o processo orçamentário, como explica Waldir:

— As leis orçamentárias e os projetos de leis orçamentárias estão organizados por ano de referência, de forma a facilitar o acesso à informação. Essa organização busca difundir a ideia de ciclo orçamentário.

The image shows a screenshot of the Congresso Nacional website. At the top, there is a navigation bar with the logo of the Congresso Nacional and a search bar. Below the navigation bar, there is a menu with options: Menu, Medidas Provisórias, Vetos, Matérias Orçamentárias, Matérias Aguardando Sanção, Agendas, and Visite. The main content area features a large banner for the exhibition 'O Brasil em Construção' (The Brazil in Construction). The banner includes the text 'Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã' (Commemorative exhibition of the 30 years of the Citizen Constitution) and the dates 'de 22 de outubro a 16 de dezembro' (from October 22 to December 16). The location is listed as 'Salão Negro do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, s/ nº - Brasília - DF'. The banner also features a photograph of a man holding a book titled 'Constituição'.

100 motivos para comemorar Athos Bulcão

Athos Bulcão é o artista com mais obras espalhadas pelo Congresso Nacional. Seus painéis são como ímãs para fotos entre os visitantes e suas tramas azulejadas são inseparáveis da arquitetura das duas Casas, tanto quanto da estética da Capital federal. O carioca que viveu um caso de amor recíproco por Brasília completaria 100 anos em 2 de julho de 2018, e mereceu uma série de homenagens do Congresso.

Com a ajuda da Fundação Athos Bulcão, uma mostra trouxe projetos originais, gravuras e parte dos azulejos de algumas de suas grandes obras. O Plenário do Senado abrigou sessão solene do Congresso Nacional em sua homenagem. E uma exposição reuniu artistas numa releitura da obra de Bulcão.

Na abertura da exposição, a diretora-geral, Ilana Trombka, falou da satisfação de homenagear um artista que faz de Brasília um local tão diferente e admirado por muitos.



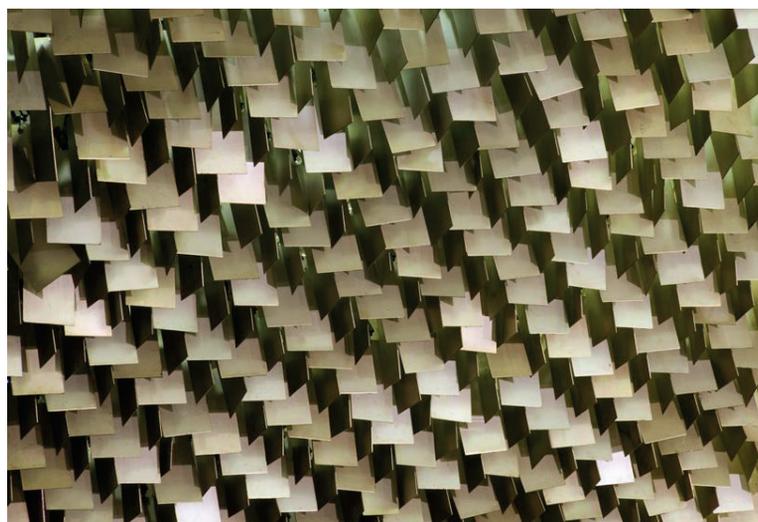
Diretora-geral, Ilana Trombka, e representantes do Instituto Athos Bulcão e da família do artista inauguram exposição no Senado

— Athos Bulcão, com seu trabalho, imprime essa aura de obra de arte por onde passa. O Senado está fazendo essa exposição, a sessão solene, a releitura, e uma série de outras iniciativas para homenageá-lo, entre elas o mapa com as obras de Athos Bulcão no Palácio do Congresso Nacional e a visita especial sobre as obras do artista no palácio [do Congresso] — afirmou a diretora-geral.

Na oportunidade, a sobrinha de Athos Bulcão, Maria Antonieta Bulcão Ferrari, lembrou que “tudo em Brasília

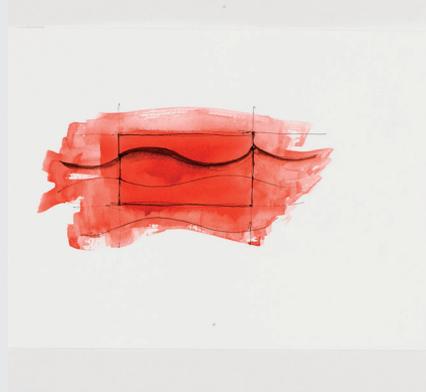
acolhe o Athos e sua família de uma maneira muito gostosa”. E acrescentou que, com o tempo, entendeu porque era tão difícil o tio sair de Brasília e ir a São Paulo, mesmo com a insistência da família.

O presidente do Instituto Athos Bulcão, Paulo Brum, ressaltou que a presença do artista no dia a dia dos cidadãos, por meio de suas obras espalhadas pela cidade, contribui para a formação da nossa identidade cultural.



Como presente ao público, Senado e Câmara organizaram em julho um roteiro especial de visita ao Congresso. Além de privilegiar os trabalhos expostos no Palácio do Congresso Nacional, os guias – com a ajuda da Fundação Athos Bulcão e de estudantes de museologia da Universidade de Brasília (UnB) - abordaram temas relacionados à história da arte, a arquitetura e a história das personalidades de Brasília.

O homem e sua obra



Experiente na recepção aos visitantes do Congresso, a servidora Mariana Tavares conta que são muitas as perguntas sobre as obras de Athos Bulcão. “Existem muitas lendas sobre algumas delas, como o painel *Ventania* [de azulejos no Salão Verde, que teria sido «montado» livremente pelos operários] – disse Mariana, que participou da produção de roteiro para a exposição temática realizada em julho.

A preparação do roteiro e da exposição contou com o apoio permanente da Fundação que leva o nome do artista, falecido em 2008. De acordo com a secretária-executiva da entidade, Valéria Cabral, Athos era um homem humilde, generoso e bem-humorado, que se referia à Portinari como mestre e fazia a integração de sua arte com a arquitetura de forma tão harmônica que podia até parecer que o mérito era dos arquitetos com quem trabalhava.

Valéria explica que o artista era filho temporão de um industrial, e que sua mãe morreu quando ele ainda era criança, ficando sua criação a cargo das irmãs, que o levavam quando jovem para óperas e exposições no Rio de Janeiro. Destinado a ser o médico da família e funcionário

do Ministério da Educação e Saúde, à época, pouco a pouco Athos Bulcão foi se integrando ao mundo artístico.

Athos conheceu Portinari, que o convidou para ser assistente na obra da igreja da Pampulha, em Belo Horizonte. Logo depois, foi estudar Belas Artes em Paris e, quando voltou, em 1949, trabalhou com Burle Marx, por meio de quem conheceu Oscar Niemeyer. Convidado pelo arquiteto para colaborar com as obras da construção de Brasília, começou a produzir ainda no Rio de Janeiro muitos dos painéis que hoje estão na capital, como o primeiro de sua série na nova Capital, o da Igrejinha da 308 Sul. O segundo são as obras para o Brasília Palace Hotel.

— Athos, um desenhista, pintor e colorista nato, dizia que havia encontrado uma cidade para experimentar. Seus painéis e quadros não tinham nome. A nomenclatura era pensada por ele para as gravuras, como é o caso do *Ventania*, localizado no Salão Verde — contou Valéria.

A representante da Fundação disse que o trabalho de conservação e preservação da obra de Athos Bulcão é árduo na capital, contando com episódios difíceis como o da destruição de azulejos na antiga sede social do

Clube do Congresso, no início da Asa Sul. Ela explica que as cerca de 262 obras do artista no Distrito Federal foram tombadas em 2009 pelo governo local e inventariadas em 2010 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Valéria afirmou contar com “olheiros” para garantir a manutenção do acervo nos diversos locais públicos.

Valéria Cabral também falou sobre a história da azulejaria, arte à qual Athos Bulcão dedicou-se bastante e muito presente nas obras de Brasília, como os painéis do Itamaraty e do Congresso Nacional. Ressaltando as características úteis de impermeabilização, durabilidade e baixo custo dos azulejos, ela explicou o início do seu uso pelos árabes e mouros, as diversas técnicas utilizadas pelo mundo, a introdução no Brasil pelos portugueses — que, por sua vez, foram apresentados à azulejaria pelos espanhóis — e a conservação ideal com água e sabão.



Biblioteca reúne parceiras para agilizar aquisições

A troca de experiências entre coordenadores das instituições que integram a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) pode ser um caminho para agilizar a aquisição de obras, assinaturas de periódicos e formação de bases de dados. A ideia moveu a Biblioteca do Senado, coordenadora da rede, a reunir-se em maio deste ano com as outras 11 parceiras, vinculadas a órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo federal, além do Governo do Distrito Federal.

Chefe do Serviço de Desenvolvimento de Coleções (Sedeco), Patrícia Coelho explica que esses encontros possibilitam saber o que cada instituição está fazendo em relação à aquisição de periódicos para as bibliotecas das instituições.

— Nosso objetivo é unir forças, trocar experiências e otimizar recursos. Pensando juntos, o grupo todo será beneficiado — disse.

As bibliotecas do Senado e Câmara já dividem o mesmo modelo de aquisição, implantando ações e práticas conjuntas com foco na gestão da informação e otimização de processos de trabalho. Cada uma das Casas assina um dos pacotes que é disponibilizado às duas instituições: Ebsco (Senado) e Proquest (Câmara). A plataforma Ebsco, por exemplo, reúne textos completos com conteúdo de livros eletrônicos, além de artigos, conferências e trabalhos acadêmicos.

A RVBI é coordenada pelo Senado Federal. A Casa tem poder decisório quanto à permanência ou à incorporação de novas bibliotecas à Rede. São observados os requisitos legais e as exigências técnicas constantes dos acordos de cooperação em vigor. A rede virtual proporciona aos leitores, em apenas uma pesquisa, o acesso a obras de 12 bibliotecas do Distrito Federal. O catálogo coletivo tem um crescimento de três mil documentos mensais que

podem ser acessados online. Atualmente, o catálogo online possui cerca de um milhão de títulos.

CANAL DA REDE

A parceria se estende por meio de canal no *Youtube* e no Portal Saberes, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que publicam vídeos de capacitação e outros conteúdos elaborados pela equipe do Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas (Seger). Os vídeos de capacitação — alertas e tutoriais — foram criados com a filosofia do *microlearning*, conhecido também como “pílulas do conhecimento” ou “pílulas do aprendizado”. Assim, são utilizadas plataformas já inseridas na rotina das pessoas, como mídias sociais, *smartphones* etc. Já os demais vídeos são destinados ao público em geral.



REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS

Presidente de “ONU das Bibliotecas” visita Senado



Gloria Salmeron (ao centro) é recebida pelo diretor-executivo de Gestão, Marcio Tancredi (à esquerda)

O Senado recebeu em dezembro de 2017 a visita de Glória Pérez Salmerón, presidente da Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas (Ifla), uma espécie de “ONU” das bibliotecas, como comparou a coordenadora da Biblioteca do Senado, Mônica Rizzo.

Glória Salmerón, que acumula a Presidência da Federação Espanhola de Associações de Arquivistas, Biblioteconomia, Documentação e Museus, visitou as diversas áreas do setor no Se-

nado e conheceu títulos de obras raras, como um livro com gravura do Palácio Monroe, segunda sede do Senado no Rio de Janeiro, o texto do capelão-mor do Império, o então senador José Caetano da Silva Coutinho – considerado o primeiro presidente do Senado –, e um mapa do país, de 1821. Mônica Rizzo presenteou Glória Salmerón com o Catálogo de Obras Raras do Senado, livro comemorativo aos 180 anos da Biblioteca, e outras publicações.

Senado e UnB – desafio a quatro mãos

Numa época de escassez de recursos orçamentários, convênios entre órgãos públicos, se bem trabalhados, costumam trazer consigo a previsão de otimização de resultados com economicidade. É o que se depreende da cooperação iniciada em julho deste ano entre o Senado e a Universidade de Brasília. O foco da parceria com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB é o atendimento à diretriz do biênio 2017-2019 do Senado que prioriza “Gestão Arquivística e Preservação da Memória do Senado Federal”.

Como explica a chefe do Serviço de Consultoria Arquivística, Samanta Nascimento, o Termo de Execução Descentralizada (TED) assinado pelas duas instituições, com duração de dois anos, traz ao Senado o apoio da Academia no estudo e diagnóstico da situação do Arquivo da Casa legislativa, a consequente implantação de mecanismos para melhorar esse trabalho - principalmente a preservação digital dos documentos - e, ainda, uma solução mais funcional para que o público tenha acesso a esse rico material.

Ao destacar a prioridade à gestão da informação no Senado, a diretora-geral Ilana Trombka explicou a necessidade de preservar essa linha do tempo: “senão a gente vai perdendo a nossa memória e a capacidade de descobrir como algumas coisas surgiram como práticas da organização. E uma organização como o Senado acaba virando história. Hoje, nós ocupamos postos, mas o principal é saber que o trabalho vai ficar e as dificuldades que passamos hoje não existirão para quem estiver aqui daqui por adiante”.

Parar para então avançar

As promessas, tanto quanto os avanços já obtidos no terreno da preservação e da divulgação ao público de documentos históricos e atuais – decorrentes do processo legislativo, por exemplo - têm uma origem. Ou mais de uma. Por trás de uma diretriz da Comissão Diretora que orienta a Administração a trabalhar nesse sentido, assim como por trás de convênios e acordos de cooperação assinados, há estudo, debate, planejamento.

Um desses momentos em que paramos e sentamos para discutir o estado da arte do trabalho aconteceu em abril do ano passado, no seminário “Desafios da Gestão de Documentos e da Informação Legislativa na Era Digital”, realizado pelas secretarias de Informação Legislativa (Sinfleg), de Gestão de Informação e Documentação (Sgidoc) e de Tecnologia da Informação (Prodasen). Primeiro, para alinhar conceitos entre as três equipes que lidam com gestão da informação, como salientou Dinamar Rocha, diretora da Sgidoc.

— Hoje não temos vocabulário unificado no Senado. Por exemplo, na biblioteca um assunto é tratado com um termo e na SGI Doc, com outro. Então o principal ponto foi aprimorar a troca de informações e pensar de maneira conjunta a gestão da informação e a melhoria da pesquisa — explica.

Como resultado, os setores unificaram terminologias e diagnosticaram novos desafios, incluindo aprimoramento de metodologias de pesquisa e ferramentas para garantir a segurança e a preservação da informação disponibilizada. Como se nota pelos passos seguintes, galgados ainda em 2017 e ao longo deste ano – alguns retratados nas páginas anteriores -, esse tipo de pausa para reflexão demonstra ser excelente ideia.



Dinamar Rocha, diretora do SGI Doc: unificar conceitos

SINTONIA

- O chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Coordenação de Arquivo, Maciel Rodrigues Pereira, lembrou que diversas áreas do Senado, como Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), Secretaria-Geral da Mesa (SGM), Secretaria de Comunicação Social (Secom) e Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), estão envolvidas no projeto e em colaboração com os profissionais da UnB. Considerando os avanços tecnológicos dos últimos anos e a lista de tarefas desenhada pelo coordenador do projeto pela UnB, professor Rogério Araújo, não faltarão demandas às áreas do Senado envolvidas na parceria.

- Temos que ver o código e a tabela de temporalidade da Casa, vamos rever alguns fluxos e processos, incrementar a digitalização. Ou seja, vamos criar uma série de elementos que vão fazer com que o sistema seja mais seguro, proativo e efetivamente garanta a preservação, no longo prazo, dos documentos - projetou o professor.



Capítulo 11

Compromisso com a comunidade

Devemos apoiar e participar de ações de educação, mobilidade, esporte, cultura, conscientização, solidariedade e civismo que contribuam para a qualidade de vida nas cidades em que atuamos e em nosso País. Devemos utilizar os serviços públicos postos a nossa disposição de forma a conservar os espaços e preservar o patrimônio sobre o qual exercemos qualquer tipo de influência.

Comunidade da Estrutural ganha 205 mudas de plantas do Viveiro

Outubro do ano passado. Era um dia como qualquer outro na rotina dos moradores da Estrutural, região



A balconista Liz Frazão recebeu do Viveiro uma muda de coentro

administrativa com cerca de 45 mil habitantes distante 15 quilômetros da zona central de Brasília. Mas quem passou pelo restaurante comunitário viu algo diferente. Caso da balconista Liz Frazão, que reside na região há dois anos e aproveitou para levar uma muda para plantar em seu terreno: “gosto muito do coentro para temperar a comida. Vou usar muito, com certeza”. A vizinha Francisca Quirino, que é catadora, também foi surpreendida. Participou de bate-papo sobre hábitos alimentares saudáveis e técnicas de plantio, e, claro, aproveitou para levar sua muda para casa.

— Quero muito a muda de alecrim porque faz muito bem para a saúde, e eu não tenho condições de comprar com frequência. Adorei a surpresa — disse.

Ao todo, foram 205 mudas doadas, todas produzidas pelo Viveiro do Senado. A ação foi uma parceria com a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e

dades importantes para o organismo. Como acentuou o servidor do Viveiro do Senado, Érico Zorba, além de incentivar a alimentação saudável, o objetivo da ação era conscientizar sobre as práticas ambientais.

— Não basta apenas consumir alimentos orgânicos, o ideal é saber de onde vem a comida e como ela foi produzida — disse.

Mesma opinião de Verônica Maia, do GDF, que acrescentou a importância das pessoas trabalharem a terra em benefício da família e da comunidade: “sabemos que a comida é um produto da terra, e a terra precisa estar com a cobertura, com verde, com aves, para que o meio ambiente esteja em equilíbrio. As árvores fazem parte desse conjunto que faz com que a gente tenha uma vida mais saudável”.

Direitos Humanos, do Governo do Distrito Federal (GDF). Além de coentro e alecrim, havia manjeriço, maxixe, abóbora mexicana, entre muitas outras. O lote contava ainda com espécies para fins medicinais e até algumas classificadas como “não convencionais”, que, no entanto, são saborosas e cheias de proprie-



Francisca Quirino, moradora da Estrutural, levou para casa muda de alecrim

Estande no *Green Move Festival* leva Senado aos cidadãos

Ações de sustentabilidade e diálogo com a sociedade são itens que ganham mais e mais espaço nas corporações. No Senado, mais do que pauta, são compromissos assumidos pelo corpo funcional desde 2015. Está lá na Carta de Compromissos, que marca cada capítulo desta publicação. Por isso, a Casa procura ocupar espaços em que é possível dialogar com o público e mostrar ações que alimentam essa relação.

Um desses eventos é o *Green Move Festival*, que se espalhou entre o Parque da Cidade e o Conjunto Cultural da República, em Brasília, no mês de outubro. Uma mistura de música, oficinas, contação de histórias e exposições, quase tudo com foco na sustentabilidade, e mais especificamente na importância do consumo de alimentos saudáveis, que foi o tema da edição 2018.

No único estande de órgão público montado no Festival, os visitantes tiveram acesso às iniciativas de sustentabilidade do Senado, como serviço de compostagem, plantio de mudas no Viveiro e descarte correto de resíduos. Uma surpresa positiva, na opinião da estudante paraibana Alessandra Cavalcanti (19), que passeava por Brasília no

período e aproveitou para conhecer o Green Move.

— Nunca imaginei que o Congresso tivesse espaços assim, com essas ações em favor do meio ambiente — afirmou Alessandra.

Outras medidas, como o processo de eliminação de copos plásticos e a economia crescente de água, energia e papel foram mostradas ao público por meio de fotos e gráficos em banners.

A coordenadora do NCAS, Karin Käsmayer, comemorou o resultado dos dois dias de exposição.

— É uma forma de tornar o Senado conhecido não apenas por sua atividade fim, o processo legislativo, mas como uma instituição dotada de ações de responsabilidade socioambiental — avaliou.



Senado expõe ao público suas ações socioambientais

Senado premia e é premiado na *Campus Party Brasília*

Experiência enriquecedora e simbólica do esforço coletivo de vários setores do Senado. Essa é a síntese da participação da Casa, em conjunto com a Câmara dos Deputados, na segunda edição da *Campus Party Brasília*, realizada entre o final de junho e o começo de julho. A maior feira de inovação tecnológica e criatividade do mundo nasceu em 1997 na Espanha e desde o ano passado também “acampa” na Capital federal.

O maior objetivo do Senado nesta edição foi aproximar o cidadão jovem do Parlamento. Para o diretor da Secretaria de Tecnologia da Inovação (Prodasen), Alessandro Albuquerque, a Casa deu conta do recado. “Acho que deu certo. [O evento] possibilitou interagir com campuseiros e campuseiras ativamente”. Produtos e iniciativas de órgãos como Secretaria-Geral da Mesa, Secretaria de Comunicação, o próprio Prodasen e outros setores da Diretoria-Geral foram mostrados ao público, que, em contrapartida, foi desafiado a apresentar soluções para o Legislativo.

DESAFIOS

Numa dessas maratonas *hackers (hackaton)*, o Parlathon 2018, os participantes tinham que propor e desenvolver um protótipo de aplicativo que tornasse mais acessível o processo legislativo ao cidadão. Para isso, po-

deriam usar os dados abertos oficiais publicados pelo Senado e pela Câmara. A equipe vencedora levou três *tablets* de 16 GB de memória.



Vencedores do Prêmio VisitApp são recebidos na Diretoria-Geral do Senado

VISIT APP

O desafio mais aguardado começou dentro da *Campus Party* e acabou em novembro, quando Senado e Câmara anunciaram os vencedores de concurso para criação de aplicativo a ser usado no Programa de Visitação do Congresso. Como advertia o regulamento, um aplicativo que tornasse a experiência da visita a mais dinâmica possível, inclusive, para quem está em casa, através de passeio virtual.

Em primeiro lugar ficou o aplicativo “Visite o Congresso Nacional”, de Bruno Guerreiro de Carvalho, premiado com o valor de R\$ 15 mil. Em segundo lugar ficou o projeto de Daniel Ferreira de Souza, que ganhou um *notebook Alienware Dell*. E o terceiro melhor aplicativo foi desenvolvido Anesio Neto, que rendeu a ele o prêmio de R\$ 5 mil. Na opinião de Alessandro Albuquerque, os desenvolvedores apresentaram no geral, produtos “muito atraentes, bem construídos”.

Enquanto premiava, o Senado foi premiado. Na avaliação das equipes envolvidas na *Campus Party*, as duas Casas conseguiram mostrar uma face pouco difundida: a do Congresso atento à inovação, que busca e desenvolve tecnologias e iniciativas que o aproximam, cada vez mais, da sociedade. Entre outras ações realizadas pelo Senado, destaque para a palestra sobre visualização criativa da legislação; a apresentação do e-Cidadania - plataforma que coloca o cidadão “dentro” do Congresso dando opinião e votando em matérias em debate -; e a exposição sobre o Portal de Dados Abertos (*open data*), ferramenta de fiscalização do poder público por parte da sociedade organizada. Tudo isso e muito mais em cinco dias – como sublinhou Alessandro Albuquerque - “inesquecíveis”.



Ações contra desigualdade são expostas na Semana da Ciência

Pouco mais de três meses depois da *Campus Party*, o Senado voltou às ruas com um estande montado no Parque da Cidade, em Brasília, para conversar com especialistas e público em geral sobre “Ciência para redução das desigualdades”. Esse foi o tema da 15ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada em outubro pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

No espaço de 70 m², equipes de vários setores ministraram oficinas e apresentações com o *slogan* “Fazendo a diferença, reduzindo a desigualdade”. Como explica a assessora-chefe da Assessoria de Qualidade de Atendimento e Logística (Asqualog), Lucyana Vega, são ações concretas que a Casa desenvolve “para promover a acessibilidade, a sustentabilidade e a inclusão em consonância com as leis existentes”, muitas delas iniciadas no próprio Senado.



Servidora Lucyana Vega: fazendo a diferença, reduzindo a desigualdade

FOTOGRAFIA INCLUSIVA

Uma das atividades que mais atraíram curiosidade e interesse foi a Oficina de Fotografia Inclusiva – curso básico destinado a pessoas com deficiência visual-, ministrada pelo servidor João Rios. Uma experiência rica, na opinião da presidente da Associação dos Amigos dos Deficientes Visuais (AADV), Maristela Batista, que fez parte da turma de aprendizes.

— Quando eu enxergava gostava muito de fotografar. Mas, desde que perdi a visão, foi a primeira vez que pude fazer isso novamente. Foi muito legal! Encontramos muitas dificuldades no dia a dia, mas é bom saber que podemos fazer coisas que nunca imaginamos ser capazes — explicou.

O público também pôde conferir o trabalho feito na Biblioteca por funcionários com síndrome de Down vinculados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae-DF). Os próprios colaboradores demonstraram, passo a passo, as tarefas que envolvem higienização dos livros e pequenos reparos nas obras do acervo do Senado.

Enquanto isso, o técnico ligado ao Serviço de Impressão e Publicação em Braille do Senado, Anderson de Castro, mostrava aos visitantes o funcionamento de uma das máquinas de impressão em braille da Gráfica.

— Há necessidade da inclusão do deficiente no mercado hoje em dia e o Senado é pioneiro em várias áreas.



Maristela Batista em oficina de fotografia inclusiva: bom saber que podemos fazer coisas que nunca imaginamos ser capazes

O **Jornal do Senado**, por exemplo, é o único jornal em braille do Brasil.

JOVEM SENADOR

O Programa Jovem Senador, da Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing (SRPPM), também foi mostrado na feira. Marcia Yukiko, que integra a equipe do projeto, festejou a oportunidade de os jovens conhecerem melhor a iniciativa de responsabilidade social do Senado.

— O projeto é voltado para incentivar a participação dos jovens e promover a educação para a democracia, estimulando a participação cidadã mais ativa. Não somente uma participação reflexiva. A gente busca fazer com que o jovem conheça um pouco mais do Parlamento, do processo legislativo e de como ele pode participar disso tudo — disse Marcia.

Bruna Neri Cardoso Brandão, Jovem Senadora que foi a 1ª colocada na

edição 2017 do programa, participou do evento e explicou seu funcionamento, que começa com concurso de redação entre os estudantes do ensino médio.

— Foi uma experiência bem diferente, eu não esperava que fosse algo tão grande. Já o conhecia por causa de outros colegas que tinham participado em anos anteriores, mas quando eu pude participar da semana, elaborar projetos de lei, percebi que o projeto era muito maior do que imaginava. Hoje essa experiência faz muita diferença na minha vida, pois o entendimento sobre o processo legislativo, discussão de leis e de políticas públicas é bem aplicado durante o projeto, e como estudante de Direito, atualmente, essa participação faz muita diferença no curso — relatou.

Muitas outras atividades desenvolvidas pela Casa legislativa foram expostas durante a Semana da Ciência e Tecnologia, como a vivência de sensibilização sobre acessibilidade, a oficina em Libras e a campanha sobre coleta seletiva, incluindo oficina de produção de biofertilizantes.



Anderson Castro, técnico em braille, mostrou como funciona a impressora que dá o relevo à linguagem para deficientes visuais



Bruna Brandão, Jovem Senadora de 2017, explicou ao público como o programa funciona

Coleção histórica tem 3º volume lançado em Bienal



A Bienal Internacional do Livro de São Paulo, realizada em agosto, foi palco para o lançamento do terceiro livro ilustrado da coleção “Arquivo S – O Senado na História do Brasil”. A obra traz uma série de textos jornalísticos que narram episódios importantes do passado nacional a partir de uma visão pouco conhecida, e que não costuma aparecer nos livros de história: a dos senadores de cada época em questão.

Entre os episódios que ilustram o terceiro volume estão os planos para a transposição do Rio São Francisco na época do Império, a greve geral de trabalhadores que paralisou São Paulo em 1917 e a primeira participação do Brasil nos Jogos Olímpicos, em 1920.

O livro compila as reportagens da coluna “Arquivo S”, publicada no **Portal Senado Notícias** e no **Jornal do Senado** na primeira segunda-feira de cada mês. A base das reportagens são os documentos históricos mantidos sob a guarda do Serviço de Arquivo Histórico (Seahis) da Coordenação de Arquivo (Coarq), incluindo projetos de lei e discursos de senadores.

- O Arquivo S é uma forma nova de mostrar a história do Brasil, explica o jornalista Ricardo Westin, idealizador do projeto. “Os documentos históricos guardados no Arquivo do Senado são tão ricos que conseguem contar toda a história do país desde os primórdios do Império. Como nós recorremos aos discursos dos senadores das várias épocas, a história ganha inclusive uma dimensão humana”, acrescenta.

Sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social (Secom), a obra traz ilustrações de Bruno Bazílio e reportagens de André Fontenelle, Guilherme Oliveira, Joseana Paganine, Juliana Steck, Tatiana Beltrão e, claro, Ricardo Westin. O terceiro livro vem dentro de um box com os dois primeiros volumes da coleção, agora relançados com novas capas.

UnB em Planaltina recebe coleção em braille



Professora Bianca Córdova recebe simbolicamente exemplar em braille do diretor Fabrício Ferrão

A Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf) do Senado fez, em março deste ano, a doação de 303 exemplares de 70 títulos em braille para a unidade de Planaltina da Universidade de Brasília (FUP). Além dos alunos da Faculdade de Educação e da equipe do Laboratório de Pesquisa em Educação e Práticas Pedagógicas daquele campus, há o compromisso de que as obras estarão acessíveis à comunidade.

Entre os títulos doados estão o Código Civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição em miúdos - voltada ao público infantil -, o Estatuto da Igualdade Racial, Partidos Políticos e o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Ceilândia sediou debate sobre violência contra a mulher



Diretora-geral, Ilana Trombka, debate em Ceilândia (DF) ações de combate à violência contra a mulher

Aproximar o Parlamento da sociedade, da comunidade e, principalmente, dos locais onde estão as mulheres vítimas de violência. Esse foi o propósito do debate “Voz das mulheres no combate à violência”, promovido pelo Programa Pauta Feminina na cidade de Ceilândia (DF), distante 30 quilômetros do centro de Brasília. Um levantamento do Ministério Público do Distrito Federal revelou

que no primeiro semestre deste ano 16 mulheres foram vítimas de feminicídio. Durante todo o ano passado houve o assassinato de dez mulheres.

O encontro aconteceu em março deste ano no Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM). A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, elogiou a decisão dos organizadores de realizar o evento fora da Casa legislati-

va. “Esta é a nossa missão: levar informação de uma legislação [Lei Maria da Penha] que foi aprovada e aprimorada no Congresso. E também aproximá-la [a mulher] do que são os seus direitos”, acentuou Ilana.

A coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher (Promul), Rita Polli, também assinalou ter sido uma inovação levar o Pauta Feminina para além das paredes do Senado. A intenção, segundo ela, foi reunir os diversos órgãos do Poder Público para ajudar as usuárias do CEAM. Lembrou que o centro integra uma rede de proteção à mulher e deve ser valorizado.

A chefe do CEAM de Ceilândia, Erika Laurindo, ressaltou a importância do trabalho preventivo e de uma equipe que conte com profissionais do direito, pedagogia e psicologia, além do desenvolvimento de lideranças comunitárias com as quais a Polícia Civil deve estar articulada. Erika também sugeriu a adoção de plano de segurança específico, pautado na prevenção, e que identifique fatores de risco e de proteção que cercam as mulheres, e, ainda, que garanta perícias mais bem feitas e adequadas a esse tipo de ocorrência.

Ponto turístico: Programa de visitação coleciona prêmios



Visitantes passam pelo Túnel do Tempo, que liga gabinetes ao plenário do Senado

Como se vê, o Senado desenvolve muitas e variadas ações em direção à sociedade, seja colaborando com instituições beneficentes, capacitando, ajudando comunidades diretamente, trocando ideias e buscando inovações que o aproximem ainda mais da população. Mas há um especial carinho

quando o assunto é receber o público para falar de história. O Programa de Visitação do Congresso Nacional se transformou em ponto importante do turismo brasileiro, reconhecido pela crítica especializada.

Em 2018, o programa organizado em conjunto por Senado e Câmara

foi premiado com o *Expert's Choice* como uma das melhores atrações da Capital federal. A lista, feita pela *TripExpert*, classifica os melhores hotéis, restaurantes e atrações turísticas do mundo. Os vencedores foram selecionados com base em mais de 1 milhão de avaliações, de 85 publicações, feitas por pessoas que recomendaram o local. De acordo com a *TripExpert*, menos de 2% das atrações do mundo recebem o prêmio.

TRIPEXPERT

A empresa sediada em Nova York e vinculada ao Grupo *The Guardian* reúne análises de especialistas sobre hotéis, restaurantes e atrações turísticas. O *Expert's Choice* é a premiação realizada anualmente.

Com longa experiência na recepção aos visitantes, a servidora Mariana Tavares atribui a satisfação do público à qualidade do programa oferecido por Senado e Câmara.

— Nosso maior diferencial é que, ao contrário de muitos monumentos e órgãos públicos, as visitas

são guiadas, traduzidas em libras, inglês, francês e outros idiomas. O espaço também é aberto ao público em vários dias da semana, inclusive sábados e domingos.

Se é verdade que facilitar a visita e envolver ao máximo o público na experiência fazem do Congresso um bom anfitrião, tal virtude não escapou aos olhos de Sonia Augusto, do Rio de Janeiro (RJ), que participou da visita no início de novembro: “Só tenho boas referências e conhecimentos adquiridos. Indico a visita a todos os brasileiros. Era o meu sonho conhecer”.

No caso da paulistana Márcia Gouveia de Carvalho, que esteve no Congresso em outubro, os elogios alcançaram também o guia da visita “Aprendi coisas que não imaginava, muito bom poder ver ao vivo

o que vemos apenas pela TV. Nosso guia, Rafael, foi excelente”.



Visitas temáticas como a que comemorou o Dia das Crianças estão entre as atrações do Programa de Visitação do Congresso

Cinco certificados de excelência em série

Também em 2018, o Programa de Visita o do Congresso recebeu o Prêmio Certificado de Excelência *TripAdvisor*. Esse   o quinto ano seguido em que a visita recebe a premia o. Isso significa que há mais de 60 meses o programa recebe mais de 85% das avalia es positivas (bom ou excelente) dos visitantes do site *TripAdvisor*.

Considerado o maior site de viagens do mundo, o *TripAdvisor* cont m informa es e opiniões sobre pontos turísticos, além de avalia es de hotéis e restaurantes, dadas pelos próprios usuários. No caso do parlamento brasileiro, cinco mil pessoas publicaram avalia o sobre o programa; quatro mil dessas notas, positivas.

Feliz com a valoriza o do trabalho da equipe, a servidora Mariana Tavares enxerga no interesse

dos visitantes pela história política sua maior recompensa.

— O visitante tem interesse em conhecer e participar da vida pública, entender a dinâmica do Congresso Nacional. Isso o torna mais consciente até mesmo com rela o ao próprio voto.   gratificante fazer essa troca,   enriquecedor especialmente porque promove uma mudança de visão. As pessoas saem

da visita acreditando e entendendo a magnitude que   o parlamento. E isso   o mais importante — conclui.

O Programa de Visita o Institucional do Congresso funciona desde 1998. Por ano, recebe uma média de 150 visitantes.



Com Liga do Bem, incentivo ao voluntariado

CAMPANHA DE CARTAS AO PAPAÍ NOEL GANHA RECONHECIMENTO DOS CORREIOS



Servidores organizam distribuição de cartinhas do Papai Noel, recebem os presentes e os distribuem em confraternização com crianças de escolas do DF

Desde o início de novembro, quem passa pelos corredores próximos à Diretoria-Geral percebe um movimento semelhante ao provocado por uma gincana escolar. São servidores

buscando cartinhas enviadas ao Papai Noel por crianças de todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Quem convoca colaboradores, distribui cartas, controla os prazos e

promove as demais campanhas sociais na Casa é a Liga do Bem, grupo de voluntários criado em 2015 e que conta com o apoio da Diretoria-Geral. Um trabalho tão dedicado que mereceu, há um mês, o reconhecimento dos Correios como o parceiro que mais adotou cartas nos últimos quatro anos.

Neste Natal, as crianças contempladas são estudantes da Escola Classe 1 do Porto Rico, em Santa Maria. Ao todo, foram distribuídas 521 cartas, que os funcionários, ou melhor, papais e mães noéis transformam em presentes - embrulhados e devolvidos à Liga do Bem. A entrega às crianças acontece no dia 13 de dezembro, numa festa que sempre faz a alegria dos pequenos e dos colaboradores, como destaca a diretora-geral Ilana Trombka.

— A participação do Senado Federal na campanha de Natal dos Correios é uma dupla felicidade. Uma delas para as crianças que tem a alegria de receber os presentes e de poder reviver sua crença no Papai Noel, a outra é a oportunidade que nós temos de

contribuir para a felicidade e construção de uma vida melhor para o outro — declarou.

PÁSCOA NO VARJÃO

Passadas as festas de fim de ano, uma pequena pausa para a equipe da Liga do Bem, que em seguida inicia a preparação para a campanha de Páscoa. Em março deste ano, foram arrecadados 100 quilos de chocolate, então entregues à idealizadora da ação “Faça uma Criança Feliz”, Gabriela Nadler. A montanha de guloseima foi distribuída a cerca de 1.500 crianças da Escola Classe 33 do Varjão, outra região administrativa do Distrito Federal.

De campanha em campanha, a Liga segue demonstrando sua importância não apenas ao público beneficiado. Acaba enchendo de alegria os colaboradores voluntários, como festeja a servidora Patrícia Seixas, uma das coordenadoras do Programa.

- Quando criamos a Liga, pensamos nos Super Heróis e hoje, com tantas ações concretizadas, após ver o brilho no olhar de crianças, de adolescentes, de idosos, posso falar que cada um de nós é realizador de sonhos. O próprio nome diz: somos elos conectados, ligados no bem. Um não é nada sem o outro. E na vida somos assim. Somos ligados e hoje formamos uma corrente! Que graças a Deus, só ganha força, comemora Patrícia.



Crianças do Varjão ganharam montanha de chocolate

Agasalho aquece também quem doa



Voluntários separam e embalam roupas doadas para campanha “Banho do Bem”

Uma das ações permanentes no calendário da Liga do Bem, a Campanha do Agasalho acontece em maio. E, como as demais iniciativas, é precedida de reuniões em que se definem alvos e metas. Em 2017, as 438 peças doadas, entre roupas e cobertores, foram doadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social na Casa de Abrigo e no

Centro de Referência Especializado na População de Rua (Centro POP), duas instituições com características bem distintas, como explicou Patrícia Seixas, uma das organizadoras da campanha.

— A Casa Abrigo atende mulheres que, muitas vezes, saem de casa apenas com a roupa do corpo, carregando filhos menores junto. Já o

Centro POP recebe moradores de rua — explica.

Em 2018, subiu para pouco mais de mil peças o número de doações, em parte por conta do aperfeiçoamento da logística. A Liga do Bem contou com mais voluntários espalhados para incentivar as doações entre os setores e criou um sistema de tele-entrega, pelo qual o voluntário vai até o doador.

BANHO DO BEM

Desta vez, o alvo escolhido foi o Projeto social “Banho do Bem”, em que um ônibus atende moradores de rua aos domingos na rodoviária de Brasília (região central da Capital). O veículo foi adaptado e equipado com chuveiros e um espaço para corte de cabelo e barba. A cada final de semana são oferecidos 40 banhos, além de lanches e uma muda de roupas. O coordenador do Banho do Bem, Valter de Pádua Júnior, revelou que a campanha promovida pela Liga “foi não só a maior, como a mais bem aproveitada, digo, itens utilizados pelos assistidos na rodoviária, entre todas aquelas que recebemos neste ano de 2018”.

A voluntária Patrícia Seixas não tem dúvidas: “As doações aquecem não apenas o frio de quem precisa, mas



Caixas espalhadas pelos setores da Casa recebem as doações

tocam seus corações”. Pelo interesse gerado e pelo volume crescente de doa-

ções verificado, esse ato parece aquecer também o coração de quem doa.

Voluntários são capacitados pelo ILB

Numa Casa que busca a excelência como mantra diário, nem mesmo o grupo de voluntários – que, claro, não é remunerado – escapa aos convites da capacitação. Em abril deste ano, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), vinculado ao Senado, realizou, em parceria com a Liga do Bem, o *workshop* “Liderança de Alta Performance, Gestão e Atitude”.

O *workshop*, dividido em duas turmas, teve a condução da facilitadora Cláudia Nogueira, que priorizou entre os alunos a reflexão sobre a



atuação de cada um no dia a dia profissional e pessoal. O objetivo, conta, era despertar uma mudança, no sentido de aperfeiçoar essa atuação.

O treinamento de lideranças foi concebido pelo projeto social “Formadores do Bem”, do Instituto Liana Gomes, que atua em nível nacional capacitando formadores de líderes. Os eventos do Instituto também arrecadam doações para instituições carentes.



Capítulo 12

Senado em Números



Qualidade de Gestão

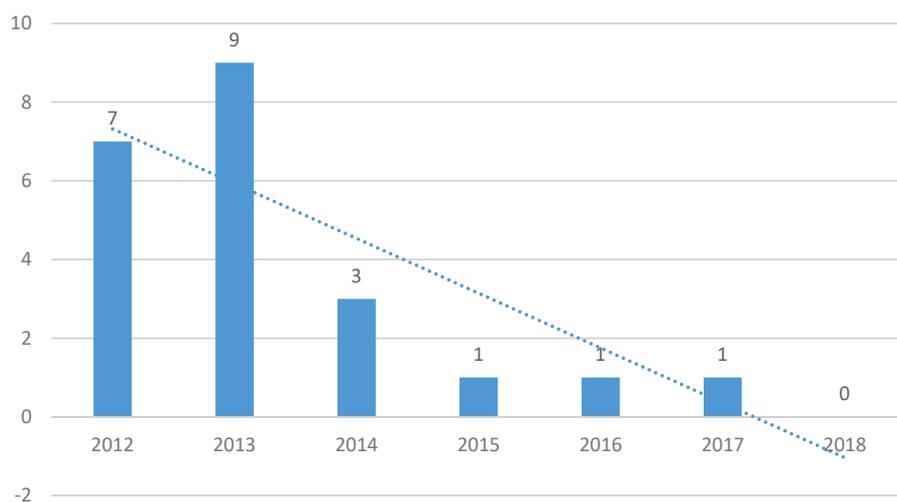
Governança de Contratações

Desde 2014, com a criação do Programa de Sistematização das Contratações – PSC – e o desenvolvimento do Sistema de Governança de Contratações, estabelecido no ATC 12/2014,

o Senado vem tornando o processo de contratações e gestão de contratos mais eficiente. Foram implantadas diversas melhorias nos processos de trabalho, incluindo alterações de es-

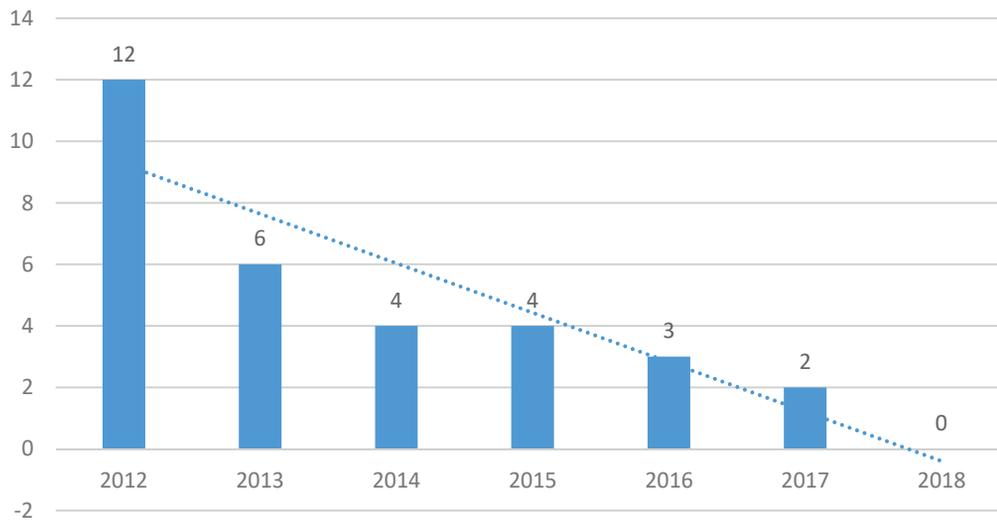
truturas organizacionais, normativos e atribuições, além de suporte tecnológico e integração de sistemas. Os resultados desses esforços ficam evidentes nos gráficos abaixo.

CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS



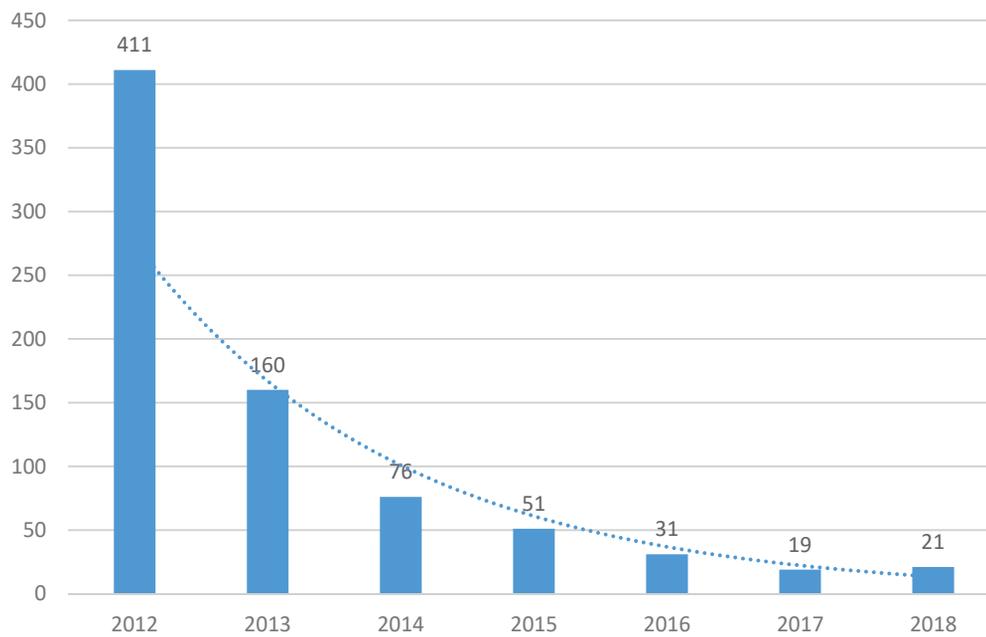
Fonte: SADCON em 21/11/2018

PRORROGAÇÕES EXCEPCIONAIS



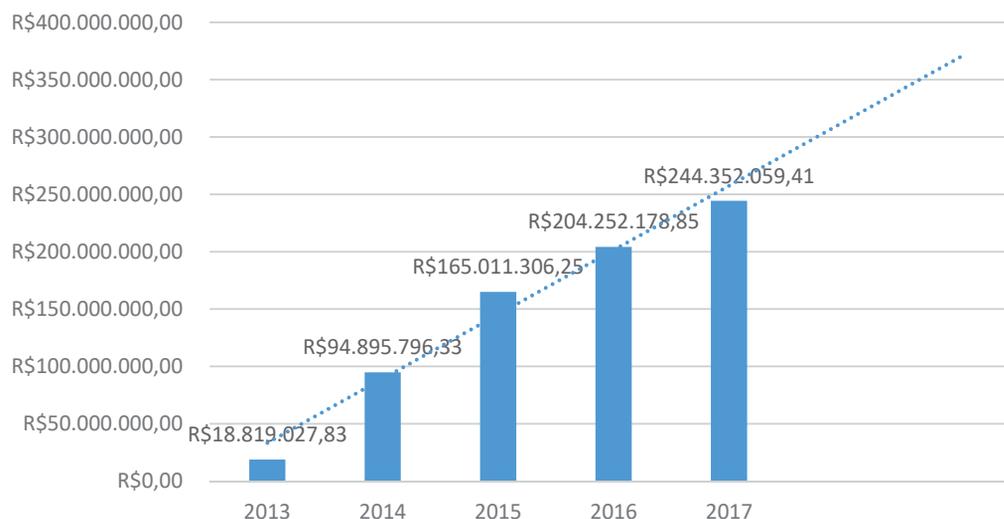
Fonte: SADCON em 21/11/2018

TOTAL DE DISPENSAS DE LICITAÇÕES



Fonte: SADCON em 21/11/2018

ECONOMIA ACUMULADA – LICITAÇÕES



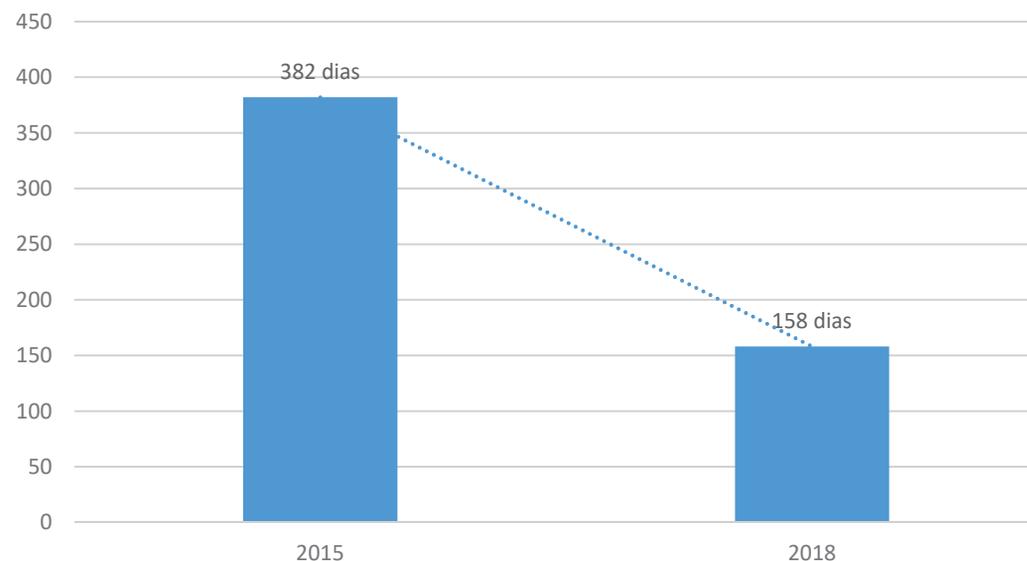
Fonte: SADCON em 21/11/2018

TEMPO MÉDIO PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

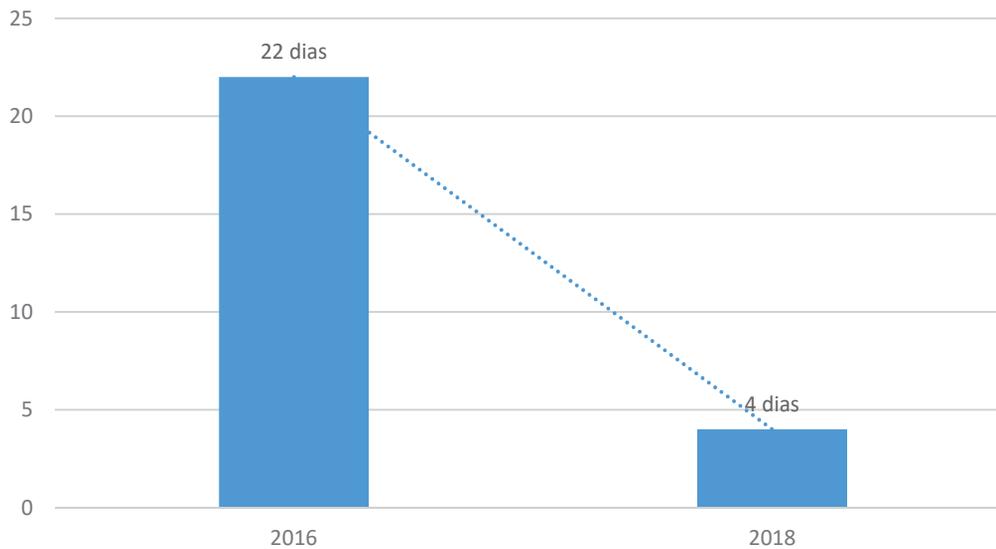
O tempo médio de instrução de processos licitatórios foi calculado a partir de uma lista encaminhada pela Secretaria de Contratações, não exaustiva, porém bastante representativa, a

contar da data de entrada do processo na SADCON (TR/PB já elaborado) até a saída da COPELI para homologação do certame. Essa média inclui todas as modalidades de licitação (concorrência,

tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão e pregão eletrônico) no entanto, não engloba as licitações dispensadas ou inexigíveis.



Fonte: SADCON em 21/11/2018

TEMPO MÉDIO PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE ACIONAMENTO DE ARP

Fonte: SADCON em 21/11/2018

Evolução do índice de Governança de Tecnologia da Informação

A fim de avaliar a situação de governança de TI na Administração Pública Federal, o Tribunal de Contas da União tem realizado levantamentos com base em questionários que abordam práticas de governança e de gestão de TI previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos

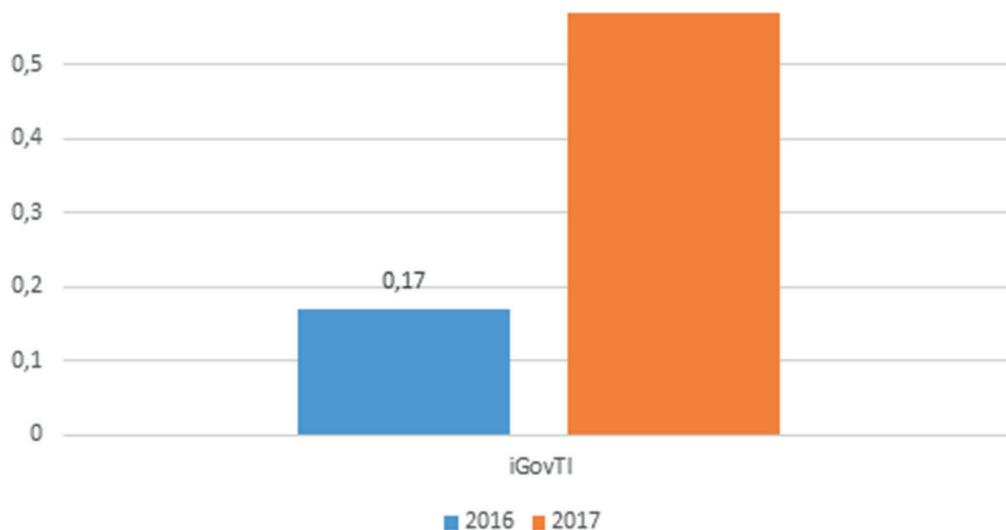
internacionais de boas práticas. A partir desse levantamento, foi criado o índice de governança de TI (iGovTI), com o propósito de orientar as organizações públicas no esforço de melhoria da governança e da gestão de TI.

O iGovTI é o resultado da consolidação das respostas destes levanta-

mentos, calculado pelo TCU, utilizando uma fórmula que resulta em um valor que varia de 0 a 1.

Segue abaixo a demonstração da recente evolução do Índice de Governança de TI (iGovTI) do Senado Federal.

SENADO FEDERAL – ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TI



Fonte: Tribunal de Contas da União – TCU

Em 2016, o Senado possuía um iGovTI de 17%. Em 2017, após a implantação de importantes práticas de Governança de TI, tais como a Política de Governança de TI, o Comitê de Governança de TI (CGTI) e a publicação do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia

da Informação), o iGovTI atingiu o valor de 57%.

Percebemos que, em relação ao ranking das instituições avaliadas, o Senado Federal estava entre as 24% melhores em 2017, e, considerando-se as respostas enviadas ao levantamento

de 2018, cujo resultado ainda não foi divulgado pelo TCU, acredita-se que o índice e a posição no ranking subirão ainda mais.

Ano	Total de Instituições Avaliadas	Posição do SF no Ranking	% Relativo
2014	372	267	72%
2016	368	324	88%
2017	488	119	24%

Levantamento da Tomada de Contas Anuais e número de ressalvas

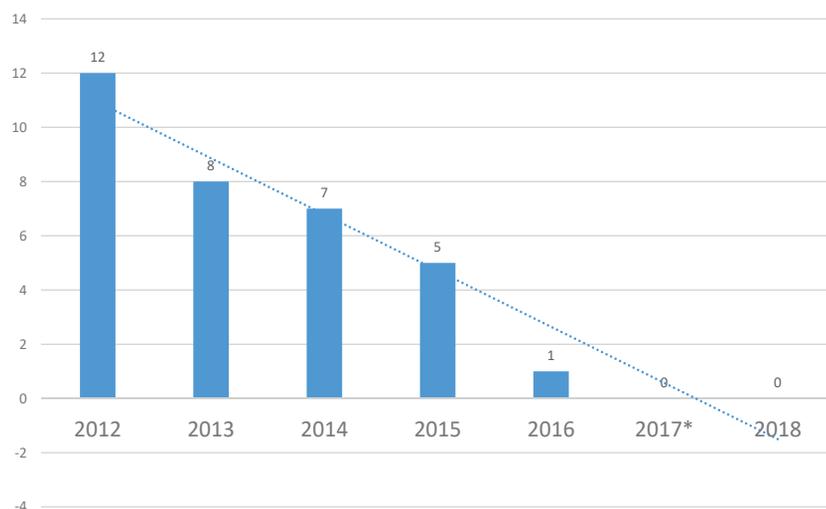
A Constituição Federal estabelece que compete ao TCU julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder

Público federal. O processo de contas anuais compreende três etapas complementares: a prestação de contas, a auditoria nas contas e o julgamento dos administradores.

Durante a segunda etapa do processo, o dirigente da Auditoria do

Senado Federal emite um parecer considerando possíveis ressalvas. Ao longo dos anos, o número de ressalvas caiu até ser zerado nos últimos dois anos, conforme gráfico abaixo.

RESSALVAS NO LEVANTAMENTO DAS TOMADAS DE CONTAS ANUAIS



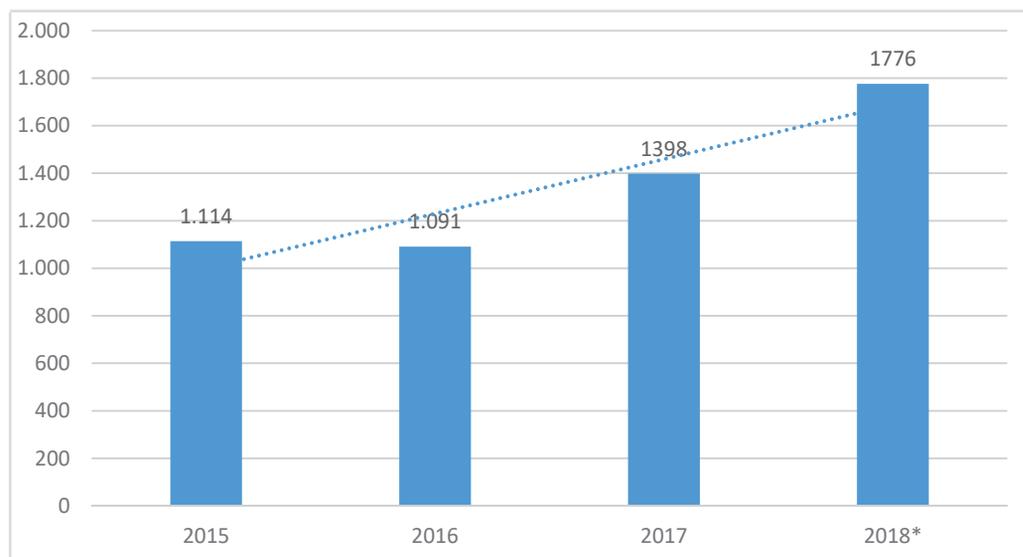
Fonte: Portal da Transparência

Em 2017, o Senado Federal foi dispensado de apresentar suas contas ao TCU, conforme Decisão Normativa nº 156/2016, que dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas julgadas pelo Tribunal.

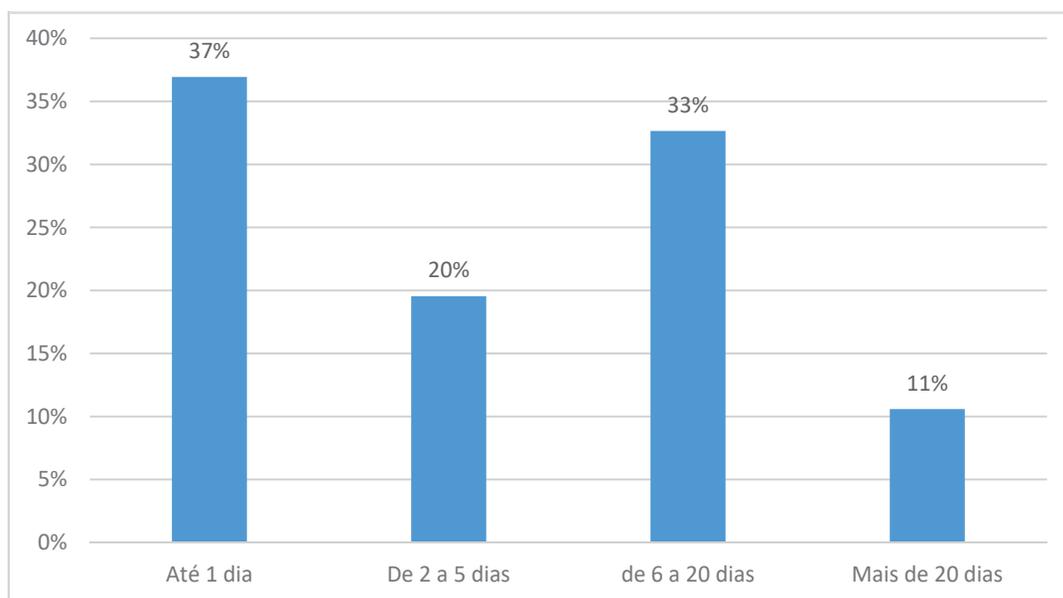
Transparência - Atendimento da Lei de Acesso à Informação em 2018

A Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011 - regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A seguir

estão representados os quantitativos de atendimentos do Senado Federal, considerado o resultado parcial de janeiro a setembro de 2018, assim como o atual tempo de resposta.

ATENDIMENTO A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LAI

Fonte: SGIDOC/SICLAI

TEMPO DE RESPOSTA – 2018

Fonte: SGIDOC/SICLAI

Economias e Sustentabilidade

Sustentabilidade

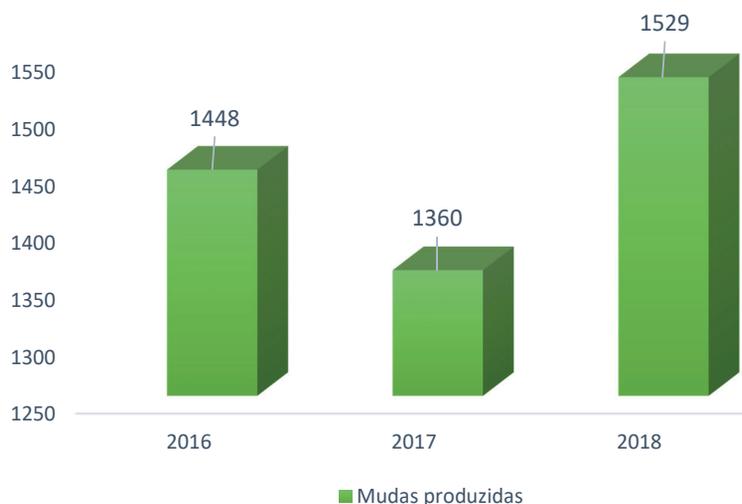
PRODUÇÃO DO VIVEIRO DO SENADO FEDERAL

O viveiro aproveita a borra de café gerada pela Casa e os resíduos orgânicos dos restaurantes (11.354 kg produzidos entre janeiro e outubro de 2018) no cultivo de mudas e plantas

que são utilizadas nos jardins da Casa, em arranjos para eventos e também doadas, visando à recuperação de áreas degradadas, como forma de compensação e mitigação dos impactos causados

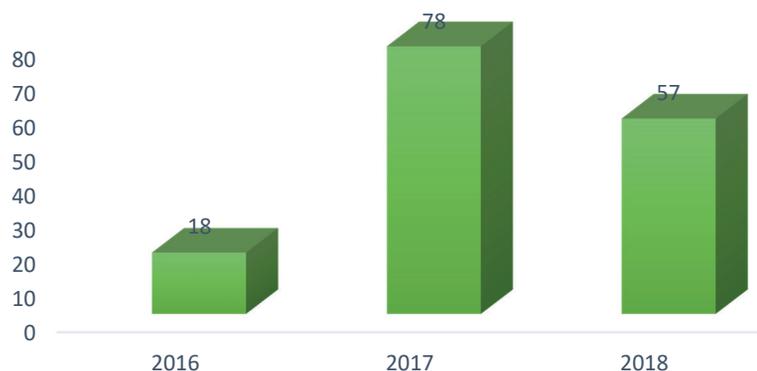
pela atividade do Senado em termos de emissão de carbono por meio do programa carbono menos. Os gráficos abaixo demonstram a produção entre 2016 até outubro de 2018.

QUANTIDADE DE MUDAS PRODUZIDAS



Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

ARRANJOS PARA EVENTOS



Obs 1. Em 2016 os arranjos foram produzidos a partir do segundo semestre
 Obs 2. Os dados de 2018 referem-se ao período de jan a out 2018.

Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

CONSUMO DE PAPEL

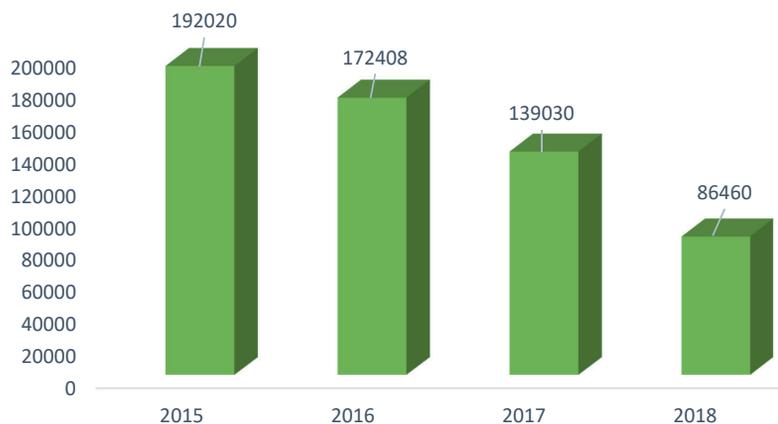
O gráfico abaixo apresenta o quantitativo em kg de papéis descartados via contrato celebrado com a Capital Recicláveis. É possível perceber que houve uma redução considerável do descarte de papel ao longo do período, o que indica um menor consumo desse

material, tanto em razão da introdução do controle de impressão, por meio do outsourcing, como em virtude da instalação dos processos eletrônicos.

Os dados de 2018 consideraram o período de janeiro a outubro, porém, ao efetuar a média mensal, observa-se

que de 2015 para 2018 houve uma redução de quase 50% do quantitativo descartado (16.002 kg/mês em 2015 e 8.646 kg/mês em 2018 – redução de 46%). Vale lembrar que 2015 foi o ano da introdução do processo eletrônico (SIGAD).

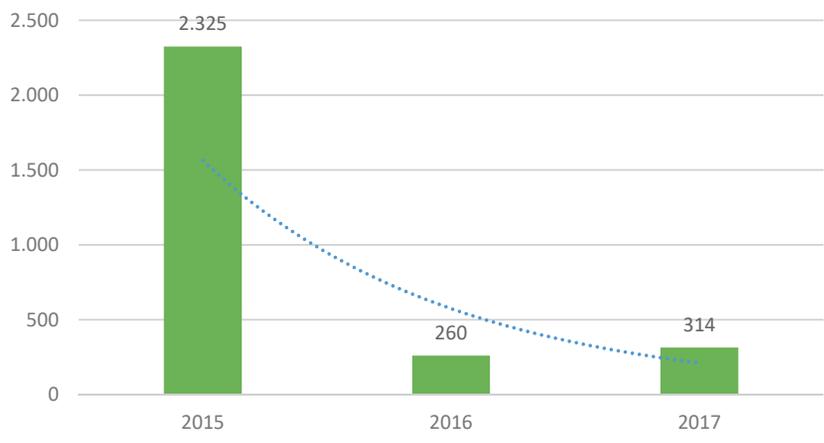
KG DE PAPEL



Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

CONSUMO ANUAL DE COPOS DESCARTÁVEIS

CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS MÉDIA ANUAL



Em torno de 200.000 copos descartáveis deixaram de ser consumidos no Senado Federal entre 2015 e 2017. A meta que previa a substituição total dos copos descartáveis de plástico por biodegradáveis foi alcançada em fevereiro de 2018.

Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

Economia de Gastos

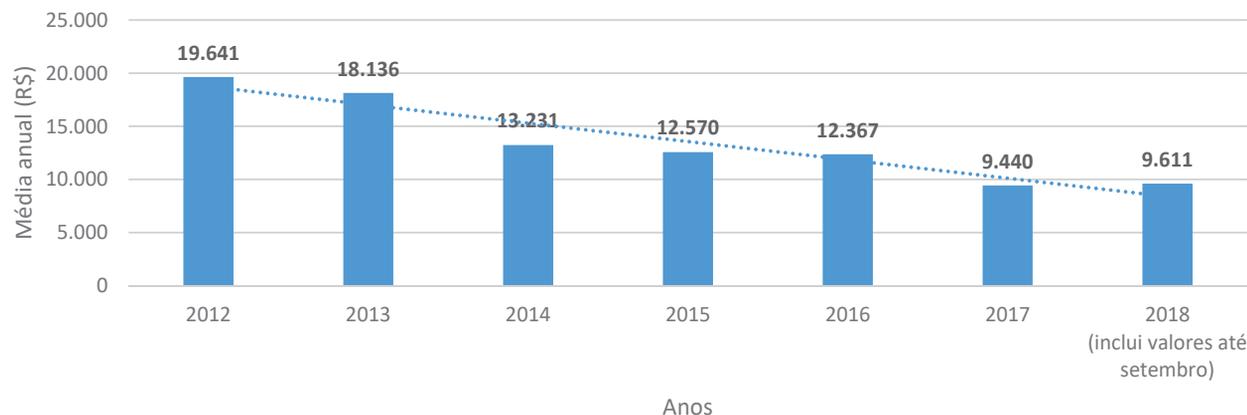
Em 2015 foi criado o painel de indicadores de gastos mensais, que é atualizado periodicamente pelas áreas

técnicas. A partir de diversas ações fomentadas pela Diretoria-Geral, observa-se cada vez mais a redução do

consumo de recursos e sua utilização consciente.

CONSUMO DE ÁGUA

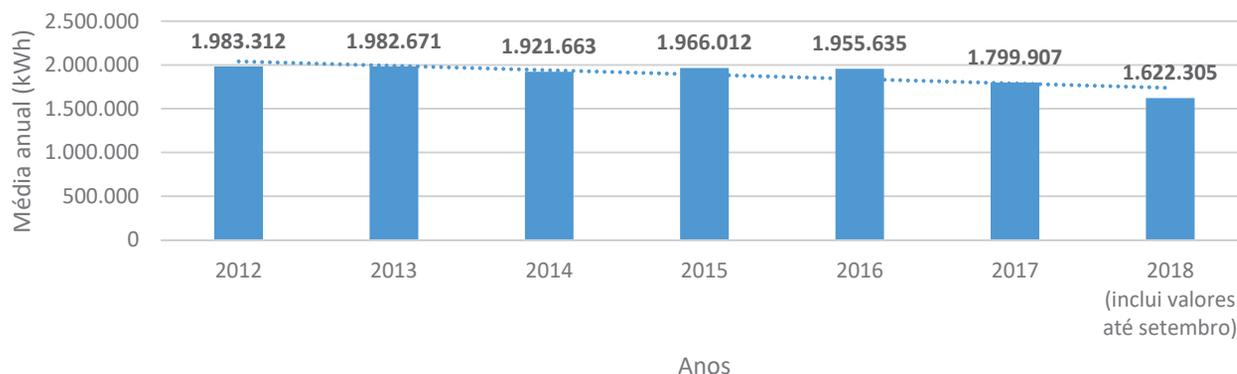
Redução do Consumo de Água em torno de 25% em razão da instalação de redutores de pressão na saída de água dos reservatórios e manutenção predial.



Fonte: Secretaria de Infraestrutura – SINFRA em 20/11/2018

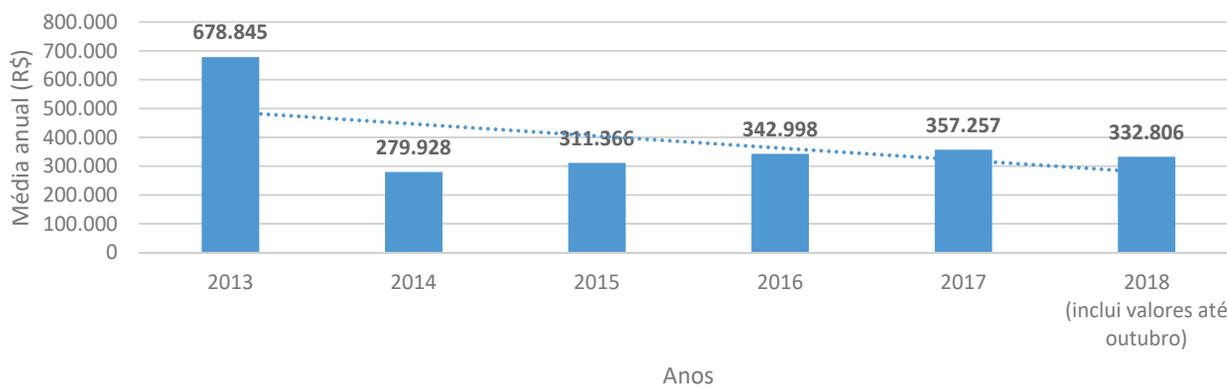
CONSUMO DE ENERGIA

Redução em torno de 8,5% do consumo de energia elétrica entre 2015 e 2017 em função das seguintes ações: desligamento automático dos aparelhos de ar condicionado.



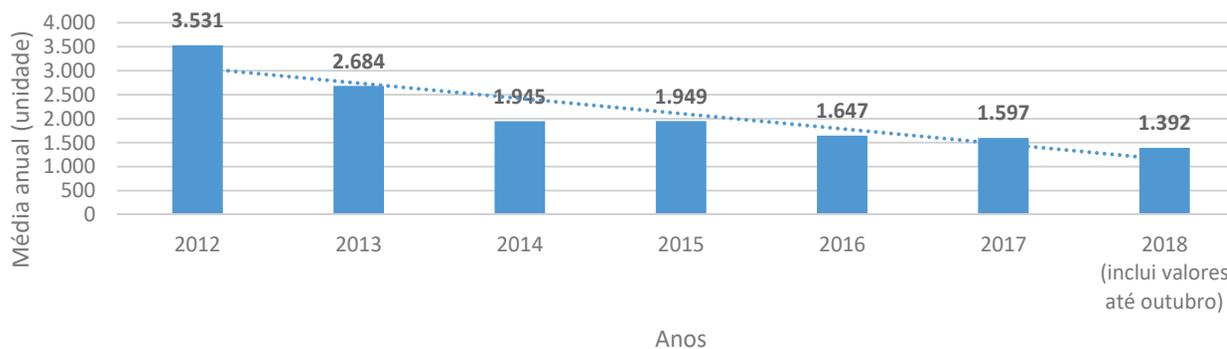
Fonte: Secretaria de Infraestrutura – SINFRA em 20/11/2018

CORREIOS



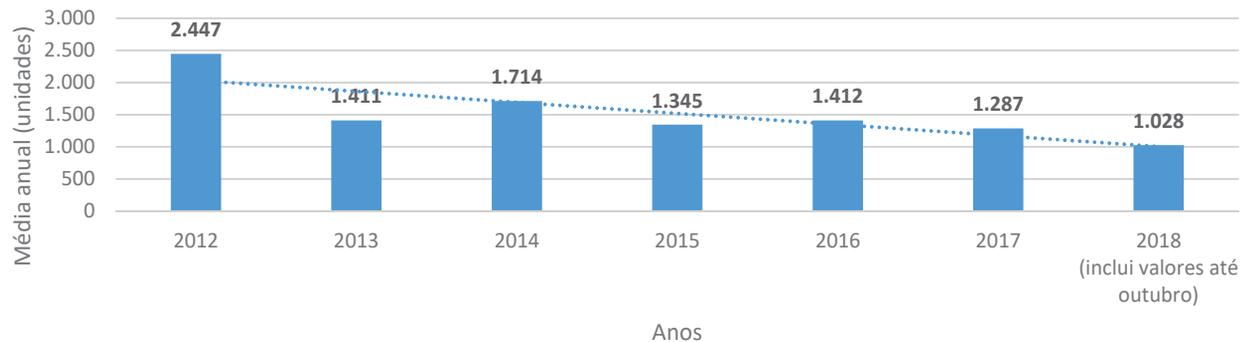
Fonte: Secretaria de Patrimônio – SPATR em 20/11/2018

CONSUMO DE PAPEL REPROGRÁFICO



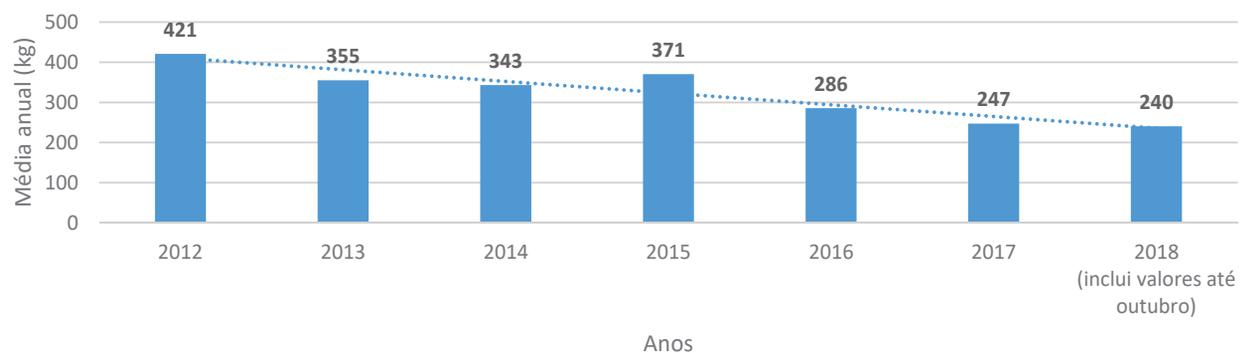
Fonte: Secretaria de Patrimônio – SPATR em 20/11/2018

CONSUMO DE CHAPAS PARA IMPRESSÃO



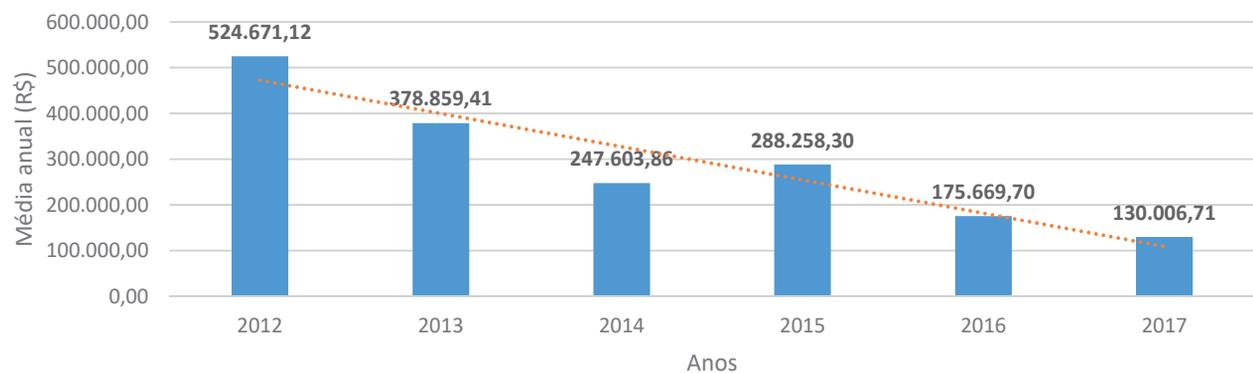
Fonte: Secretaria de Editoração e Publicações – SEEP em 20/11/2018

GASTOS COM TINTA PARA IMPRESSÃO



Fonte: Secretaria de Editoração e Publicações – SEEP em 20/11/2018

GASTOS COM TELEFONIA FIXA



Fonte: Secretaria de Infraestrutura – SINFRA em 20/11/2018

Equidade de Gênero

Em 2011 o Senado aderiu ao Pró-equidade de Gênero e Raça – um programa do Governo Federal que busca gerar novas concepções na gestão de pessoas. Desde então, a Casa já foi premiada duas vezes. Com o objetivo de reforçar ainda mais esses conceitos, a Diretoria-Geral fundou em 2015 o Comitê Permanente pela Promoção da

Igualdade de Gênero e Raça. Suas ações têm mudado a cultura organizacional e tornado o Senado um modelo para outras instituições públicas de todo o Brasil.

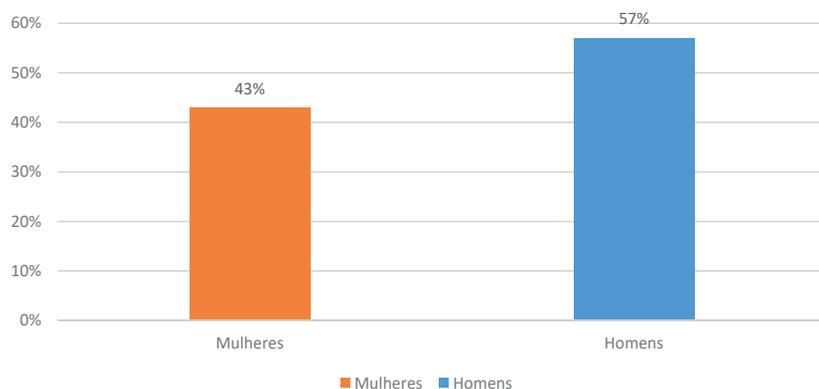
Em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação – PRO-DASEN, foi desenvolvido, em outubro de 2016, o Painel de Indicadores de

Equidade, que possibilita conhecer o perfil funcional da Casa, pelo tipo de vínculo, sexo/gênero, cor/raça e etnia, escolaridade, faixa etária, estado civil, tipo de cargo, especialidade e função exercida.

Nos gráficos seguintes, apresentamos alguns dados relativos à equidade de gênero.

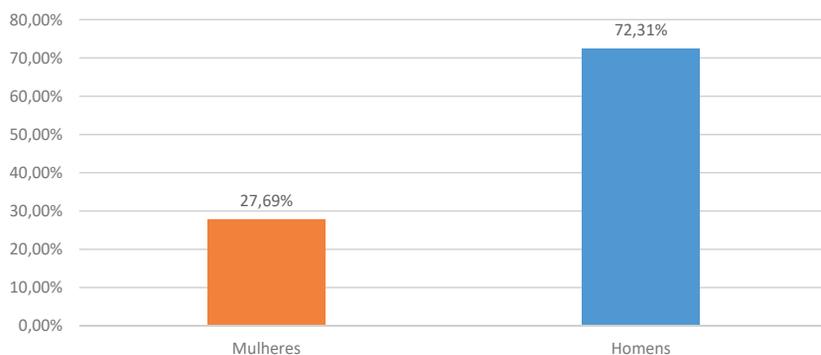
Força de Trabalho por Gênero

FORÇA DE TRABALHO TOTAL POR GÊNERO



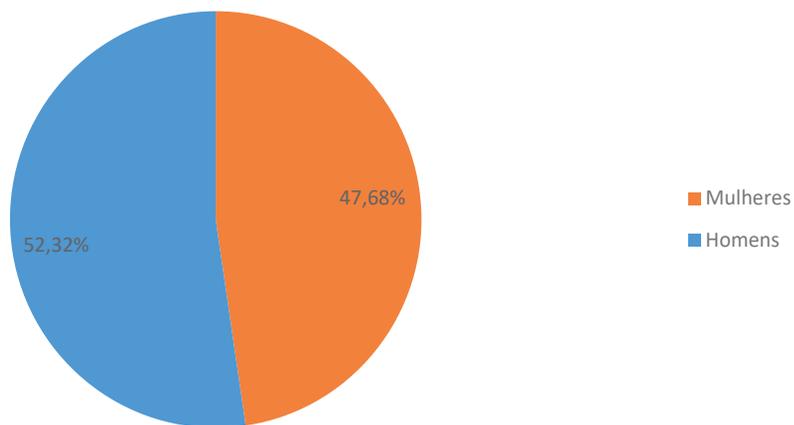
Fonte: Programa Pró-equidade

SERVIDORES EFETIVOS POR GÊNERO %



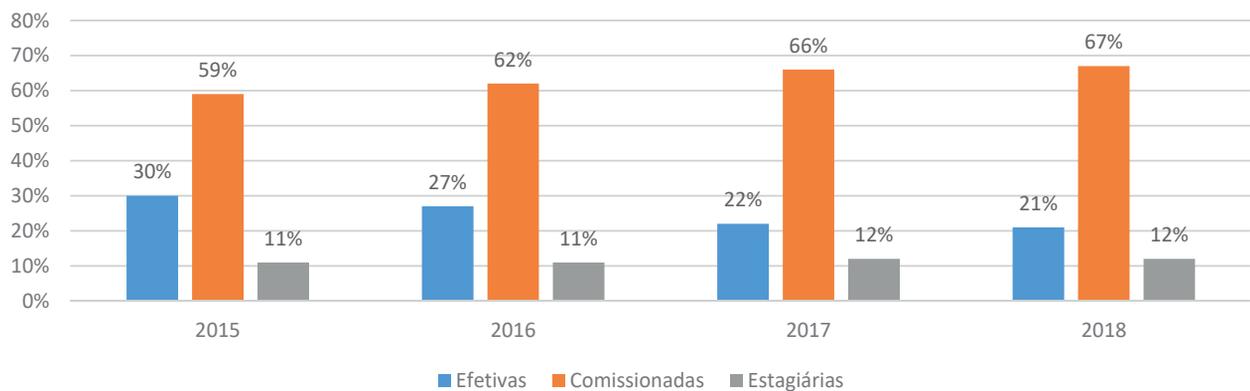
Fonte: Programa Pró-equidade

SERVIDORES COMISSIONADOS POR GÊNERO



Fonte: Programa Pró-equidade

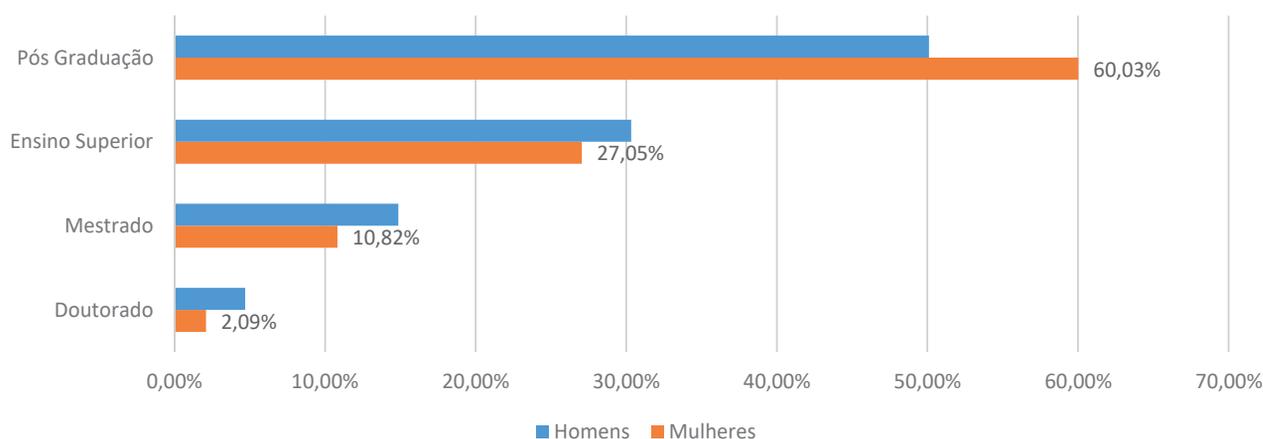
FORÇA DE TRABALHO FEMININA POR VÍNCULO/ANO



Fonte: Programa Pró-equidade

Servidores efetivos – Escolaridade por gênero

ESCOLARIDADE POR GÊNERO – SERVIDORES EFETIVOS



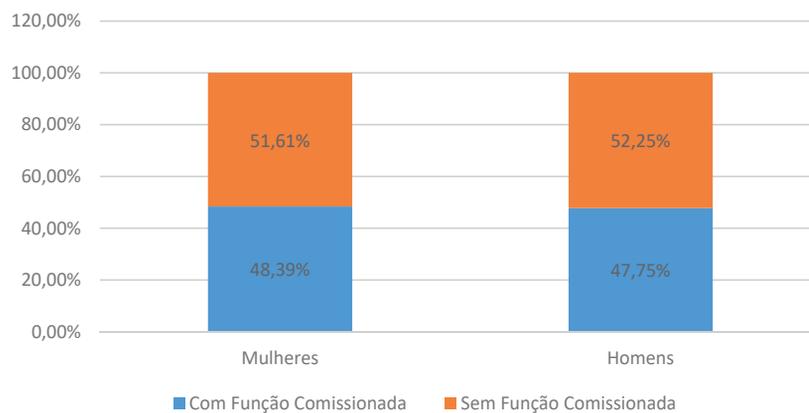
Fonte: Programa Pró-equidade

Servidores efetivos com função comissionada

FUNÇÕES GERENCIAIS

Dentre as servidoras efetivas do Senado Federal (27,69% do Total de servidores efetivos da Casa), quase metade (48,39%) ocupam funções gerenciais (FC-1 a FC-5).

SERVIDORES EFETIVOS COM FUNÇÃO COMISSIONADA

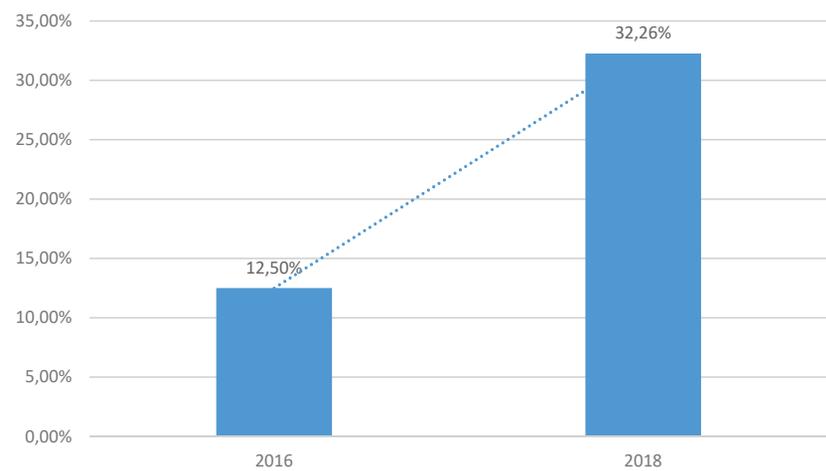


Fonte: Programa Pró-equidade

CARGOS DE DIREÇÃO

Entre 2016 e 2018, quase triplicou o número de cargos de Direção (FC-4 e SF-3) ocupados por mulheres.

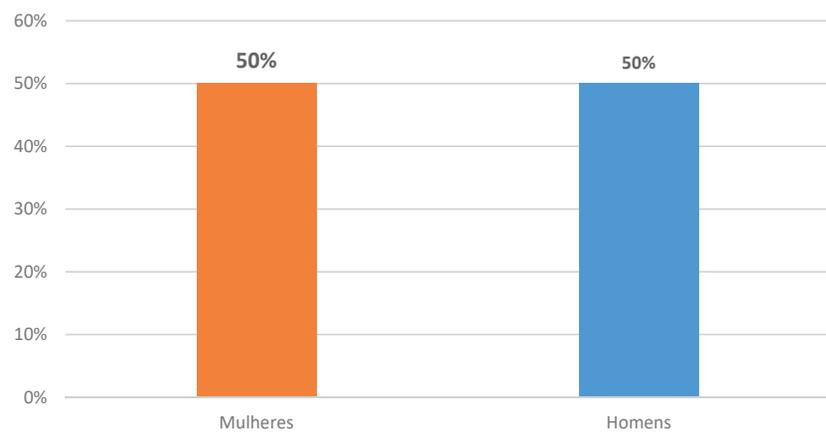
MULHERES EM CARGOS DE DIREÇÃO (FC-4 E SF-3) ANO



SERVIDORES EFETIVOS OCUPANDO A MAIS ALTA FUNÇÃO DE CONFIANÇA (FC-5)

Entre as mais altas funções de confiança da Casa (FC-5), temos equidade de gênero perfeita.

SERVIDORES EFETIVOS OCUPANDO A MAIS ALTA FUNÇÃO DE CONFIANÇA (FC-5)



Fonte: Programa Pró-equidade

Acessibilidade

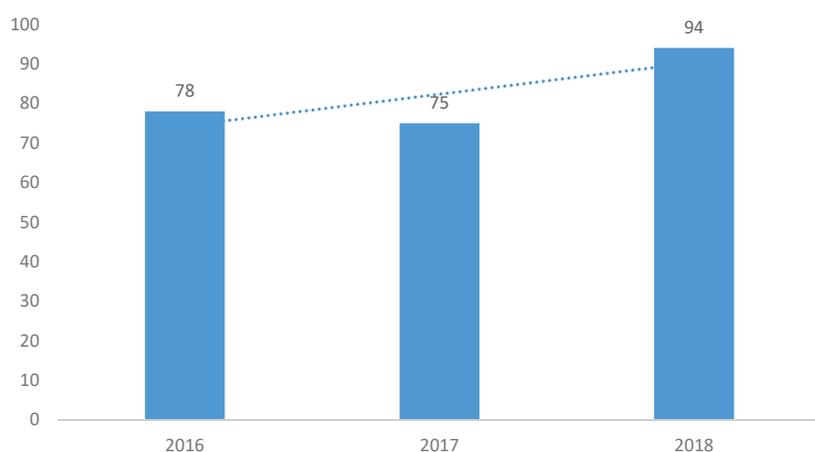
A acessibilidade garante às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida o direito de viver de forma independente e exercer sua cidadania. É um atributo essencial que deve estar

presente no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações no ambiente de trabalho e também abertos ao público.

No Senado Federal, compete ao Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais – NCAS – implantar as ações de acessibilidade, apoio ao deficiente e de responsabilidade social.

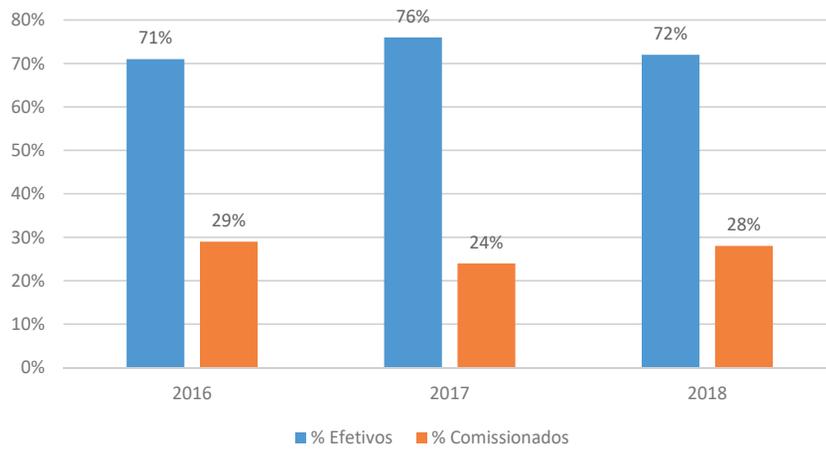
Força de trabalho com deficiência

SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA



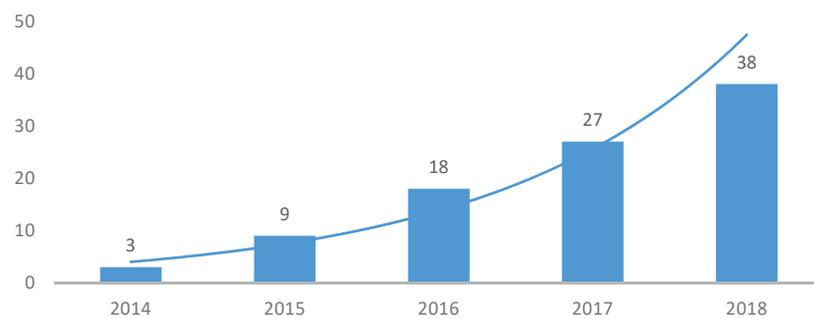
Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA POR TIPO DE VÍNCULO



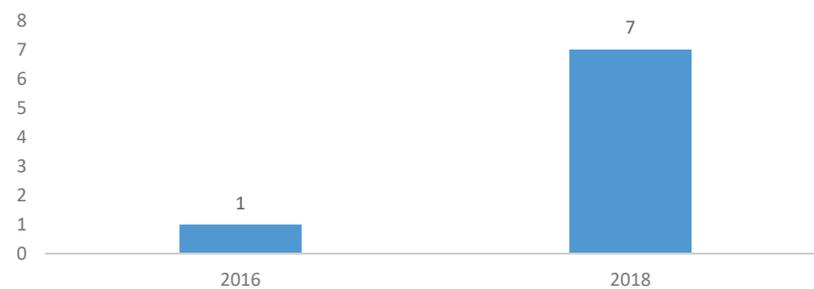
(Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais)

ESTAGIÁRIOS COM DEFICIÊNCIA



(Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais)

JOVENS-APRENDIZES COM DEFICIÊNCIA



(Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais)

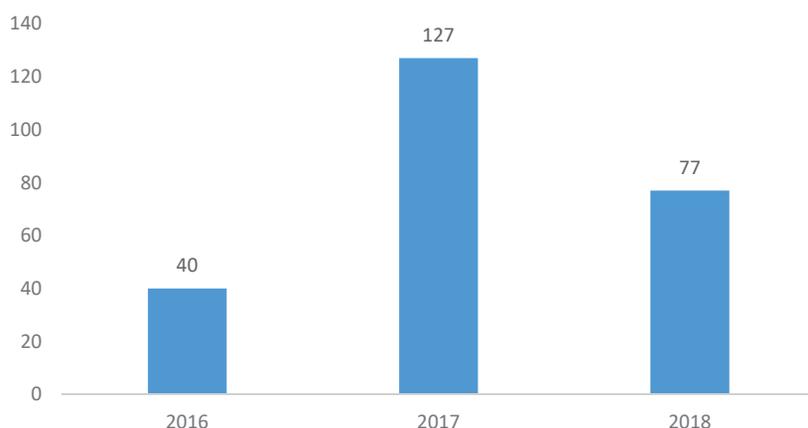
Capacitação e Sensibilização

Periodicamente, o NCAS realiza ações para capacitação dos colaborado-

res da Casa através de oficinas e cursos na área de acessibilidade como Aten-

dimento a Pessoas com Deficiência, Libras e Braille.

QUANTIDADE DE PESSOAS CAPACITADAS



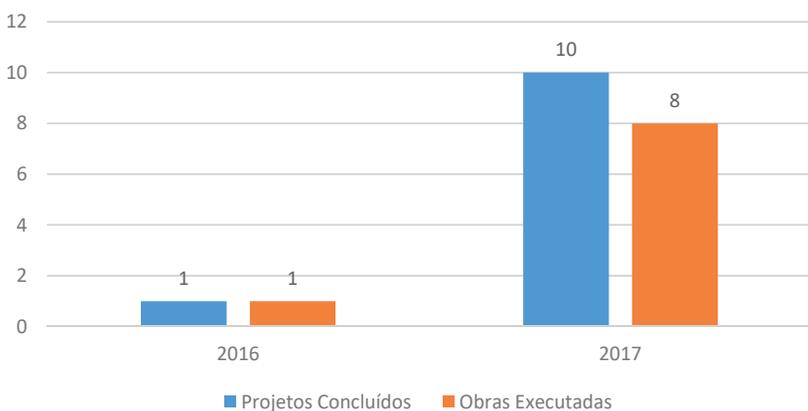
Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

Obras e Reformas de Acessibilidade

Incluem as reformas realizadas em banheiros e calçadas, a construção de rampas, entre outras ações para ga-

rantia de acessibilidade arquitetônica e urbanística.

REFORMAS EM ÁREAS DE CIRCULAÇÃO



Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

Eventos Realizados com recursos de acessibilidade

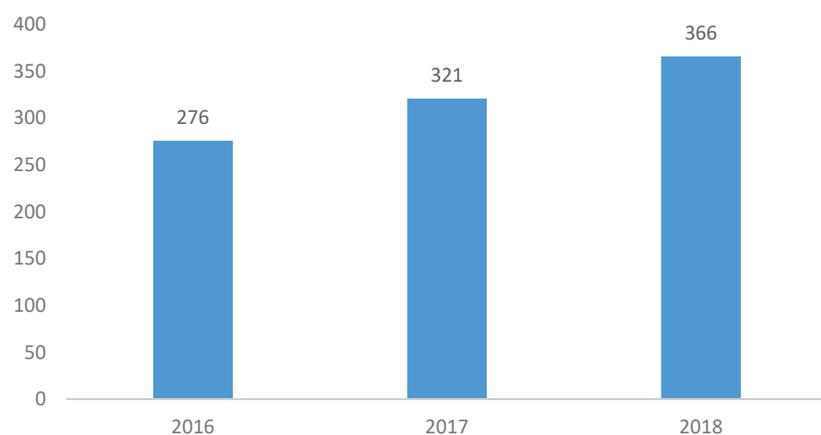
LIBRAS

Os serviços de interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) são prestados por meio de contrato. Em

2018, a gestão da contratação de Libras passou a ser realizada pelo Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura

e Comunicação - NGCIC - e a fiscalização pela Coordenação de Gestão de Eventos.

LIBRAS – QUANTIDADE DE HORAS DE SERVIÇOS



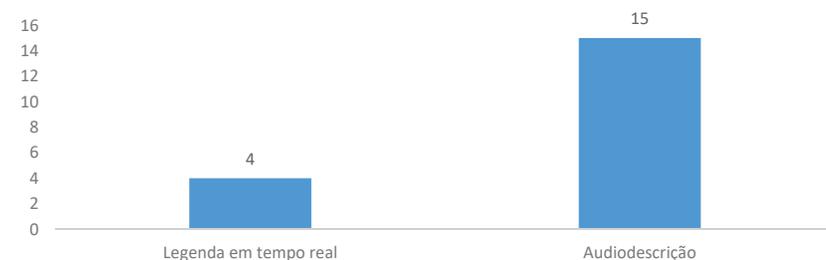
Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

AUDIODESCRIÇÃO E LEGENDA EM TEMPO REAL

Em 2018, o Senado contratou empresa terceirizada para prestação de serviços de legenda em tempo real

e audiodescrição para eventos, que são prestados sob demanda.

QUANTIDADE DE HORAS DE SERVIÇOS – 2018



Fonte: Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

Qualidade de Vida

Pesquisa de Clima Organizacional

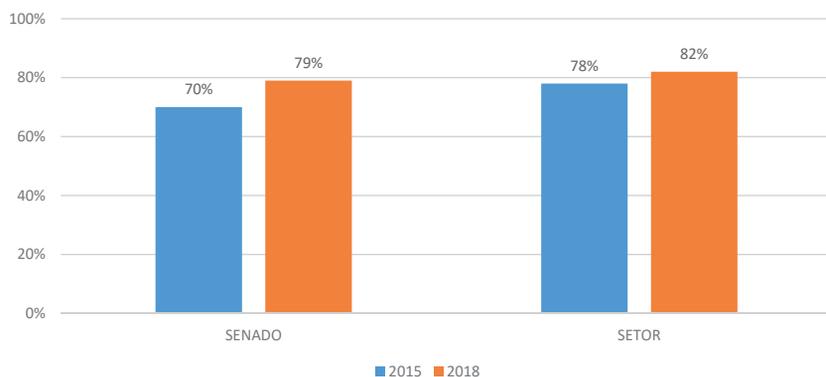
Pesquisa de clima organizacional é uma ferramenta de gestão utilizada nas instituições para estabelecer um canal de comunicação entre a alta administração e seus funcionários. Um dos principais objetivos que se espera atingir ao aderir a uma pesquisa de clima é a mensuração do grau de sa-

tisfação dos colaboradores em relação à organização, identificando possíveis falhas e respectivas soluções.

Em 2015 o Senado Federal realizou sua primeira pesquisa de clima organizacional nas áreas administrativas da Casa. Os dados levantados foram avaliados, e, após diversas ações

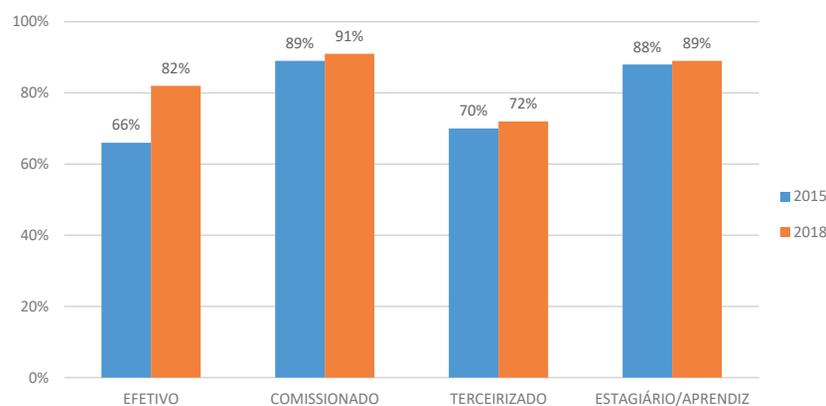
de integração, políticas de equidade, adaptações físicas e processuais, uma nova pesquisa foi realizada em 2018. Os gráficos abaixo demonstram, de forma resumida, alguns dos resultados obtidos:

SATISFAÇÃO COM O SENADO E O SETOR



Fonte: DGER 2018

SATISFAÇÃO COM O SENADO



Fonte: DGER 2018

Taxas de Absenteísmo

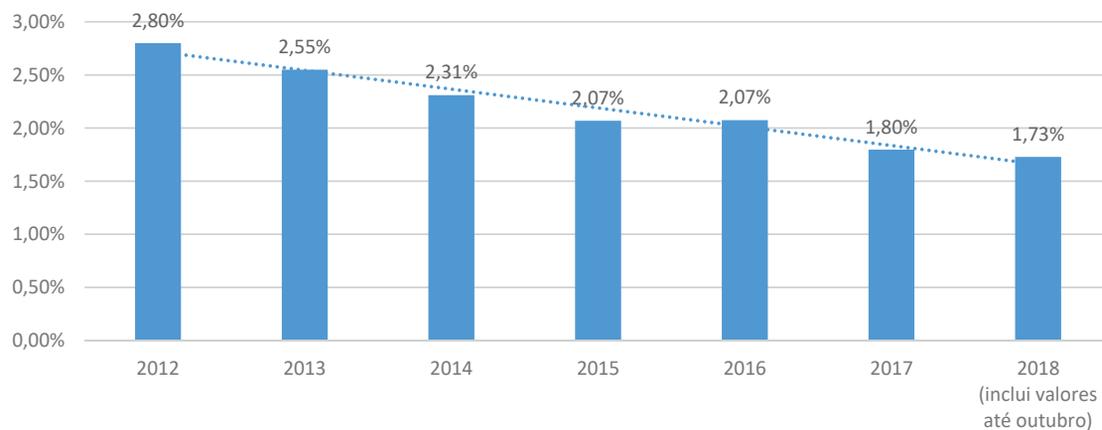
A taxa de absenteísmo é um indicador de faltas dos colaboradores no trabalho. Normalmente essa ausência está relacionada a doenças, problemas pessoais, dificuldade de transporte ou falta de motivação. Este índice ajuda

a Administração a investigar e mitigar problemas organizacionais, como insalubridade, ergonomia, satisfação da equipe, saúde, estresse, entre outros.

A Diretoria-Geral implementou diversas ações que contribuiram para a

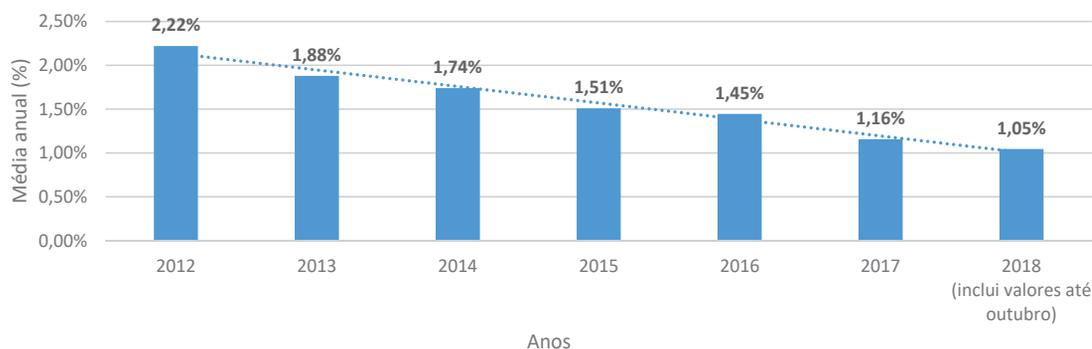
redução deste indicador: exames periódicos, pesquisas de climas, adaptações físicas, jornadas flexíveis, entre outros. As reduções consistentes desses índices estão demonstradas nos gráficos abaixo.

ABSENTEÍSMO (%) MÉDIA ANUAL



Fonte: SEGP em 20/11/218

ABSENTEÍSMO POR DOENÇA



Fonte: SEGP em 20/11/218

Visão Orçamentária do Senado

Detalhamento da execução orçamentária - 2017

Grupo	Tipo de despesa	Empenhado 2017 (em R\$)	Representatividade	
			% sobre grupo	% sobre total
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	Servidores inativos (aposentados e pensionistas, incluindo IPC)	1.901.118.899	53,95%	46,13%
	Servidores ativos (efetivos, comissionados e senadores)	1.434.946.046	40,72%	34,82%
	Contribuição patronal ao RPPS	187.588.095	5,32%	4,55%
	Subtotal	3.523.653.040	100,00%	85,51%
CUSTEIO OBRIGATÓRIO (auxílios/benefícios)	Assistência médica e odontológica	132.919.306	61,61%	3,23%
	Auxílio alimentação	69.529.551	32,23%	1,69%
	Auxílio creche	10.543.774	4,89%	0,26%
	Auxílio funeral e natalidade	1.977.396	0,92%	0,05%
	Auxílio transporte	790.358	0,37%	0,02%
	Subtotal	215.760.385	100,00%	5,24%
CUSTEIO DISCRICIONÁRIO	Terceirização de mão-de-obra	204.050.668	59,50%	4,95%
	Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	26.932.188	7,85%	0,65%
	Serviços de manutenção e funcionamento	111.969.264	32,65%	2,72%
	Subtotal	342.952.121	100,00%	8,32%
INVESTIMENTOS	Equipamentos e material permanente	28.552.330	74,15%	0,69%
	Obras e instalações	4.570.987	11,87%	0,11%
	Aquisição de software	1.661.834	4,32%	0,04%
	Demais despesas de investimento	3.719.992	9,66%	0,09%
	Subtotal	38.505.145	100,00%	0,93%
TOTAL EMPENHADO 2017		4.120.870.690	-	100,00%
TOTAL DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS		3.551.825.330	-	86,19%
TOTAL DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS (custeio e investimento)		381.457.265	-	9,26%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS		187.588.095	-	4,55%

Fonte: SIGA Brasil - Elaboração por: COPAC/SAFIN

Detalhamento da proposta orçamentária (2019)

O cálculo da projeção de despesas de pessoal para 2019 considerou o impacto de eventual elevação do teto remuneratório constitucional para R\$

39.293,32, tratado no Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2016. Ademais, foram alocados recursos para eventual provimento de cargos efetivos, bem

como para a respectiva contribuição patronal, nas ações orçamentárias OZ01 e OZ00.

Grupo	Código Ação	Ação	Projetado 2019 (em R\$)	Representatividade	
				% sobre grupo	% sobre total
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0181	Aposentadorias e Pensões Civil	2.055.923.469	54,23%	45,66%
	20TP	Pessoal Ativo da União	1.529.625.268	40,35%	33,97%
	09HB	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência	174.066.368	4,59%	3,87%
	0397	Aposentadorias e Pensões do Extinto IPC	21.948.868	0,58%	0,49%
	0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	9.000.176	0,24%	0,20%
	0Z00	Reserva de Contingência Fiscal - Financeira	376.763	0,01%	0,01%
		Subtotal	3.790.940.912	100,00%	84,19%
CUSTEIO OBRIGATÓRIO (auxílios/benefícios)	2004	Assistência médica e odontológica	166.727.652	65,99%	3,70%
	212B	Benefícios obrigatórios aos servidores	85.924.489	34,01%	1,91%
		Subtotal	252.652.140	100,00%	5,61%
CUSTEIO E INVESTIMENTO DISCRICIONÁRIOS	4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	392.307.038	85,39%	8,71%
	2549	Comunicação e Divulgação Institucional	64.510.870	14,04%	1,43%
	216H	Ajuda de custo para moradia	1.320.000	0,29%	0,03%
	00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais	1.192.362	0,26%	0,03%
	00PW	Contribuições a Entidades Nacionais	92.444	0,02%	0,00%
		Subtotal	459.422.714	100,00%	10,20%
			4.503.015.766	-	100,00%
			3.869.149.921	-	85,92%
			459.422.714	-	10,20%
			174.443.131	-	3,87%

Cumprimento do limite de gastos da EC nº 95/2016

Conforme estabelecido no § 1º do art. 107 da Emenda Constitucional nº 95/2016, as seguintes regras devem ser obedecidas para cálculo dos limites: para o exercício de 2017, a despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2%, e, para os

exercícios posteriores, o valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a

que se refere a lei orçamentária. Além disso, o § 7º prevê que, nos três primeiros exercícios financeiros da vigência do Novo Regime Fiscal (2017 a 2019), o Poder Executivo poderá compensar com redução equivalente na sua despesa primária o excesso de despesas primárias em relação aos limites do Senado Federal.

Exercício	Percentual de correção	Limite do Senado Federal	Compensação pelo Poder Executivo	Limite com compensação pelo Poder Executivo	Valores pagos (incluindo restos a pagar)
2016	-	-	-	-	3.729.919.949
2017	7,20%	3.998.474.185	24.230.729	4.022.704.914	3.899.573.041
2018	3,00%	4.118.428.411	28.111.139	4.146.539.550	2.868.755.429
2019	4,39%	4.299.227.418	29.345.218	4.328.572.636	-

Fonte: SIGA Brasil - Elaboração por: COPAC/SAFIN

Período 2017 e 2018 (*posição de set/2018). Excluído RP EOF 0

Variação das despesas empenhadas de custeio

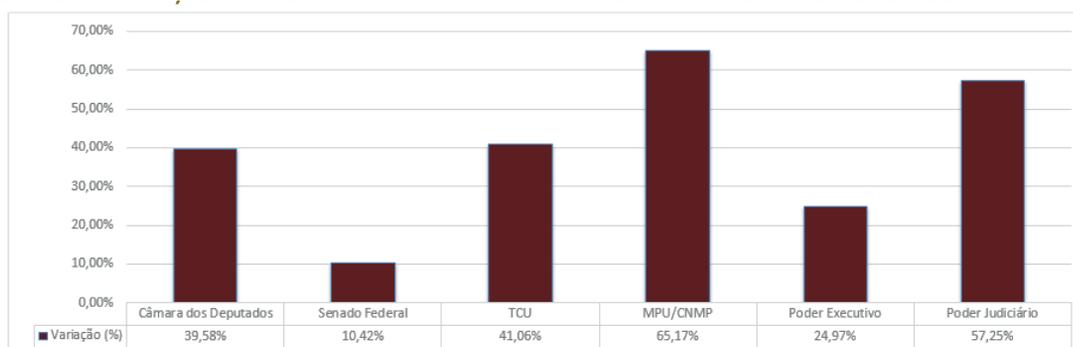
COMPARATIVO DA VARIAÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS DE CUSTEIO DISCRICIONÁRIO (GND 3;RPS 2, 3, 6 E7)

Em R\$ 1,00

Ano	Despesas empenhadas		Variação (%)
	2012	2017	
Câmara dos Deputados	427.096.005	596.154.777	39,58%
Senado Federal	310.582.677	342.952.121	10,42%
TCU	98.588.497	139.068.383	41,06%
MPU/CNMP	530.951.244	876.962.509	65,17%
Poder Executivo	61.157.781.481	76.427.641.717	24,97%
Poder Judiciário	3.124.344.961	4.913.113.261	57,25%

Fonte: SIGA Brasil - Elaboração por: COPAC/SAFIN

COMPARATIVO DA VARIAÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS DE CUSTEIO DISCRICIONÁRIO – 2012 X 2017



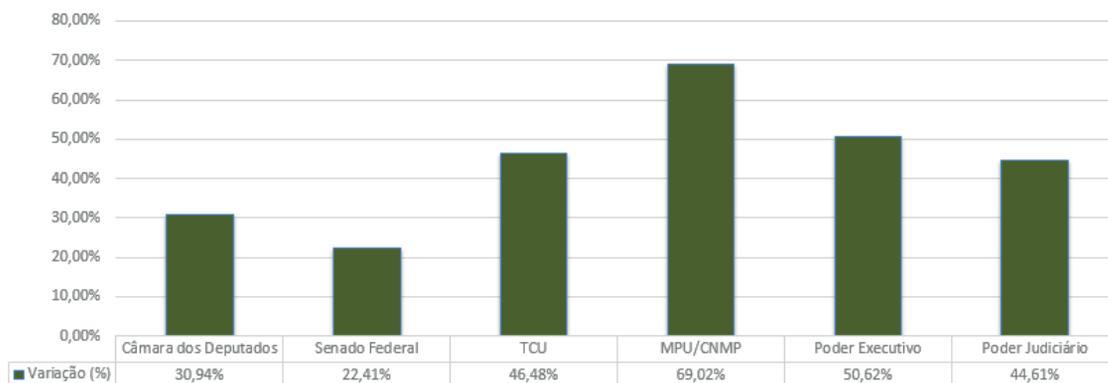
Comparativo da variação das despesas empenhadas de pessoal (GND 1)

Em R\$ 1,00

Ano	Despesas empenhadas		Variação (%)
	2012	2017	
Câmara dos Deputados	3.416.355.335	4.473.275.745	30,94%
Senado Federal	2.878.516.648	3.523.653.040	22,41%
TCU	1.176.224.697	1.722.878.790	46,48%
MPU/CNMP	3.003.995.366	5.077.405.451	69,02%
Poder Executivo	154.557.564.345	232.791.406.808	50,62%
Poder Judiciário	23.673.494.347	34.235.098.855	44,61%

Fonte: SIGA Brasil - Elaboração por: COPAC/SAFIN

COMPARATIVO DA VARIAÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS DE PESSOAL – 2012 X 2017



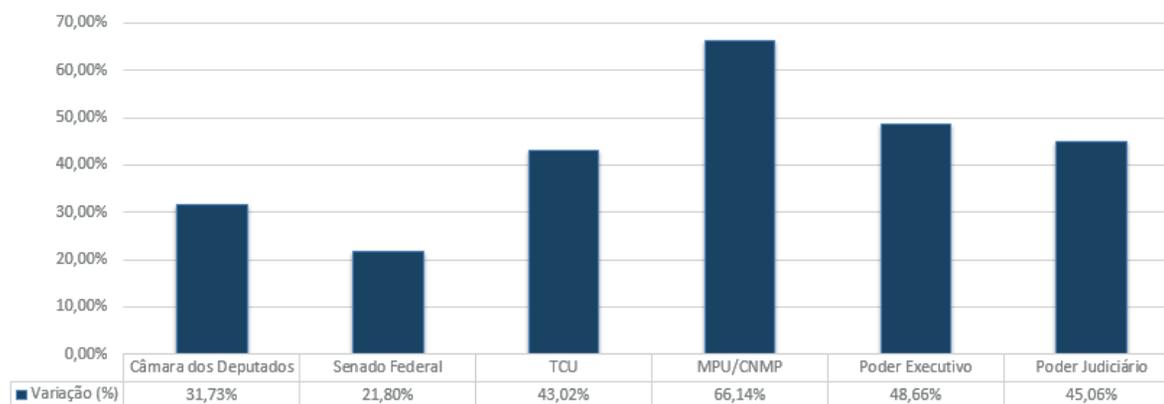
Comparativo da variação das despesas empenhadas de pessoal, custeio e investimento (exceto GNDs 2 e 6)

Em R\$ 1,00

Ano	Despesas empenhadas		Variação (%)
	2012	2017	
Câmara dos Deputados	4.111.883.860	5.416.521.307	31,73%
Senado Federal	3.383.179.268	4.120.870.690	21,80%
TCU	1.364.102.000	1.950.943.939	43,02%
MPU/CNMP	3.934.625.536	6.536.865.384	66,14%
Poder Executivo	803.833.968.783	1.194.960.690.244	48,66%
Poder Judiciário	29.896.440.374	43.368.706.358	45,06%

Fonte: SIGA Brasil - Elaboração por: COPAC/SAFIN

COMPARATIVO DA VARIAÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS – 2012 X 2017

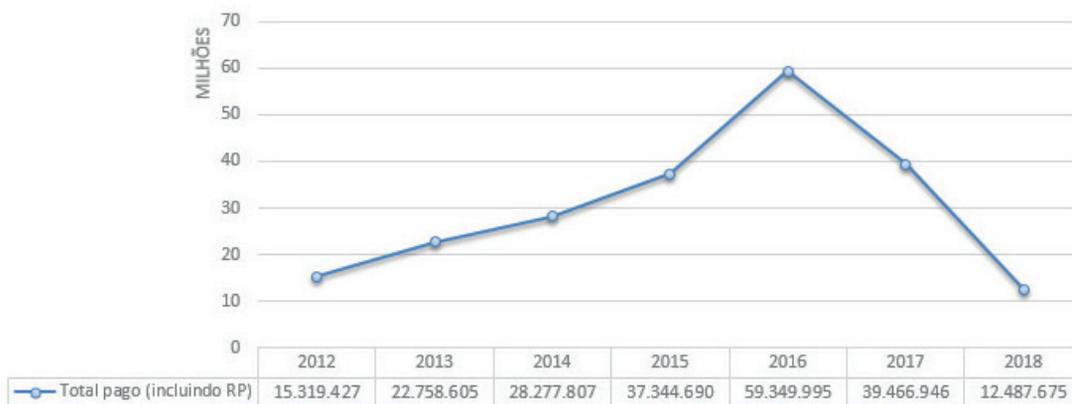


Despesas empenhadas de investimento (GND 4; RP EOF 1 e 2)

Em R\$ 1,00

Ano	Total pago (incluindo RP)
2012	15.319.427
2013	22.758.605
2014	28.277.807
2015	37.344.690
2016	59.349.995
2017	39.466.946
2018	12.487.675

DESPESAS PAGAS DE INVESTIMENTO (VALORES NOMINAIS)



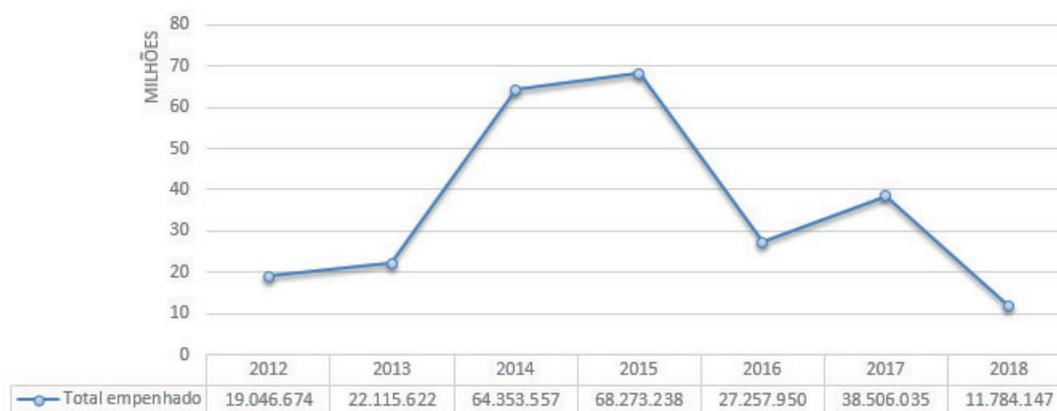
Despesas pagas de investimento (GND 4; RP EOF 1 e 2)

O valor pago em 2018 refere-se à posição ao final de setembro, o qual deverá ser atualizado em janeiro de 2019.

Em R\$ 1,00

Ano	Total empenhado
2012	19.046.674
2013	22.115.622
2014	64.353.557
2015	68.273.238
2016	27.257.950
2017	38.506.035
2018	11.784.147

DESPESAS EMPENHADAS DE INVESTIMENTO (VALORES NOMINAIS)



Despesas discricionárias de custeio e investimento (GNDs 3 e 4; RP EOF 2)

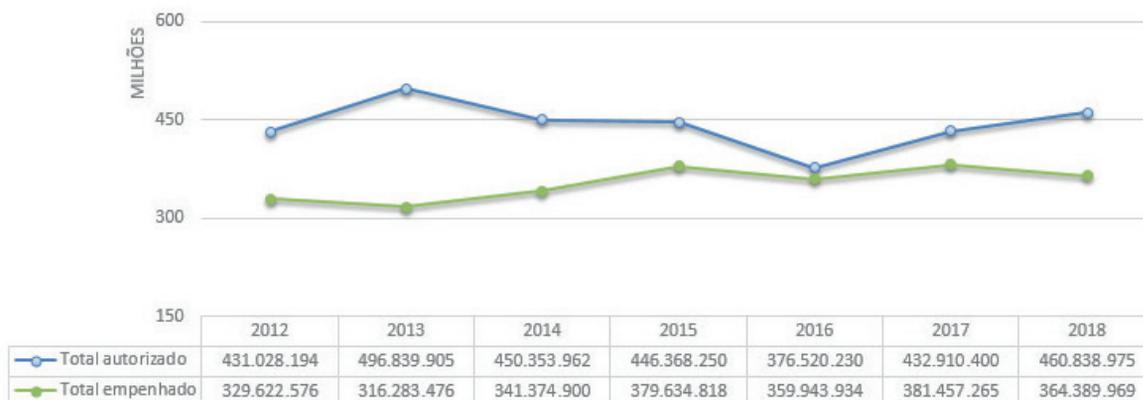
O valor empenhado em 2018 refere-se à posição ao final de setembro, o qual deverá ser atualizado em janeiro de 2019.

Em R\$ 1,00

Ano	Total autorizado	Total empenhado
2012	431.028.194	329.622.576
2013	496.839.905	316.283.476
2014	450.353.962	341.374.900
2015	446.368.250	379.634.818
2016	376.520.230	359.943.934
2017	432.910.400	381.457.265
2018	460.838.975	364.389.969

Fonte: SIGA Brasil - Elaboração por: COPAC/SAFIN

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO (VALORES NOMINAIS)



Despesas empenhadas de pessoal, custeio e investimento

Despesas empenhadas de pessoal, custeio e investimento (GNDs 1, 3 e 4; RPs EOF 0, 1 e 2). O índice de inflação considerado para 2018 refere-se ao informado na Avaliação do 3º Bimestre de 2018. (<http://www.planejamento.gov.br/noticias/nota-a-imprensa-2013-ploa-2019>)

Em R\$ 1,00

Ano	Valores Nominais	Valores Corrigidos	IPCA
2012	3.383.567.222	5.136.940.007	5,84%
2013	3.386.268.447	4.857.370.571	5,91%
2014	3.548.394.545	4.805.900.646	6,41%
2015	3.816.510.496	4.857.657.641	10,67%
2016	3.885.921.360	4.469.145.969	7,20%
2017	4.120.870.690	4.421.042.947	2,95%
2018	3.979.076.572	4.146.595.696	4,21%

Fonte: SIGA Brasil - Elaboração por: COPAC/SAFIN

DESPESAS EMPENHADAS DE PESSOAL, CUSTEIO E INVESTIMENTO (VALORES NOMINAIS E CORRIGIDOS)



Expediente

Redação/edição de textos/revisão: Assessoria de Comunicação da Diretoria-Geral

Diagramação/artes/impressão: Secretaria de Editoração e Publicações

Fotos/ilustrações: Secretaria de Comunicação Social

Coordenação: Diretoria-Geral do Senado Federal